



# Diário Oficial do **MUNICÍPIO**

Prefeitura Municipal de Iraquara

1

Quinta-feira • 13 de Agosto de 2015 • Ano VII • Nº 731

Esta edição encontra-se no site: [www.iraquara.ba.io.org.br](http://www.iraquara.ba.io.org.br) em servidor certificado ICP-BRASIL e no site [www.iraquara.ba.gov.br](http://www.iraquara.ba.gov.br)

## Prefeitura Municipal de Iraquara publica:

- Nota Pública de Republicação de Lei 265/2015 com a Retificação dos Anexos.

**Se tá na Imprensa Oficial, todo mundo vê.**



Gestor - Landualdo Barros Freitas Junior / Secretário - Governo / Editor - Ass. de Comunicação  
Iraquara - BA

CERTIFICAÇÃO DIGITAL: QRNMSG7UILZWVX5JJIFYQ

## **Leis**

### **NOTA PÚBLICA DE REPUBLICAÇÃO DE LEI COM A RETIFICAÇÃO DOS ANEXOS, NA FORMA ABAIXO:**

O PREFEITO MUNICIPAL DE IRAQUARA, ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais, torna público que a Lei Municipal nº. 265, de 22 de junho de 2015, que Dispõe Sobre Plano Municipal de Educação – PME do Município Iraquara, publicada na edição número 714 do Diário Oficial do Município, de 22 de junho de 2015, está sendo republicada com a inclusão dos anexos, na forma abaixo, visto que por equívoco não foi publicado anteriormente, mantendo-se a data da sua publicação o dia 22 de junho de 2015.

#### **INTEGRA DA LEI Nº 265/2015:**



PREFEITURA MUNICIPAL DE IRAQUARA  
Rua das Palmeiras- 45 CENTRO  
CEP- 46980-000 – CNPJ-13.922.596/0001- 29  
TEL-75-3364-2161

#### LEI Nº 265/2015

Aprova o Plano Municipal de Educação – PME do Município Iraquara, em consonância com a Lei nº 13.005/2014 que trata do Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IRAQUARA, Estado da Bahia, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art.1º É aprovado o Plano Municipal de Educação – PME, com duração de 10 (dez) anos, a contar da publicação desta Lei, na forma do Anexo, com vistas ao cumprimento do disposto no art. 214 da Constituição Federal.

Art. 2º São diretrizes do PME:

- I – erradicação do analfabetismo;
- II – universalização do atendimento escolar;
- III – superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;
- IV – melhoria da qualidade do ensino;
- V – formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;

- VI – promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;
- VII – promoção humanística, científica, cultura e tecnológica do País;
- VIII – estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto – PIB, que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade;
- IX - valorização dos (as) profissionais da educação; e
- X - promoção dos princípios de respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.

Art. 3º As metas previstas no Anexo desta Lei deverão ser cumpridas no prazo da vigência do PME, desde que não haja prazo inferior definido para metas e estratégias específicas.

Art. 4º O plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais do Município deverão ser formulados de maneira a assegurar a consignação de dotações orçamentárias compatíveis com as diretrizes, metas e estratégias do PME, a fim de viabilizar sua plena execução.

Art. 5º O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB será utilizado para avaliar a qualidade do ensino a partir dos dados de rendimento escolar apurados pelo censo da educação básica, combinados com os dados relativos ao desempenho dos estudantes apurados na avaliação nacional do rendimento escolar ou outro índice que venha sucedê-lo.

Parágrafo Único - Estudos desenvolvidos e aprovados pelo MEC na construção de novos indicadores, a exemplo dos que se reportam à qualidade relativa ao corpo docente e à infraestrutura da educação básica, poderão ser incorporados ao sistema da avaliação deste plano.

Art. 6º O Município, em articulação e integração com o Estado, a União e a sociedade civil e política, procederá à avaliação periódica de implementação do Plano Municipal de Educação de Iraquara e sua respectiva consonância com os planos Estadual e Nacional.

§ 1º O Poder Legislativo, com a participação da sociedade civil e política, organizada e por intermédio da Comissão de Educação da Câmara de Vereadores, da comissão de acompanhamento do PME e Conselho Municipal de Educação, acompanharão a execução do Plano Municipal de Educação.

§ 2º A primeira avaliação do PME realizar-se-á durante o segundo ano de vigência desta Lei, cabendo à Câmara de Vereadores aprovar as medidas legais decorrentes, com vistas às correções de eventuais deficiências e distorções.

§ 3º O Conselho Municipal:

I – Acompanhará a execução do PME e o cumprimento de suas metas

II – Promoverá a conferência municipal de educação

Art. 7º Caberá ao gestor municipal a adoção das medidas governamentais necessárias para o alcance das metas previstas no PME.

Parágrafo único. As estratégias definidas no anexo desta lei não eliminam a adoção de medidas adicionais em âmbito local ou de instrumento jurídicos que formalizem a cooperação entre os entes federados.

Art. 8º O Município elaborou o seu PME em consonância com as diretrizes, metas e estratégias, previstas no PNE, Lei nº 13.005/2014.

§ 1º O Município demarcou em seu PME estratégias que:

I - Asseguram articulação das políticas educacionais com as demais políticas sociais e culturais;

II- Consideram as necessidades específicas da população do campo e das comunidades quilombolas, assegurando a equidade educacional e a diversidade cultural;

III- Garantem o atendimento das necessidades específicas na educação especial, assegurando o sistema educacional inclusivo em todos os níveis, etapas e modalidades;

IV- Promovem a articulação intersetorial na implementação das políticas educacionais.

Art. 09 Os Poderes do Município deverão empenhar-se em divulgar o Plano aprovado por esta Lei, bem como na progressiva realização de suas metas e estratégias, para que a sociedade o conheça amplamente e acompanhe sua implementação.

Art. 10 Até o final do primeiro semestre do nono ano de vigência deste PME, o poder executivo encaminhará à Câmara de Vereadores, sem prejuízos das prerrogativas desse poder, o projeto de lei referente ao Plano Municipal de Educação a vigorar no período subsequente, que incluirá diagnóstico, diretrizes, metas e estratégias para o próximo decênio.

Art. 11 Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 13 Revogam-se as disposições em contrário.

Iraquara, 22 de Junho de 2015.

Landualdo Barros Freitas Júnior  
Prefeito Municipal



**PREFEITURA MUNICIPAL DE IRAQUARA**  
**Rua das Palmeiras- 45 CENTRO**  
**CEP- 46980-000 – CNPJ-13.922.596/0001- 29**  
**TEL-75-3364-2161**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE IRAQUARA-BA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

# **PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO 2015-2025**

**Iraquara-BA**  
**2015**

**PREFEITO (A)**

LANDUALDO BARROS FREITAS JUNIOR

**VICE-PREFEITO (A)**

WALTERSON RIBEIRO COUTINHO

**SECRETÁRIO (A) MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

MARLANE ROSA DE SOUSA

**GRUPO COLABORATIVO**

ELIENE MARIA DE ABREU

SHIRLEI AMORIM

ADEMILDE MENDES RIBEIRO

IOLANDA SA TELES

ELIETE TELES DOS SANTOS

NELSON NEDE JOSÉ NEVES

LUCIANA GONÇALVES DOS SANTOS ROCHA

REGINA EMÍLIA DOURADO

LINDANIR DO CARMO

VÂNIA EMÍLIA DOURADO

JANETE EMÍLIA DOURADO

RILSON LIMA DE SOUZA

JOSÉ PEDRO ALVES DO NASCIMENTO

RAQUEL DOS SANTOS BARBOSA

ANA PAULA VIANA

ELIANE ROSA DE CARVALHO

TIAGO PIRES GONÇALVES

IZINETE JOANA DOS SANTOS

KLÉBER NICOLAU DE NOVAES

SÔNIA VIEIRA DE SOUZA BISPO

WILSON NEVES DE SOUZA

MARIA NETA MOREIRA SILVA

JOSÉ NETO LOPES

JOELMA DA SILVA PIRES

ANTÔNIO JOAQUIM

ENILSON OLIVEIRA QUEIROZ

**COMISSÕES REPRESENTATIVAS**

CLAUDIA FERNANDES ROCHA

FLÁVIA ALVES DE SOUZA SILVA

GRACIANO PEREIRA DA SILVA

SERAFINA RIBEIRO ALVES OLIVEIRA

MARIA ÍRIS SANTOS NASCIMENTO

ROSELI MARIA PEREIRA OLIVEIRA

VALDEMIR JESUS CARNEIRO

JOAQUIM PIRES FILHO

VÍTOR JOSÉ DE SOUZA

ALAÍDE EMÍLIA DOURADO DE OLIVEIRA

SIMONE FERREIRA DE ARAÚJO

ALINE NOVAES SILVA

MARLANE ROSA DE SOUZA

ÉCIA DE CARVALHO

GILSON MARTINS DOS SANTOS

JOSÉ APARECIDO DA SILVA RIBEIRO

RENATA NOVAES DA SILVA

FABIANE MIRANDA DE SOUZA

ALANA ARAÚJO BARROS SANTOS

KÉSIA PEREIRA DE NOVAIS

LAIANE SANTOS

TARSILA TEIXEIRA RAMOS

IRACI SANTOS OLIVEIRA

CLERES ANTONIO NOVAIS DE SOUZA

RÔMULO OLIVEIRA MARTINS

DANIELA EMÍDIO CERQUEIRA

ANA ELZA MEDEIROS DE ALMEIDA MAGALHÃES

ÂNGELA PEREIRA OLIVEIRA

PAULO SÉRGIO GUNES VIEIRA

OZIEL FERREIRA LELIS

DIANA NOVAES DE MIRANDA

VANETE BRAGA DE SOUSA

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 01</b> – Mapa da Chapada Diamantina e o Município de Iraquara.....	13
<b>Figura 02</b> – Foto do Rio Pratinha.....	14
<b>Figura 03</b> – Foto da Caatinga.....	14
<b>Figura 04</b> – Proficiência em Língua Portuguesa e Matemática 2009 - 2013.....	54

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 01.</b> População do Município de Iraquara.....	16
<b>Tabela 02.</b> Distribuição da população de Iraquara por faixa etária.....	16
<b>Tabela 03.</b> População residente do município de Iraquara, por faixa etária.....	17
<b>Tabela 04.</b> Estabelecimentos de saúde por tipo e localização em 2013.....	18
<b>Tabela 05.</b> Dados sobre Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).....	20
<b>Tabela 06.</b> Desenvolvimento Humano 1991 e 2000.....	21
<b>Tabela 07.</b> Evolução da matrícula da Educação infantil no município de Iraquara, por dependência administrativa e localização 2010 a 2013.....	27
<b>Tabela 08.</b> Frequência por ano dos nascidos vivos no município de Iraquara nos anos de 2012 e 2013.....	28
<b>Tabela 09.</b> Taxa de escolarização de Educação Infantil do município 2010.....	28
<b>Tabela 10.</b> Taxa de escolarização da Educação Infantil no Município de Iraquara, por localização – 2010.....	29
<b>Tabela 11.</b> Evolução das matrículas do Ensino Fundamental no Município de Iraquara, por dependência administrativa e localização 2010 –2013.....	31
<b>Tabela 12.</b> Matrícula do Ensino Fundamental do Município de Iraquara, por idade e série. Rede Municipal, 2013.....	32
<b>Tabela 13.</b> Taxas de Rendimento - Rede Estadual em Iraquara, 2008 a 2010.....	33
<b>Tabela 14.</b> Taxas de Rendimento - Rede Municipal em Iraquara.....	34
<b>Tabela 15.</b> Matrícula Inicial do Ensino Médio no Município de Iraquara, por dependência administrativa e localização 2010/2013.....	37
<b>Tabela 16.</b> Taxas de Rendimento do Ensino Médio- Rede Estadual.....	38
<b>Tabela 17.</b> Taxas de Rendimento do Ensino Médio- Rede Municipal.....	39
<b>Tabela 18.</b> Desempenho no Exame Nacional do Ensino Médio dos Concluintes das Escolas divulgadas - ENEM 2009 no Município.....	40
<b>Tabela 19.</b> Matrículas da Educação Especial no Município de Iraquara 2013.....	45
<b>Tabela 20.</b> Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB no Ensino Fundamental 2005 – 2013.....	53
<b>Tabela 21.</b> Matrícula inicial na Educação de Jovens e Adultos em Iraquara, por dependência administrativa e localização 2011-2013.....	58
<b>Tabela 22.</b> Nível educacional da população de Jovem, 1991, 2000 e 2010.....	59
<b>Tabela 23.</b> Nível Educacional da População Adulta com mais de 25 anos, 1991,	



2000 e 2010.....	59
Tabela 24. Funções docentes por Localização e Formação – Rede Municipal em 2014.....	64
Tabela 25. Número de professores e coordenadores da rede Municipal, Estadual e Particular, por nível de formação em 2013.....	65
Tabela 26. Servidores em educação, por nível de escolaridade na Rede municipal em 2014.....	67
Tabela 27. Servidores em educação, por situação funcional na rede municipal em 2014.....	67
Tabela 28. Número de escolas por etapa de ensino – rede estadual em Iraquara.....	71
Tabela 29. Número de Escolas Por Etapa de Ensino – Rede Municipal 2014....	71
Tabela 30. Número dos estabelecimentos escolares de educação básica do município de Iraquara, por dependência administrativa e níveis de ensino.....	71
Tabela 31. Outras receitas com o setor educacional do município de Iraquara administradas pela Prefeitura, 2010-2013.....	79
Tabela 32. Recursos aplicados em educação pelo governo municipal de Iraquara, por nível ou modalidade de ensino 2010/2013.....	81
Tabela 33. Despesas com educação do município Iraquara por categoria e elemento de despesa. 2010/2013.....	81
Tabela 34. Receita e aplicação dos recursos recebidos do FUNDEB no Município de Iraquara em 2010-2013.....	82
Tabela 35. Aplicação no Ensino Fundamental – Exercício 2013 (em R\$).....	83
Tabela 36. Recursos da Educação no PPA 2010-2013.....	84

## **LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS**

EJA - Educação de Jovens e Adultos

FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

LDB – Lei de Diretrizes e Bases

PAR - Plano de Ações Articuladas

PME – Plano Municipal de Educação

PNE – Plano Nacional de Educação

UNEB - Universidade do Estado da Bahia

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>10</b>
<b>2</b>	<b>ANÁLISE SITUACIONAL DO MUNICÍPIO E DA EDUCAÇÃO.....</b>	<b>11</b>
2.1	ANÁLISE SITUACIONAL DO MUNICÍPIO.....	11
<b>2.1.1</b>	<b>Caracterização do Município.....</b>	<b>11</b>
2.1.1.1	<i>Aspectos Históricos.....</i>	11
2.1.1.2	<i>Aspectos Geográficos.....</i>	13
2.1.1.3	<i>Aspectos Demográficos.....</i>	15
2.1.1.4	<i>Aspectos Socioeconômicos.....</i>	19
2.1.1.5	<i>Aspectos Culturais.....</i>	21
2.1.1.6	<i>Infraestrutura Material.....</i>	24
2.2	ANÁLISE SITUACIONAL DA EDUCAÇÃO.....	25
<b>2.2.1</b>	<b>Educação Básica .....</b>	<b>25</b>
2.2.1.1	<i>Etapas da Educação Básica.....</i>	26
2.2.1.2	<i>Educação Infantil.....</i>	26
2.2.1.3	<i>Ensino Fundamental.....</i>	30
2.2.1.4	<i>Ensino Médio.....</i>	36
2.2.2	<b>Educação superior.....</b>	<b>41</b>
2.2.2.1	<i>Ensino Superior.....</i>	41
2.3	MODALIDADES E DESAFIOS DA EDUCAÇÃO	44
<b>2.3.1</b>	<b>Educação Especial.....</b>	<b>44</b>
<b>2.3.2</b>	<b>Política de Alfabetização .....</b>	<b>48</b>
<b>2.3.3</b>	<b>Educação em Tempo Integral.....</b>	<b>50</b>
<b>2.3.4</b>	<b>Qualidade da Educação Básica.....</b>	<b>51</b>
<b>2.3.5</b>	<b>Educação de Jovens e Adultos (EJA).....</b>	<b>57</b>
<b>2.3.6</b>	<b>Educação Profissional de Nível Médio.....</b>	<b>62</b>

2.4	VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO.....	63
2.5	GESTÃO DEMOCRÁTICA DO ENSINO PÚBLICO.....	68
2.6	RECURSOS FINANCEIROS PARA A EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO.	78
<b>2.6.1</b>	<b>Investimento Público em Educação.....</b>	<b>78</b>
<b>3</b>	<b>DIRETRIZES, METAS E ESTRATÉGIAS DO PME.....</b>	<b>87</b>
3.1	METAS E ESTRATÉGIAS DO PME.....	87
<b>4</b>	<b>ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PME.....</b>	<b>104</b>
<b>5</b>	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>106</b>



## **Prefeitura Municipal de Iraquara**

Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

**“Uma educação pública melhor para você.”**

### **DOCUMENTO BASE DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (PME)**

#### **1. INTRODUÇÃO**

A discussão acerca da necessidade do município ter um Plano Municipal de Educação (PME) remonta o ano de 1932 com o Movimento do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. A partir dele, os textos Constitucionais passaram a abordar a questão e com a promulgação da Constituição Federal de 1988, em seu art. 214, estabelece-se a exigência do Plano Nacional de Educação com duração plurianual, enfatizando a erradicação do analfabetismo, universalização do Ensino Fundamental, melhoria da qualidade de ensino, formação para o trabalho e a promoção humanística, científica e tecnológica do País.

Na sequência, vários instrumentos legais, norteadores para a educação brasileira, foram aprovados pelo Congresso Nacional na década de 1990, destacando-se a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394, de 1996, que determinou no art. 87 que a União, no prazo de um ano, deveria encaminhar ao Congresso Nacional um Plano Nacional de Educação, com diretrizes e metas para os dez anos seguintes (BRASIL, 1996), em sintonia com a Declaração Mundial sobre *Educação para Todos* (TAILÂNDIA, 1990).

Na década seguinte, a Lei nº 10.172/2001 estabeleceu o PNE (2001-2010), traçando novos rumos para as políticas e ações governamentais, fixando objetivos e metas para a chamada “Década da Educação”. Em seu art. 2º, por sua vez, determina que os Estados, o Distrito Federal e os Municípios devem elaborar, em consonância com o PNE, seus planos decenais correspondentes. Neste contexto, surge o Plano Municipal de Educação (PME), como política de Estado que, assim como os demais planos, consolida uma conquista histórica

#### **2. ANÁLISE SITUACIONAL DO MUNICÍPIO E DA EDUCAÇÃO**

A elaboração e adequação do Plano Municipal de Educação presumem um diagnóstico amplo da realidade do município de Iraquara-Bahia, de modo a oferecer uma radiografia da história, da geografia e da economia local, possibilitando o diálogo e a articulação com outros instrumentos de planejamento do município. Sendo necessário explicitar as demandas educacionais dos munícipes, para que sejam planejadas ações necessárias e de possível viabilização.

Assim, neste capítulo é apresentada uma abordagem sobre a atual situação do município de Iraquara, oriunda do processo de levantamento de dados e informações, junto a diversas fontes oficiais, que permitem o conhecimento da situação atual a fim de oferecer subsídios para o planejamento de ações que de fato venham a contribuir para qualificar a educação municipal.

## **2.1. ANÁLISE SITUACIONAL DO MUNICÍPIO**

A elaboração e adequação do PME de Iraquara-Bahia, parte da análise situacional do município, a qual permite traçar o perfil atual e oferece condições para identificar seus problemas, definir as prioridades e propor ações que respondam as demandas encontradas. A seguir, é apresentada a caracterização do município de Iraquara, evidenciando seus aspectos históricos, geográficos, demográficos, socioeconômicos, culturais e infraestrutura material.

### **2.1.1 Caracterização do município de Iraquara**

#### **2.1.1.1 Aspectos Históricos**

O município de Iraquara está localizado na Chapada Diamantina, uma região de serras, situada no Estado da Bahia, onde nascem quase todos os rios das bacias do Paraguaçu, do Jacuípe e do Rio de Contas. O município faz limite com outros cinco municípios – Mulungu do Morro, Souto Soares, Seabra, Palmeiras e Lençóis.

A história de Iraquara tem início, há anos atrás, quando nômades das mais variadas regiões, hoje conhecidas como Goiás, Pernambuco, Além São Francisco e Minas Gerais, deixaram aqui as marcas de suas presenças através de pinturas rupestres, fósseis e registros arqueológicos encontrados nas grutas e abrigos abundantes, originados pela formação calcária do subsolo.

Os colonizadores começaram a chegar à região na metade do século XIX, atraídos pelos diamantes, formando garimpos que deram origem a muitos povoados, como a antiga Parnaíba, hoje Iraporanga, Vila do Riacho do Mel, Água de Rega, Canabrava e Estiva, hoje Afrânio Peixoto, situada no município de Lençóis.

A exploração do ouro e do diamante fez surgir uma estrada que cortava a Chapada Diamantina no sentido Norte/Sul, ligando Jacobina a Rio de Contas, passando pelos municípios de Iraquara e Seabra. Conhecida como Estrada Real e está em vias de ser tombada como patrimônio histórico da humanidade. Estes caminhos eram utilizados pelos tropeiros que faziam o comércio da região e pelos boiadeiros que transportavam o gado pela estrada, que recebeu o nome de estrada boiadeiro.

Iraquara foi fundada por volta de 1870, pelo Sr. Manoel Félix da Cruz, que abriu uma estrada ligando o povoado de Canabrava à Parnaíba, recebendo o nome de Poço de Manoel Félix, por conta de uma aguada, existente ainda hoje. Após muitos anos, com a visita do coronel Toscano de Brito e sua comitiva ao Poço de Manoel Félix, sendo recebido pelo bisneto de Manoel Félix, o então jovem Abdias D'Oliveira Dourado, o povoado recebe a promessa de ser elevado à condição de distrito.

Em 1930, já na condição de distrito, recebe o nome de João Pessoa, em homenagem a um político da região. Mais tarde, na década de 1940, o distrito foi elevado à condição de Vila, com o nome de Iraquara, que em Tupi-Guarani significa Buraco de Mel, Cabaça de Mel ou Toca da Onça.

No governo de Juracy Magalhães, é criado o município de Iraquara, desmembramento de Seabra, em 05 de julho de 1962, através do Decreto Lei nº 1697/62, publicado no diário oficial em 10 de julho do mesmo ano. A emancipação definitiva ocorre em 07 de abril de 1963, com a eleição e posse dos vereadores e do primeiro prefeito da cidade Iraquara, Senhor Walter Azevedo Coutinho, pai do ex-prefeito e atual vice-prefeito Senhor Walterson Ribeiro Coutinho (popularmente conhecido como Nino Coutinho).

Desde então, Iraquara vem crescendo e contou com vários prefeitos, desde a emancipação até os dias atuais, que contribuíram para o desenvolvimento do município, podendo citar, o primeiro prefeito, Walter Azevedo Coutinho (1963-1967), seguido de Genelício Costa Teixeira (1968-1971), José Viana de Souza (1971-1973), Raimundo César Sólton de Oliveira (1977-1982), Reinaldo Azevedo Viana (1983-1988), Haroldo Geraldo de Souza (1989-1992), Reinaldo Azevedo Viana (1993-1996), Paulo Miranda Lélis (1997-2000), Reinaldo Azevedo Viana (2000 – Renúncia), Walterson Ribeiro Coutinho (2001-2004) e reeleito (2005-2008), Edimário Guilherme de Novaes (2009-2012) e o atual prefeito Landualdo de Barros Freitas Júnior (2013-2016).

De acordo com o Censo do IBGE de 2010, o município de Iraquara possui uma população de 22.601 habitantes, com uma área total de 1.029.407 km<sup>2</sup>, tendo como distrito, a Vila Iraporanga, e 63 povoados, onde residem quase 70% de seus habitantes.

### 2.1.1.2 Aspectos Geográficos

O Município de Iraquara está localizado na Chapada Diamantina, no semi-árido baiano, microrregião de Irecê e mesorregião Centro Oeste Baiano, com Latitude 12°15' e Longitude 41°37'. A altitude média é de 700 m, com uma área de 1.029,407 Km<sup>2</sup>, representando 0.1417 % do Estado, 0.0515 % da Região Nordeste e 0.0094 % de todo o território brasileiro. Distancia-se 470 km da capital do Estado – Salvador e sua principal via de acesso é através da BR 324 até o Paraguaçu, e através da BR 242 (Bahia- Brasília).

**Figura 1:** Mapa da Chapada Diamantina e o Município de Iraquara



Fonte: Bahia.com. Acesso em: 2009

Limita-se ao norte com o município de Souto Soares, ao leste com o município de Lençóis, ao sul com o município de Palmeiras e ao oeste com o município de Seabra.

A topografia do município é acidentada pelos contrastes da Chapada Diamantina, com terras secas e áridas, denominadas caatinga, outras de carrasco, com terreno argiloso, seco e impermeável e uma outra com terreno arenoso, solo diamantino, úmido, denominada campos. O município é banhado pelo Rio Pratinha, pelos Riachos Sonhém, Água de Rega, Caiçara, Riacho do Mel, Lobato, São José e Duas Barras, e pelas Lagoas de Piroca e Ingazeira.

**Figura 2:** Foto do Rio Pratinha





**Fonte: Prefeitura Municipal de Iraquara (2009)**

Embora esteja localizado na Caatinga, o município é rico em água subterrânea, com um lençol freático que vai do Lapão a Itaetê, apresentando uma vazão mensurada pelo Departamento Nacional de Obras contra as secas (DNOCS), nos anos 60, de doze milhões de litros por hora. A sua água salobra, conhecida popularmente como salgada, é cristalina e rica em sais de cálcio e magnésio, pois o seu solo é rico em carbonato de cálcio, matéria-prima para fabricação de cal e dos espeleotemas das grutas.

**Figura 3:** Foto da Caatinga



**Fonte: Prefeitura Municipal de Iraquara (2008)**

Influenciada por serras altas, apresenta clima sub-úmido a seco, com chuvas de outono/inverno e primavera/verão, apresentando pouco ou nenhum excedente hídrico. No verão chega a 33° e no inverno a 10°, com precipitação pluviométrica anual em torno de 600 a 800 mm.

Esta região é responsável pela manutenção subterrânea da grandiosidade e beleza de um dos mais expressivos conjuntos paisagísticos do Brasil, a Chapada Diamantina. Parte do território de Iraquara está protegido na Unidade de Conservação Marimbus-Iraquara com 125,4 mil ha, numa região limítrofe ao Parque Nacional da Chapada Diamantina. É caracterizada pelo grande número de cavernas calcárias e pela formação lacustre conhecida como Marimbus. A Lapa do Sol, a Lapa do Caboclo e o Abrigo Santa Marta são sítios arqueológicos que se destacam pela ocorrência de inscrições rupestres, atestando a presença humana na pré-história brasileira.

O crescimento do ecoturismo em toda a região da Chapada vem também chamando a atenção para o aproveitamento turístico dos diversos cenários subterrâneos, sendo que, atualmente, muitas cavernas encontram-se inseridas no roteiro turístico da região: Lapa Doce, Gruta da Torrinha, Gruta Manoel Ioiô, Gruta da Fumaça e Gruta da Pratinha. Essas atrações turísticas colocam o município, conhecido como Cidade das Grutas, entre as cidades mais bem visitadas da Chapada Diamantina.

### 2.1.1.3 Aspectos Demográficos

A população no município de Iraquara apresentou entre os anos 2000 a 2010 um crescimento populacional considerável, com uma taxa média de crescimento anual de 2,11%. Segundo o censo de 2010 o aumento mais relevante aconteceu na zona rural, uma vez que a população residente passou de 13.004, em 2000 para 15.844 habitantes neste período. Na zona urbana o crescimento populacional foi menor, de 5.330, em 2000, para 6.757 em 2010. A população total do município, 22.601, corresponde a 0,161% da população do estado da Bahia.

**Tabela 01. População do Município de Iraquara**

Nome do Município	Total da População 2000	Total de homens	Total de mulheres	Total da população urbana	Total da população rural	Total da população 2010
Iraquara	18.334	11.244	11.357	6.757	15.844	22.601

Fonte: Disponível em: [http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil/iraquara\\_ba](http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil/iraquara_ba). Acesso em 04 jul. 2014.

Os dados apresentados revelam que o movimento de urbanização dentro do município não acompanha os índices do país. Desde 1950, o Brasil passa por um crescente processo de urbanização, com forte movimento migratório para a zona urbana. Em Iraquara, notamos um crescimento maior da zona rural, o que pode ser explicado pela limitada oferta de emprego na cidade. Por outro lado, apesar de algumas melhorias na economia local, é comum que jovens e adultos migrem para grandes centros urbanos à procura de melhores condições de trabalho.

De acordo com os dados, houve uma redução na diferença entre o número de homens e mulheres no município de Iraquara. A população feminina que, em 2000 representava 50,56%, hoje equivale a 50,25%, o que representa uma diferença mínima, pois para cada 100 mulheres que residem no município há 99 homens. Há um equilíbrio nos números gerais, porém, ao analisar os grupos de mulheres e homens por faixa etária podemos notar que a expectativa de vida da mulher está acima da masculina, o que é revelado pela elevação da população feminina em relação à masculina a partir dos 70 anos de idade.

**Tabela 02. Distribuição da população de Iraquara por faixa etária**

População (1) (Localização / Faixa Etária)	Ano	0 a 3 anos	4 a 5 anos	6 a 14 anos	15 a 17 anos	18 a 24 anos	25 a 35 anos	Mais de 35 anos	Total
Urbana	2000	645	178	1.095	440	803	673	1.497	5.331
	2007	380	197	1.030	398	854	876	1.858	5.593
Rural	2010	464	241	1.243	405	877	1.129	2.398	6.757
	2000	1.204	660	3.010	733	1.753	1.517	4.126	13.003
Total	2007	1.298	713	3.543	1.110	2.381	2.410	5.503	16.958
	2010	1.087	570	3.184	1.099	2.118	2.299	5.487	15.844
Total	2000	1.849	838	4.105	1.173	2.556	2.190	5.623	18.334
	2007	1.678	910	4.573	1.508	3.235	3.286	7.361	22.551
PIB (2) 108.656 (2008)	2010	1.551	811	4.427	1.504	2.995	3.428	7.885	22.601
	IDH (3)	IDI (4)		Taxa de analfabetismo (5)		População de 10 a 15 anos		População de 15 anos ou mais	
	0,61	0,53		9.50		26.80			

Fonte: <http://ide.mec.gov.br/2011/municipios/relatorio/coibge/2914406>. Acesso em 04/06/2014.

Na tabela 02, em relação à distribuição da população por faixa etária, o município de

Iraquara vem apresentando algumas mudanças: aumento da população economicamente ativa e do contingente da população idosa, o que revela uma melhora na expectativa de vida da comunidade, além da redução das taxas de natalidade. Entretanto, as diferenças nos números da população entre 0 a 17 anos na área urbana em relação à rural evidenciam que o processo de controle da natalidade é mais pujante na cidade. Esses dados são compreensíveis, uma vez que a urbanização representa um fator preponderante na redução dessa taxa. No que concerne ao aumento da população adulta e idosa, a área rural vem apresentando números próximos aos da cidade, pois, também nesses espaços, é experimentada uma sensível melhora na qualidade de vida.

Contudo, se tomarmos como referência o ano de 2010, conforme a tabela, veremos que o maior número de habitantes do município está entre a faixa etária dos 06 aos 14 anos, crianças em idade escolar, totalizando um número igual a 4.105 e a faixa etária adulta, acima dos 35 anos, com um total de 5.623 habitantes. A tabela mostra ainda que o contingente de habitantes é maior na zona rural em qualquer das faixas etárias.

**Tabela 03 - População residente do município de Iraquara, por faixa etária**

Faixa etária	2000		2010	
	Nº Absoluto	%	Nº Absoluto	%
0 a 4	2.249	12,26	1.942	8,59
5 a 9	2.198	11,99	2.270	10,04
10 a 14	2.345	12,79	2.586	11,44
15 a 19	2.164	11,80	2.395	10,59
20 a 29	2.639	14,39	3.962	17,53
30 a 39	2.138	11,66	2.831	12,52
40 a 49	1.633	8,90	2.367	10,47
50 a 59	1.167	6,30	1.786	7,90
60 a 69	912	4,97	1.264	5,59
70 e mais	818	4,82	1.198	5,30
<b>Total</b>	<b>18 330</b>		<b>22 601</b>	

Fonte: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=291440&search=||infor%r%E1ficos:-informa%E7%F5es-completas>. Acesso em 04/06/2014

Na tabela 03, observa-se uma desaceleração da população com idade entre 0 a 19 anos e crescimento da população adulta e idosa. O aumento da população idosa revela uma melhora na expectativa de vida da comunidade, enquanto o processo de redução nos índices de natalidade, aumento da população economicamente ativa, revelam que Iraquara, em consonância com o restante do Brasil, passa por um movimento de amadurecimento populacional. Esses índices podem ser explicados pela ampliação do uso de métodos contraceptivos orais e planejamento familiar, processo acompanhado pela Secretaria de Saúde, através das Unidades de Saúde da Família (USF), e ainda

pela inserção da mulher no mercado de trabalho. Aliado a esses fatores, a melhoria na qualidade de vida nos contextos de saúde, habitação, e o acesso à água potável, figuram entre os elementos que contribuem para a elevação das taxas de crescimento da população idosa. Esses dados explicam a redução do percentual de crianças e jovens em idade escolar.

As condições de saúde da população de Iraquara, embora com muitas limitações, vêm passando por algumas melhorias, conforme pode ser observado abaixo.

**Tabela 04. Estabelecimentos de saúde por tipo e localização em 2013**

Localização	Total USF¹	Números de estabelecimentos de saúde					
		Posto de saúde	Centro de saúde	Unidade mista	Pronto Socorro	Hospital Privado	Outros
Urbana	02	-	01	-	-	01	-
Rural	04	-	-	-	-	-	03 Postos de Saúde (pequenos)

Fonte:Secretaria Municipal de Saúde (2014).

A tabela 04 apresenta o número de estabelecimentos de saúde existentes no município. Em anos anteriores, contava apenas com os postos de saúde da área urbana. Com o aumento da população e a demanda de procura por atendimento, houve ampliação por parte do governo e possui 06 Unidades de Saúde da Família (USF), sendo 02 localizadas na sede do município e 04 na zona rural em comunidades maiores cercadas por comunidades menores, a fim de atender a essa população do entorno. 01 Centro de Saúde (Centro de Especialidades Médicas) e 01 hospital – Hospital Américo Chagas, ambos na zona urbana. Este aumento ocorreu devido à preocupação com a melhoria da qualidade de vida da população, tendo em vista qualificar a assistência às famílias carentes. Ainda assim, as condições de saúde são difíceis, pela falta de médicos especialistas e hospital com aparelhamento adequado, o que leva boa parte da população a procurar atendimento especializado em cidades vizinhas ou nas capitais.

#### 2.1.1.4 Aspectos socioeconômicos

A economia da cidade apresenta características típicas de pequenas cidades do interior baiano. Na região de Iraquara, em áreas de ocorrência de latossolos vermelho

escuro, decorrentes da alteração de rochas carbonáticas do grupo bambuí - formação salitre observa-se alguma regularização fundiária (minifúndios) e facilidades para obtenção de água do lençol freático cárstico, que nesta região apresenta baixa salinização, favorecendo seu aproveitamento para o consumo humano. Dentre as culturas agrícolas do Circuito do Diamante, destacam-se o feijão, a mandioca, milho e o café.

Outra cultura de destaque na agricultura é a mamona, que preservou e consolidou, ao longo dos anos, a condição de um dos itens importantes da produção baiana de grãos. Lavoura de cultivo tradicional no território baiano, produto típico da agricultura familiar, a oleaginosa passou recentemente a ser objeto de atenção maior, face à sua potencialidade enquanto matéria-prima para a produção de bioenergia.

Em 2007, uma grande empresa do setor de combustíveis naturais, em parceria com o Governo Federal, implantou no município uma unidade industrial para a produção de biodiesel a partir da mamona. Com a perspectiva de alta produtividade no cultivo da oleaginosa, a expectativa era estimular o empreendedorismo dos trabalhadores rurais, para inseri-los no mercado de maneira economicamente viável e criar empregos diretos e indiretos. Apesar do grande aquecimento na economia do município nos dois primeiros anos, atualmente a geração de emprego caiu e a maioria dos produtores rurais não conta com a fábrica para comercializarem seus produtos.

Em 2010, das pessoas ocupadas na faixa etária de 18 anos ou mais, 59,23% trabalhavam no setor agropecuário, 0,23% na indústria extrativa, 3,91% na indústria de transformação, 5,30% no setor de construção, 0,28% nos setores de utilidade pública, 5,57% no comércio e 23,48% no setor de serviços. É importante destacar que dentro do setor de serviços há uma parcela significativa de pessoas que trabalha informalmente. As atividades agropecuárias são desenvolvidas nas comunidades rurais e alimentam o comércio da cidade.

**Tabela 05. Dados sobre Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)**

Indicador	Indicadores de Renda e Pobreza (taxas)		
	1991	2000	2010
IDH – municipal	0,277	0,422	0,599
Renda per capita	96,11	147,54	242,58
Proporção de pobres	61,65	40,15	32,35
Índice de Gini	0,54	0,55	0,61

Fonte: Disponível em: [http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil/iraquara\\_ba](http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil/iraquara_ba). Acesso em 04 jun. 2014. A tabela acima revela que a renda *per capita* média de Iraquara cresceu 152,40% nas últimas duas décadas, passando de R\$96,11 em 1991 para R\$147,54 em 2000 e

R\$242,58 em 2010. A taxa média anual de crescimento foi de 53,51% no primeiro período e 64,42% no segundo. A extrema pobreza (medida pela proporção de pessoas com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 70,00, em reais de agosto de 2010) passou de 61,65% em 1991 para 40,15% em 2000 e para 32,35% em 2010. Houve uma melhora no IDH do município, embora ainda permaneça abaixo do índice da Bahia (0,660) e do Brasil (0,730). Esses avanços, embora sensíveis, podem ser atribuídos ao aumento das culturas irrigadas no interior do município, que geraram emprego e renda nas comunidades, aos programas do Governo Federal como o Bolsa Família, a oferta de empréstimos para o Agronegócio, que beneficiam boa parte da população carente, implantação da usina de biodiesel, e o aumento do quantitativo de beneficiários da Previdência Social, dado o aumento da taxa de longevidade, são fatores que contribuem para o aquecimento do comércio e causam impacto positivo na economia do município. Contudo, a desigualdade aumentou: o Índice de Gini passou de 0,54 em 1991 para 0,55 em 2000 e para 0,61 em 2010.

**Tabela 06. Desenvolvimento Humano 1991 e 2000**Fonte: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013> Acesso em 04/06/2014

Indicadores	Índices		
	1991	2000	2010
Índice de Desenvolvimento Humano	0,277	0,422	0,599
Educação	0,098	0,260	0,523
Longevidade	0,544	0,618	0,749
Renda	0,400	0,468	0,548

Os dados sobre educação evidenciam uma melhora bastante significativa, (0,263 pontos), pois entre os componentes do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) foi a dimensão que mais evoluiu, seguida da longevidade e da renda. Esse avanço deve-se aos investimentos que vêm sendo realizados, em infra-estrutura, material pedagógico, melhorias nos índices de acesso e permanência dos estudantes, considerando que esta é influenciada diretamente pelo incentivo dos programas federais de distribuição de renda. Além disso, considera-se esse avanço graças, especialmente, a formação inicial e continuada de professores, coordenadores pedagógicos e diretores escolares. Ressalta-se que a região, a partir de 2004 vem sendo contemplada com a instalação

de polos universitários públicos e particulares que tem facilitado o acesso ao ensino superior como, a Universidade Estadual da Bahia (UNEB), a Faculdade de Tecnologia e Ciências (FTC), a Universidade Norte do Paraná (UNOPAR), dentre outros.

Ao observar os dados sobre longevidade, fica claro que a qualidade de vida está passando por mudanças positivas, pois nota-se um aumento na expectativa de vida da população do município. Este dado está relacionado às melhorias na área de saúde, como a implantação de postos médicos nas comunidades, que facilita o acesso aos programas de saúde e prevenção de doenças.

#### **2.1.1.5 Aspectos culturais**

A direção cultural de Iraquara, órgão vinculado a Secretaria Municipal de Educação, ciente do seu papel como instrumento incentivador, transformador da sociedade e imbuído de espírito empreendedor que a caracteriza, desde a sua criação vem esforçando-se em cumprir um dos seus objetivos primordiais de integração entre o tradicional, a tecnologia e o desenvolvimento social, tem promovido e contribuído com alguns programas como: Projeto Esporte é Vida (2010-2012) e Projeto Olimpíadas Estudantis (esporte e cultura); Dia Municipal da Leitura (implantado em 2010); Banda Filarmônica; Terno de Reis, entre outros.

Um projeto importante realizado anualmente no município é o Esporte é Vida, atual Olimpíadas Estudantis, que envolve todas as escolas da rede em atividades esportivas, apresentações culturais e atividades que envolvem conhecimentos gerais e específicos de todas as áreas. É realizado em uma semana intensa com participação dos alunos das escolas municipais e estaduais e visa planejar, incentivar e acompanhar as atividades desportivas, recreativas, culturais e de lazer, realizando ações de participação e integração de educandos da rede pública de Iraquara, em uma experiência fomentadora de valores, companheirismo, respeito à diversidade cultural e a cooperação, contribuindo para o processo formativo desses educandos e a difusão da cultura esportiva com base no sistema educacional. O projeto também visa proporcionar momentos de lazer, de recreação, de integração entre alunos e comunidade escolar.

Outra ação importante realizada pela Secretaria de Educação foi a implantação do Dia Municipal de Leitura, como parte do Projeto Institucional de Leitura que mobiliza todas as escolas e comunidades em ações sistemáticas de incentivo às práticas de leitura com vistas à formação de leitores proficientes.



O projeto institucional de incentivo à leitura é um conjunto de ações desenvolvidas em parceria com a direção cultural que visa democratizar o acesso à literatura, ampliando a comunidade de leitores proficientes no município. Em outras palavras, essa iniciativa possibilita a interação de educandos, educadores e comunidade com a cultura escrita, fomentando o desenvolvimento dos comportamentos leitores inerentes às práticas sociais de leitura.

Esse projeto envolve equipe técnica, diretores escolares, coordenadores pedagógicos, professores, alunos e comunidade do entorno das escolas do município, funcionários das escolas e voluntários, com o objetivo de ampliar a comunidade de leitores em todo o município, favorecendo condições de acesso aos textos de diferentes gêneros, em seus portadores originais, possibilitando à comunidade o desenvolvimento dos diversos comportamentos leitores.

Ainda como parte das ações para o desenvolvimento da cultura local, foi lançado em 2005 o livro *Iraquara Ontem, Hoje e Sempre*, da professora Maria Neta, natural do município, no Auditório Robinson Ribeiro. A publicação integra a Coleção *Cidades da Bahia*, da Secretaria de Cultura Territorial (SCT), que procura registrar a história dos municípios baianos. A intenção é que, a partir dos textos produzidos, a escrita sobre o passado, a informação da origem e trajetória dos municípios seja o real ponto de partida para a compreensão do presente.

No município, acontecem vários festejos e rezas em comemoração aos dias santos, como Nossa Senhora do Livramento, Santa Rita, Santo Antônio, Senhor do Bonfim, dentre outros, onde são organizados novenários com participação de várias comunidades, mantendo uma tradição religiosa de muitas décadas. Também são organizados encontros nas comunidades e casas de família, onde se reza o terço, tocam gaitas, zabumba, pandeiro, viola e sanfona. Há também, visitas de São João – no período das festas juninas, onde um grupo visita casas e são recebidos com muita animação, fogos, doces e bebidas.

Nessa mesma época, escolas e comunidades comemoram as festas juninas com apresentações de quadrilhas, casamento da roça, forrozeiros, fogueiras, comidas típicas, inclusive com festas dançantes na sede do município e na Vila Iraporanga, mantendo o regionalismo das festas juninas do Nordeste.

Outra festividade importante na tradição do município é o Terno de Reis ou Folia de Reis, um festejo de origem portuguesa ligado às comemorações do culto católico do Natal, trazido para o Brasil ainda nos primórdios da formação da identidade cultural brasileira, e que ainda hoje se mantém vivo nas manifestações folclóricas de muitas

regiões do país, inclusive em Iraquara. Ocorre junto aos festejos de Natal, comemorado por grupos que visitam as casas tocando músicas alegres em louvor aos "Santos Reis" e ao nascimento de Cristo; essas manifestações festivas estendem-se até o início de janeiro. Os grupos, chamados de Terno de Reis, são compostos por músicos que tocam instrumentos, em sua maioria de confecção caseira e artesanal, como tambores, pandeiros, reco-reco, flauta e rabeca (espécie de violino rústico), além da tradicional viola caipira e da sanfona.

Além das festas populares, o município vem incentivando a prática desportiva da população, a qual conta com quadras poliesportivas na sede e em vários povoados, sendo a maioria delas escolares, abertas para uso da comunidade. Há ainda um estádio de futebol na sede e a presença de campos nos povoados. O esporte favorito é o futebol, em torno do qual são mobilizados campeonatos e torneios entre as comunidades ao longo do ano.

#### **2.1.1.6 Infraestrutura material**

O município de Iraquara dispõe de energia elétrica em todo o seu território, sendo que 97,63% da população conta com energia elétrica em seu domicílio. Também, houve nos últimos anos uma melhoria significativa do abastecimento de água, uma vez que em 2000 apenas 34,70% da população dispunha de água encanada, aumentando esse índice para 76,99% em 2010. No entanto, o município ainda necessita avançar bastante em relação ao esgotamento sanitário e a destinação dos resíduos sólidos de forma adequada, uma vez que serviço de coleta, em geral, é realizado em caçambas que recolhem o lixo na cidade e em alguns povoados e vilas, sendo lançado em depósito a céu aberto sem critérios seletivos.

Em relação aos serviços de comunicação, Iraquara atualmente conta com uma agência dos Correios, rede de telefone fixo e sinal móvel de uma operadora de telefonia celular, além de acesso à internet via rádio, cujo sinal atinge a sede e as comunidades com maior índice populacional. No entanto, o serviço de telefonia celular ainda é precário, restringindo-se à sede e algumas comunidades.

A sede do município é cortada pela BR 122, via principal que dá acesso a BR 242, que liga o município a capital. O transporte no interior é feito por meio de micro-ônibus, automóveis e motocicletas, sendo que a sede conta com uma linha de ônibus que efetua o transporte intermunicipal entre o município e as duas cidades principais da região: Irecê e Seabra.

Ressalta-se que em 2014, Iraquara possui em seu território 35 escolas públicas municipais, atendendo da educação infantil ao Ensino fundamental I e II, com uma creche do Pró-infância em fase de inauguração, uma escola estadual, que atende o ensino médio e uma particular, que atende da educação infantil ao ensino fundamental I e II. Todas possuem energia elétrica, contam com água encanada e fossa para a destinação do esgoto sanitário. Do total de escolas públicas municipais 82,9% estão localizadas na zona rural, facilitando, assim o acesso da população do campo à educação.

## **2.2. ANÁLISE SITUACIONAL DA EDUCAÇÃO**

### **2.2.1 Níveis da Educação: Educação Básica e Superior**

A educação escolar compõe-se dos níveis de Educação Básica e Educação Superior, conforme Lei nº 9.394/96, art. 21.

A Educação Básica é organizada em Etapas e Modalidades. Podendo citar as etapas da Educação Básica:

A **Educação Infantil** constitui a primeira etapa da Educação Básica e tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até os seis anos de idade, em seus diferentes aspectos (Lei nº 9394/96, art. 29). Destina-se às crianças de zero a seis anos e é ofertada em creches "para crianças de até três anos de idade e em pré-escolas, para crianças de quatro a seis anos de idade" (Lei nº 9394/96, art. 30).

O **Ensino Fundamental** constitui a segunda etapa da Educação Básica, com matrícula obrigatória para crianças a partir dos seis anos de idade e com duração de nove anos de escolaridade, gratuito na escola pública (Lei nº 9394/96, arts. 6, 32).

O **Ensino Médio** é a etapa final da Educação Básica com duração mínima de três anos e tem como função específica propiciar aos alunos as competências necessárias para prática social vinculadas ao mundo do trabalho (Lei nº 9394/96, art. 35).

A **Educação Superior** deve ter o compromisso de contribuir permanentemente com a Educação Básica por meio do resultado de pesquisas que possam promover a atualização de docentes, bem como prover os fundamentos epistemológicos e

pedagógicos relativos aos níveis iniciais de pedagógicos relativos aos níveis iniciais de educação. Nesse sentido é válido afirmar que essa etapa deve capacitar docentes e auxiliar na construção de currículos adequados ao cenário contemporâneo, promovendo o desenvolvimento do nível cognitivo dos alunos elevando assim a formação das futuras gerações.

### **2.2.1.1 Etapas da Educação Básica**

A Educação Básica, a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB - 9.394/96), passou a ser estruturada por etapas e modalidades de ensino, englobando a Educação Infantil, o Ensino Fundamental obrigatório de nove anos e o Ensino Médio. Sendo ela o caminho para assegurar a todos os brasileiros a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhes os meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores. Atualmente, os documentos que norteiam a educação básica são a Lei nº [9.394](#), que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), as [Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica](#) e o [Plano Nacional de Educação](#), aprovado pelo Congresso Nacional em 26 de junho de 2014. Outros documentos fundamentais são a [Constituição da República Federativa do Brasil](#) e o [Estatuto da Criança e do Adolescente](#).

### **2.2.1.2 Educação Infantil**

A Educação Infantil objetiva promover o desenvolvimento das competências e potencialidades do aluno, visando sua formação integral como construtor e participante ativo do processo contínuo e dinâmico do saber, cumprindo suas funções indissociáveis entre o cuidar e o educar.

Até o ano de 2013, o município contava com apenas uma creche na zona urbana, atendendo crianças de 1 ano e 10 meses a 3 anos e 6 meses, com funcionamento das 8:00h às 16:00h. Nesta instituição, 137 crianças foram atendidas em tempo integral, distribuídas em 07 salas, com corpo docente formado por 16 professores e 08 monitores (SEMEC, 2013). No entanto, essa unidade ainda não dá conta de atender a demanda do município. Por conta disso, o município foi contemplado com uma creche do Proinfância (tipo B), também na sede, com capacidade para 60 crianças em tempo integral ou 120 crianças em tempo parcial (turnos matutinos e vespertinos). A mesma ainda está em processo de finalização da obra.

Neste mesmo ano, o município atendeu um total de 945 crianças na faixa etária de 1 ano e 8 meses a 5 anos. Destas, 77 crianças são alunos da rede privada, 546 crianças matriculadas na zona rural e 322 na zona urbana. Com relação aos alunos da zona urbana, da rede pública, vale salientar que os mesmos estão matriculados em uma única escola em tempo parcial de 04 horas diárias, com adaptações para este segmento. Para melhor atender aos alunos, a Secretaria Municipal de Educação baixou a Portaria de Matrícula, Nº 001/2013, na qual estabelece o número de crianças por professor, de acordo com os Parâmetros do Conselho Nacional de Educação: Creche – 06 a 08 crianças de 0 a 2 anos e 15 crianças de 3 anos; Educação Infantil – 20 crianças de 04 e 05 anos.

**Tabela 07. Evolução da matrícula da Educação infantil no município de Iraquara, por dependência administrativa e localização 2010 a 2013**

Anos	Municipal		Estadual		Particular		Total
	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	
2010	271	465	-	-	49	-	785
2011	273	496	-	-	44	-	813
2012	307	526	-	-	56	-	889
<b>2013</b>	<b>322</b>	<b>546</b>	<b>-</b>	<b>--</b>	<b>77</b>	<b>-</b>	<b>945</b>

Fontes: MEC/INEP, para os dados de matrícula, Anuário Estatístico Estadual e Secretaria Municipal de Educação, 2014 Disponível em

<http://matricula.educacenso.inep.gov.br/controller.php> Acesso em outubro de 2014.

Como mostra a tabela 7, a Rede Municipal detém o maior volume de matrículas, uma vez que o estado não atende a educação infantil e a rede privada apresenta uma discreta parcela de alunos matriculados. A SEMEC, preocupada em oferecer, uma Educação Infantil pública de qualidade, pensou em uma instituição com um espaço físico e mobiliário adequado a essa faixa etária, bem como com acessibilidade e localização geográfica favorável, que atendesse a toda sede do município. Vale ressaltar que essa adequação do espaço físico está sendo ampliada gradativamente para melhor atender essas crianças. Com a implantação desta escola municipal, especificamente voltada para atender a demanda da clientela de 4 e 5 anos e com um ensino cada vez mais qualificado, a procura por matrículas vem aumentando.

Por outro lado, é possível observar que entre os anos de 2012 e 2013 houve um crescimento de mais ou menos 37,5% na matrícula da educação infantil, na rede particular, por conta da oferta de atendimento ao público de 2 e 3 anos de idade, o que não reflete na ampliação do número de matriculados na rede municipal. De modo geral, é importante considerar o quanto o município tem conseguido ampliar a oferta de matrículas tanto na creche quanto na pré-escola entre os anos de 2010 e 2013,

tentando desta forma atender o que prevê o PNE quanto ao acesso das crianças a instituições educacionais.

**Tabela 08. Frequência por ano dos nascidos vivos no município de Iraquara nos anos de 2012 e 2013**

Nascidos Vivos – Bahia			
Município de Iraquara	Período		Total
	2012	2013	
	322	293	615

Fonte: Secretaria Municipal de Saúde, 2014.

Diante da tabela acima, percebe-se que do ano de 2012 a 2013, houve uma redução de 10,1% de crianças nascidas vivas no município. A Secretaria Municipal de Saúde (SMS) vem ampliando o trabalho dos agentes de saúde a serviço da conscientização da importância do acompanhamento pré-natal, e as unidades de saúde contam com profissionais qualificados para atendimento às gestantes com, no mínimo, seis consultas pré-natais e outros atendimentos, o que vem gerando benefícios na gestação e partos seguros, prevenindo, deste modo, a saúde da mãe e do bebê. Apesar da diminuição da população nesta faixa etária, o atendimento no setor da educação só sofrerá alguma influência após dois anos, período em que as crianças terão acesso a creche, por conta do público atendido pela mesma.

**Tabela 09. Taxa de escolarização de Educação Infantil do município 2010**

Segmentos	População (A)	Matrícula (B)	Não Matriculados (C)	Taxa %
Creche (0 a 3 anos)	1551	64	1487	4,12%
Pré-Escola (4 a 5 anos)	811	721	90	88,90%
Total (0 a 5 anos)	2362	785	1577	33,33%

Fontes: IBGE, para os dados de população; MEC/INEP, para os dados de matrícula. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/Acesso em outubro de 2014>

A síntese dos dados em relação à taxa de escolarização da educação municipal indica que a Educação Infantil teve significativa melhora entre 2010 e 2013 (conforme tabela 07). Em 2010 havia 785 das 2.362 crianças de 0 a 5 anos frequentando creches ou pré-escolas, contra 945 no ano de 2013. Essa melhora se deu pela ampliação do atendimento às crianças de 4 anos, apesar da melhora, a síntese indica que a maioria das crianças na faixa etária entre 0 a 3 anos ainda não frequenta a escola.

**Tabela 10. Taxa de escolarização da Educação Infantil no Município de Iraquara, por localização – 2010**

Localização	População de 0 a 5 anos (A)	Matrícula (B)	Escolarização %
Urbana	705	320	45.39%
Rural	1657	465	28.06%
<b>Total</b>	<b>2362</b>	<b>785</b>	<b>33,23%</b>

Fontes: IBGE, para os dados de população; MEC/INEP, para os dados de matrícula. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/> Acesso em outubro de 2014

A tabela aponta que a diferença entre a taxa de escolarização da Educação Infantil é evidente na zona urbana e rural. Em 2010 a zona rural atendia 28,06% de crianças de 0 a 5 anos, esse baixo índice é relativo à falta de creches na zona rural. É visível a necessidade da ampliação desse atendimento com a construção de creches não só na zona urbana, mas também na zona rural que atenda as crianças desta faixa etária ampliando o acesso de 0 a 3 anos para todo o município. Porém, sabe-se que é necessário analisar o orçamento público, como também, buscar convênios e parcerias com o intuito de cumprir a meta 1 do PNE, para verificar a possibilidade dessa ampliação, bem como a real demanda deste público.

No início do ano letivo de 2010, a Secretaria Municipal de Educação se reestruturou instituindo a supervisão técnica da Educação Infantil, visando dar um atendimento específico à pré-escola, que apesar de vários investimentos realizados na última década, ainda era limitado o acompanhamento sistemático das aprendizagens deste público alvo.

A partir de 2012 os investimentos na formação dos professores para qualificação da prática pedagógica intensificou-se, disponibilizando para isso, 08 coordenadores pedagógicos que atendem escolas/núcleo. Além disso, tem também instituído vários projetos com o propósito de qualificar o processo de aprendizagem das crianças, entre eles é importante considerar o relacionado ao incentivo à leitura com ações que envolvem funcionários da escola, alunos, pais e comunidade de entorno a fim de desenvolver o gosto e o hábito de ler.

Partindo desse pressuposto, o art. 29 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (2013) nos diz que a Educação Infantil visa promover o bem-estar da criança, seu desenvolvimento físico, motor, emocional, intelectual, moral e social, a ampliação de

suas experiências, bem como, estimular seu interesse pelo processo do conhecimento do ser humano, da natureza e da o município tem muito a avançar em prol de uma educação que priorize a formação continuada, tendo como eixo principal o brincar nas instituições que atendem a essa faixa etária. Apesar da proposta pedagógica das escolas da rede municipal contemplar todos os eixos do conhecimento que o Referencial Curricular Nacional da Educação Infantil (RCNEI) propõe, percebe-se que há ainda a necessidade de qualificar a prática pedagógica para atender as demandas deste público, bem como dar conta do que estabelece a proposta pedagógica municipal e os documentos nacionais que apóiam o ensino/ aprendizagem deste segmento.

Outro aspecto a ser considerado é o atendimento aos alunos com deficiência. Desde a educação infantil já existe a inclusão destas crianças nas salas regulares, alguns contam com o acompanhamento do cuidador (de acordo à necessidade), outros necessitam somente da intervenção do professor que em muitos casos não tem a capacitação adequada para a realização do atendimento à criança com necessidade especial. Pensando na demanda de crianças com necessidades especiais que tem aumentado nas escolas públicas, a Secretaria de Educação em parceria com o Ministério da Educação e Cultura (MEC) implantou em 2011 no município as salas de recursos multifuncionais para apoiar o trabalho realizado nas salas regulares e deste modo atender as crianças e professores que necessitam deste apoio.

Diante dessa realidade, constata-se a insuficiência no atendimento à Educação Infantil no município, o que se constitui como desafio a ser enfrentado nos próximos anos, a fim de assegurar o direito à educação com qualidade nesse segmento.

### **2.2.1.3 Ensino Fundamental**

A Constituição Federal de 1988 define que o acesso ao Ensino Fundamental é obrigatório, gratuito e é direito público subjetivo. O não oferecimento pelo Poder Público ou sua oferta irregular implica responsabilidade de autoridade competente. O artigo 208 da Constituição preconiza ainda a garantia de sua oferta, inclusive para todos os que a ele não tiverem acesso na idade própria. Vale ressaltar que é básico na formação do cidadão, de acordo com a LDB, Artigo 32, o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo, pois constituem meios para o desenvolvimento da capacidade de aprender e de se relacionar no meio social e político. É, portanto, prioridade oferecê-lo a toda população brasileira.

De acordo com a LDB – Lei nº 9.394/96 – é dever de o Estado promover a educação pública mediante a garantia de oferta de ensino em todos os segmentos da educação



básica, assegurado padrões mínimos de qualidade de ensino. Nesse sentido União, Estado e Município, em regime de colaboração, tem responsabilidades específicas que se configuram em organizar, manter e desenvolver os seus respectivos sistemas de ensino.

Os desafios da educação em Iraquara estão fundamentalmente ligados à questão da qualidade do ensino. O município conta com 34 estabelecimentos de ensino fundamental, 29 na zona rural e 05 na sede, todos mantidos pela Prefeitura Municipal, além de uma particular.

**Tabela 11. Evolução das matrículas do Ensino Fundamental no Município de Iraquara, por dependência administrativa e localização 2010 –2013**

Anos	Municipal		Estadual		Particular		Total
	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	
2010	927	3273	235	-	186	-	4.621
2011	930	3105	199	-	206	-	4.440
2012	1067	3001	-	-	190	-	4.258
2013	1113	2837	-	-	184	-	4.134

Fonte: Secretaria Municipal de Educação- Iraquara -Bahia, 2014/ INEP

De acordo com a tabela houve diminuição de matrículas, tanto nas escolas públicas estadual e municipais. Exceto na análise da esfera municipal que houve aumento em 2012 devido a municipalização da escola. Essa queda não significa que as crianças estão saindo da escola, mas está intimamente relacionada à redução das taxas de natalidade no município que diminui também a população em idade escolar. Outro fator está relacionado ao maior nível de conhecimento frente aos métodos anticoncepcionais.

**Tabela 12. Matrícula do Ensino Fundamental do Município de Iraquara, por idade e série. Rede Municipal, 2013**

Idades	1º ano	2º Ano	3º ano	4º ano	5º ano	6º Ano	7º ano	8º ano	9º ano	Total
6 anos	300	04	-	-	-	-	-	-	-	304
7 anos	65	292	02	-	-	-	-	-	-	359
8 anos	01	75	293	06	-	01	-	-	-	376
9 anos	-	03	87	321	-	-	-	-	-	411

10 anos	-	-	05	91	313	11	01	-	-	421
11 anos	-	-	03	12	78	219	31	03	-	346
12 anos	01	04	03	16	26	107	225	36	-	418
13 anos	-	-	02	04	10	37	81	224	20	379
14 anos	-	-	01	03	13	21	62	79	193	378
15 anos	-	-	-	01	03	12	20	34	73	143
+ 16 anos	01	01	01	01	05	06	20	25	80	140
Nº total de alunos matriculados	368	379	397	455	448	414	440	401	366	3.675
Nº total de alunos em defasagem	03	09	15	37	31	76	102	59	80	412
% em defasagem	0,81%	2,36%	3,77%	8,13%	6,91%	18,35%	23,18%	14,71%	21,5%	11,21%

Fonte: Secretaria Municipal de Educação- Iraquara -Bahia, 2014/ INEP

Os dados da tabela revelam que os maiores índices de distorção idade-série no Ensino Fundamental I concentram-se no ciclo 2, mais especificamente no 4º ano, com 10,98%. Já no Ensino Fundamental II, o 6º ano é a série que apresenta o maior percentual defasagem idade-série, com 24,72%. As principais razões pelas quais os alunos apresentam distorção idade-série devem-se à repetência provocada pela deficiência no processo de letramento.

Para minimizar esse problema, o município vem desenvolvendo ações, desde 2000, quando foi implantada a coordenação pedagógica. Além disso, tem firmado convênios com universidades públicas, particulares e institutos para atender as demandas da formação inicial e continuada dos professores. Alternativa tem sido o acompanhamento pedagógico promovido através do monitoramento da frequência, bem como os conselhos de classe bimestrais para detectar os problemas de reprovação, baixo índice de aprendizado, e assim, promover ações para dar enfrentamento as dificuldades dos alunos.

Acerca do rendimento escolar, podemos analisar que no triênio 2008 a 2010, a rede estadual tem apresentado índices elevados em relação ao abandono e a reprovação, conforme é possível visualizar na tabela abaixo:

**Tabela 13. Taxas de Rendimento - Rede Estadual em Iraquara, 2008 a 2010**

SÉRIE / ANO	Ano	Taxa de Aprovação		Taxa de Reprovação		Taxa de Abandono	
		Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural
1ª Série / 2º ano do EF	2008	-	-	-	-	-	-
	2009	-	-	-	-	-	-
	2010	-	-	-	-	-	-
2ª Série / 3º ano do EF	2008	-	-	-	-	-	-
	2009	-	-	-	-	-	-
	2010	-	-	-	-	-	-
3ª Série / 4º ano do EF	2008	-	-	-	-	-	-
	2009	-	-	-	-	-	-
	2010	-	-	-	-	-	-
4ª Série / 5º ano do EF	2008	-	-	-	-	-	-
	2009	-	-	-	-	-	-
	2010	-	-	-	-	-	-
5ª Série / 6º ano do EF	2008	85,20	-	7,40	-	7,40	-
	2009	71,10	-	19,00	-	9,60	-
	2010	59,68	-	25,40	-	15,90	-
6ª Série / 7º ano do EF	2008	69,80	-	15,90	-	14,30	-
	2009	77,10	-	5,70	-	17,20	-
	2010	69,40	-	10,20	-	20,40	-
7ª Série / 8º ano do EF	2008	70,90	-	3,60	-	25,50	-
	2009	82,40	-	7,80	-	9,80	-
	2010	80,30	-	8,20	-	11,50	-
8ª Série / 9º ano do EF	2008	77,60	-	3,00	-	14,90	-
	2009	88,50	-	0,00	-	11,50	-
	2010	81,00	-	3,40	-	15,60	-

Fonte: Secretaria Municipal de Educação-Iraquara-Bahia, 2014/ INEP

Esses dados podem ser atribuídos a fatores como a inexistência do processo de formação continuada dos professores, ausência de coordenador pedagógico, além disso, as maiorias dos professores da escola estadual que atendia os anos finais do ensino fundamental não possuíam formação específica para a área que lecionavam.

Um dos fatores que contribuiu para reduzir as diferenças entre os alunos da escola estadual e das escolas municipais devido a formação continuada existente na rede

municipal foi a municipalização da Escola Manoel Félix num processo iniciado em 2011 e efetivado no ano seguinte.

**Tabela 14. Taxas de Rendimento - Rede Municipal em Iraquara**

SÉRIE / ANO	Ano	Taxa de Aprovação		Taxa de Reprovação		Taxa de Abandono	
		Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural
1ª Série / 2º ano do EF	2008	76,70	81,80	19,00	16,20	4,30	2,00
	2009	93,60	84,40	5,30	14,40	1,10	1,20
	2010	84,50	86,60	9,30	11,00	6,20	2,40
2ª Série / 3º ano do EF	2008	66,20	77,40	30,10	20,60	3,70	2,00
	2009	90,00	87,00	7,90	10,90	2,10	2,10
	2010	91,60	89,20	6,00	9,30	2,40	1,50
3ª Série / 4º ano do EF	2008	78,50	81,10	17,80	15,70	3,70	2,60
	2009	86,50	90,50	12,60	7,70	0,90	1,80
	2010	91,30	88,70	7,30	8,90	1,40	2,40
4ª Série / 5º ano do EF	2008	79,40	86,80	15,90	8,80	4,70	4,40
	2009	80,00	93,00	17,60	5,30	2,40	1,70
	2010	86,60	92,60	8,00	5,20	5,40	2,20
5ª Série / 6º ano do EF	2008	76,70	69,70	16,40	21,50	6,90	8,80
	2009	75,80	77,60	20,80	15,80	3,40	6,60
	2010	83,30	87,00	10,20	7,40	6,50	5,60
6ª Série / 7º ano do EF	2008	75,00	71,60	13,50	20,00	11,50	8,40
	2009	70,10	76,50	22,80	15,30	7,10	8,20
	2010	82,50	88,70	13,80	3,40	3,70	7,90
7ª Série / 8º ano do EF	2008	85,10	77,90	5,40	14,50	9,50	7,60
	2009	80,50	82,20	16,90	10,50	2,60	7,30
	2010	74,40	90,90	12,80	4,50	12,80	4,60
8ª Série / 9º ano do EF	2008	93,30	86,90	1,70	3,70	5,00	9,40
	2009	89,90	82,50	5,10	10,50	5,00	7,00
	2010	88,30	89,00	10,00	3,70	1,70	7,30

Fonte: Secretaria Municipal de Educação- Iraquara -Bahia, 2014/ INEP

O índice de reprovação por nota dos anos iniciais nas Escolas Municipais de Ensino Fundamental caiu para 5,95% em 2010, no ano letivo de 2009, esse índice era de 8,39%. Atualmente, entre o 6º e o 9º ano existem cerca de 1.789 alunos na rede municipal de ensino. Nos anos de 2009 e 2010 nas séries finais o índice de reprovação foi de 5,67%.

De todas as séries do Ensino Fundamental, o 4º e o 6º ano são as que apresentam maior número de repetência ao final do ano letivo. Normalmente atribui-se ao fato de

muitos alunos apresentarem nível de aprendizagem baixo em relação à série que se encontra. Além disso, o aluno está em processo de transição entre a infância e adolescência, e, ao iniciar o 6º ano, ocorre uma brusca mudança em sua vida escolar. Deve-se levar em conta, também, os problemas intra-escolares, que angustiam a criança, sem que ela mesma perceba.

Assim, a equipe técnica municipal nota que, apesar destas séries serem as que mais reprovam, há uma diminuição do índice, resultado do reforço paralelo que é desenvolvido nas escolas de ensino fundamental do município. As aulas de reforço são ministradas pelos professores responsáveis pela sala de onde o estudante é originário, em horário contrário, ou em reorganização por sala, de acordo com as dificuldades dos alunos.

Já a reprovação por evasão nos anos finais do ensino fundamental passou de 5,5%, em 2009, para 4%, em 2010. São vários os fatores que estão relacionados com estes dados, como problemas familiares diversos, mudanças para outros estados em busca de empregos, a saída para a colheita do café e ainda a falta de perspectiva de vida.

Nos anos iniciais, a reprovação em 2010, somando a repetência por nota e por evasão, foi de 9.03%, com um total de, aproximadamente, 3.178 alunos do 1º ao 5º ano da rede municipal.

Para perseguir o objetivo de diminuir cada vez mais os índices de reprovação por nota e por evasão nas Escolas Municipais de Iraquara, a Secretaria Municipal de Educação (SME) organizou uma equipe psicopedagógica e apoio de um assistente social, que tem por objetivo conhecer e acompanhar os alunos com dificuldade de aprendizagem.

Uma das estatísticas que apontam elevação nos índices no ensino dos anos iniciais do ensino fundamental da rede municipal é com relação à alfabetização. Dados da Provinha Brasil – exame que o Governo Federal disponibiliza às escolas públicas para avaliar o nível de alfabetização dos alunos do 2º ano/ 1ª série – apontam que houve uma evolução no ensino das crianças em Iraquara. É meta do município que todas as crianças estejam alfabetizadas até o final do 2º ano/ 1ª série e que todos os estudantes até ao final do 9º ano sejam capazes de desenvolver os diferentes modos de ler.

A rede municipal também tem investido na constituição de sua equipe pedagógica, a qual inclui coordenação pedagógica, supervisão técnica e diretoria pedagógica, que muito tem contribuído para o avanço da educação. Além disso, o município de Iraquara vem realizando um grande investimento na formação leitora de seus professores e estudantes no intuito de vencer as limitações impostas pelo histórico de analfabetismo funcional. Tem assumido na formação continuada, promovida em parceria com o Instituto Chapada de Educação e Pesquisa (ICEP), implantada desde 2000, a leitura como conteúdo a ser ensinado por todas as áreas do currículo escolar.

Os encontros formativos no município visam aprofundar os conhecimentos que os coordenadores pedagógicos e professores já têm focar nos acompanhamentos às classes, principalmente para contribuir em aprofundar ainda mais o conhecimento com relação ao trabalho com produção de texto e leitura em todas as áreas de conhecimento.

A formação continuada tem importante papel na contribuição da formação dos educadores do município de Iraquara, pois de forma sistemática apóia os coordenadores pedagógicos na realização e avaliação da formação dos professores, articulada aos contextos profissionais.

#### **2.2.1.4 Ensino Médio**

Oferecer um ensino de qualidade é de fundamental importância para o desenvolvimento do sujeito enquanto cidadão crítico e atuante, responsável pela transformação da sociedade. Nesse sentido, é de suma importância que os alunos egressos do Ensino Fundamental II tenham acesso ao Ensino Médio, bem como formas de garantir a permanência, com qualidade, dos mesmos na escola.

Garantir a continuidade dos estudos dos alunos egressos do Ensino Fundamental II no Ensino Médio é de competência do Estado, como prevêem a Emenda Constitucional nº 14 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN). Segundo as quais compete a essa esfera garantir o tanto o financiamento quanto a sua manutenção e desenvolvimento.

Neste caso, não é de competência legal do governo municipal a oferta de educação no Ensino Médio. Entretanto, no caso específico de Iraquara, é oferecido suporte no intuito de garantir a continuidade dos estudos dos alunos egressos do Ensino Fundamental II para o Ensino Médio. Esse suporte refere-se ao transporte público para esse alunado, bem como, a oferta de recursos humanos e físicos para o funcionamento de programas como o Ensino Médio com Intermediação Tecnológica (EMITEC) dos anexos, caracterizados como extensões de turmas matriculadas na escola sede, mas atendidas

na zona rural. Ainda é pertinente colocar que em virtude da demanda apresentada na vila de Iraporanga, o município mantém em seu sistema uma escola de Ensino Médio. É nesse contexto, que se solidifica a relação de cooperação entre as esferas Estadual e Municipal, em regime de colaboração e parceria.

Esse regime de colaboração e parceria possibilita buscar melhorias para o ensino hoje oferecido em ambas às esferas, ou ainda traçar um perfil da escola no intuito de analisar os índices de matrículas iniciais, aprovação, reprovação e evasão, dados essenciais ao acompanhamento da vida dos alunos.

Com a análise dos dados das tabelas abaixo, apresenta-se a realidade atual do município, delineando o trabalho a ser feito com vistas a uma estruturação e qualificação do Ensino Médio.

**Tabela 15. Matrícula Inicial do Ensino Médio no Município de Iraquara, por dependência administrativa e localização 2010/2013**

Anos	Municipal		Estadual		Privada		Total
	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	
2010	-	190	857	-	-	-	1047
2011	-	194	948	-	-	-	1142
2012	-	189	907	-	-	-	1096
2013	-	212	1013	-	-	-	1225

Fonte: <http://portal.inep.gov.br/básica-censo-escolar-matricula>. Acesso em 21/07/2014

No município, o ensino médio é assistido por uma escola municipal (o Educandário Roberto Figueira Santos, na comunidade de Iraporanga), com matrícula estável entre os anos de 2009 a 2014, média de 180 alunos, e uma estadual (o Centro Educacional Manuel Teixeira Leite), que atende a uma demanda de matrícula também estável, compartilhada com 02 anexos em comunidades rurais: a Escola Municipal Altino Rodrigues, na comunidade de Zabelê, com a modalidade regular, e a Escola Municipal Artemísia Rodrigues Nogueira, na comunidade de Santa Rita, esta com a oferta do programa EMITEC.

**Tabela 16. Taxas de Rendimento do Ensino Médio- Rede Estadual**

Fase / Nível	Taxa Aprovação			Taxa Reprovação			Taxa Abandono			
	Urbana	Rural	Total	Urban	Rur	Total	Urbana	Rur	Total	
			l	a	al			al		
1º an o do	2008	77.30	-	77.30	4.00	-	4.00	18.70	-	18.70
	2009	71.80	-	71.80	6.70	-	6.70	21.10	-	21.10

<b>E</b> <b>M</b> <b>2º</b> <b>an</b> <b>o</b> <b>do</b> <b>E</b> <b>M</b>	201	86.50	-	86.5	1.00	-	1.00	12.50	-	12.50
	0			0						
	200	83.60	-	83.6	2.30	-	2.30	14.10	-	14.10
<b>3º</b> <b>an</b> <b>o</b> <b>do</b> <b>E</b> <b>M</b>	200	77.50	-	77.5	7.00	-	7.00	15.50	-	15.50
	9			0						
	201	89.60	-	89.6	0.30	-	0.30	10.10	-	10.10
<b>3º</b> <b>an</b> <b>o</b> <b>do</b> <b>E</b> <b>M</b>	200	89.10	-	89.1	0.00	-	0.00	10.90	-	10.90
	8			0						
	200	85.40	-	85.4	3.80	-	3.80	10.80	-	10.80
<b>3º</b> <b>an</b> <b>o</b> <b>do</b> <b>E</b> <b>M</b>	201	90.10	-	90.1	0.80	-	0.80	9.10	-	9.10
	0			0						

Fonte: Ambiente Integrado de Desenvolvimento - IDE

A tabela acima ilustra o desempenho da rede estadual no município de Iraquara no triênio 2008-2009-2010. Nesse período, observa-se uma elevação no número de aprovação entre os anos de 2008 e 2010, com conseqüente redução das taxas de reprovação e evasão nos mesmos anos. Entretanto, o ano intermediário desse triênio (2009) apresenta uma situação atípica, em que se observa uma elevação nos índices de reprovação e evasão, com conseqüente redução do número de aprovação, situação esta já observada nos anos finais do Ensino Fundamental II (8º e 9º anos) nas escolas do município, conforme dados fornecidos pelo MEC. Compreender essa mudança brusca requer uma análise de dados escolares internos, no intuito de se verificar os fatores que contribuíram para tal situação, assim como os planos de ação e metas previstas para aquele ano.

**Tabela 17. Taxas de Rendimento do Ensino Médio- Rede Municipal**

Fase / Nível		Taxa Aprovação			Taxa Reprovação			Taxa Abandono		
		Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total
<b>1º</b> <b>an</b> <b>o</b> <b>do</b> <b>EM</b>	200	-	86.70	86.70	-	3.60	3.60	-	9.70	9.70
	8									
	200	-	68.20	68.20	-	13.60	13.60	-	18.20	18.20
<b>2º</b>	201	-	83.10	83.10	-	1.40	1.40	-	15.10	15.10
	0									
<b>2º</b>	200	-	90.20	90.20	-	4.90	4.90	-	4.90	4.90



an o do EM	8									
	200	-	82.90	82.90	-	8.60	8.60	-	8.50	8.50
201	0	-	89.10	89.10	-	5.30	5.30	-	5.20	5.20
	3º									
an o do EM	200	-	96.40	96.40	-	0.00	0.00	-	3.60	3.60
	200	-	94.40	94.40	-	1.90	1.90	-	3.70	3.70
201	0	-	88.30	88.30	-	3.30	3.30	-	8.40	8.40

Fonte: Ambiente Integrado de Desenvolvimento - IDE

Como se observa nos dados relativos ao Ensino Médio estadual, também a situação seguiu uma tendência semelhante como os dados referentes ao Ensino Médio municipal, com dados atípicos em 2009, em comparação aos dados de 2008 e 2010. Entretanto, vale ressaltar que no 3º Ano do Ensino Médio em 2010, os índices ainda mostram uma taxa elevada de reprovação e evasão em comparação as demais séries, o que resulta, conseqüentemente, numa ligeira queda nos índices de aprovação no mesmo ano.

A análise das tabelas 16 e 17 mostram que as taxas de aprovação vêm crescendo nas escolas de Ensino Médio no município, mas os índices de abandono no turno noturno (segundo dados fornecidos pelas escolas analisadas) ainda são preocupantes. Embora tenha ocorrido uma significativa redução, a taxa de abandono ainda é alta, revelando que boa parte dos alunos deixa a escola antes de concluir essa etapa de escolaridade, interrompendo sua vida escolar precocemente. Em Iraquara, um fator que concorre para essa realidade é a necessidade do jovem de ingressar no mercado de trabalho (como forma de complementar a renda familiar) e a dificuldade em conciliar as duas atividades e, muitas vezes, a necessidade de buscar ofertas de emprego fora do município.

**Tabela 18. Desempenho no Exame Nacional do Ensino Médio dos Concluintes das Escolas divulgadas - ENEM 2009 no Município**

Nível	Média da prova objetiva	Média da redação	Média Total (Redação e Prova Objetiva)	Média da prova objetiva com correção de participação	Média Total (Redação e Prova Objetiva) com correção de participação

<b>Rede Federal</b>	584.66	-	-	-	630.09
<b>Rede Estadual</b>	458.93	-	-	-	509.64
<b>Rede Municipal</b>	449.86	-	-	-	506.98

Fonte: Ambiente Integrado de Desenvolvimento - IDE

Os dados da tabela 18 revelam que a rede municipal está com as médias abaixo da estadual e que a distância com relação à média da rede federal aumenta significativamente. Dentre os fatores que contribuem para esse baixo desempenho da rede municipal, é possível citar a pouca participação de alunos concluintes de Ensino Médio no exame, assim como o baixo investimento por parte das entidades mantenedoras, se comparado à esfera federal. Porém houve reestruturação física da escola sede, aumento significativo de professores efetivos e REDA's e diminuição da rotatividade do quadro de professores.

O estudo realizado a partir da análise dos dados fornecidos pelas tabelas 16, 17 e 18 mostra que se faz necessário pensar ações efetivas no intuito de reduzir os índices de evasão das escolas de ensino médio no município de Iraquara. Tais ações perpassam pelo aumento de investimento e direcionamento dos recursos para atender as reais necessidades das escolas e dos alunos, como melhoria da estrutura física, adequação de espaços como biblioteca e infocentros.

No âmbito pedagógico, foram implantados Projetos estruturantes do Estado como: FACE, EPA, TAL, AVE e JERPS e outros projetos como Gincana do Meio Ambiente; África e a Taça CEMTL de Futsal. Também foi aderido o Projeto de Formação Continuada – Pacto pela Educação no Ensino Médio. Além disso, seriam necessárias ações voltadas para o pedagógico, como garantia dos espaços de planejamento coletivo entre os professores e a implementação de planos de ação direcionados a problemas críticos como evasão e baixo desempenho na aprendizagem. Tudo isso, somado ao envolvimento de todos (escola, pais, sociedade), tornaria possível a busca pela qualidade de educação que todos almejam.

## **2.2.2 EDUCAÇÃO SUPERIOR**

### **2.2.1 Ensino Superior**

Na última década, verificou-se, no Brasil, um aumento significativo da oferta de cursos de Educação Superior. Muitos Centros Universitários e Faculdades foram criados e

passaram a oferecer um número considerável de novos cursos. Até mesmo organizações empresariais fizeram investimentos em Educação Superior. Esse fato relaciona-se, não somente às alterações da legislação educacional, mas, também, aos novos contornos sociais e econômicos do país. A manutenção das atividades típicas das Universidades – ensino, pesquisa e extensão – e das Instituições de Ensino Superior (IES), que constituem o suporte necessário para o desenvolvimento científico, tecnológico e cultural do país, não será possível sem o fortalecimento do setor público. Paralelamente, a expansão do setor privado deve continuar, desde que garantida a qualidade.

Analisando a Educação Superior sob a perspectiva da realidade local, temos no município de Iraquara parcerias entre as duas instituições que oferecem cursos neste nível de ensino, uma pública e outra privada. A instituição de ensino público é a Universidade do Estado da Bahia (UNEB), credenciada pelo MEC, com uma proposta do Governo Federal, a Plataforma Freire, um programa de formação para os professores que visam possibilitar a formação inicial, e/ou proporcionar aos professores que já têm uma formação, mas que não atuam na área, a formação condizente com a sua área de atuação. Em Iraquara, temos uma turma com o curso de Pedagogia na modalidade presencial, com professores nas duas situações, ou seja, a maioria cursa a primeira graduação e alguns (um número bem menor) a segunda. Esta turma é uma extensão do Campus XXIII – Seabra. Outros professores do município deslocam-se para a sede do referido campus, onde cursam licenciaturas nas áreas de Artes e Educação Física. O programa é desenvolvido em parceria com a Prefeitura Municipal de Iraquara, que assegura transporte e alimentação aos professores e estudantes, e garante que as escolas permaneçam em atividade normal na ausência desses educadores. Nesse campus, também é ofertado o curso de Letras Vernáculas e, mais recentemente, Jornalismo e multimeios. Entretanto, é preciso que haja cursos para atender também os outros alunos que não atuam como professores ou funcionários, pois a maior parte dos alunos faz licenciatura por falta de opção.

A instituição de ensino privado se instalou na cidade no ano de 2005, com os cursos: Normal Superior, Licenciatura em Letras com Inglês, Licenciatura em Matemática, Licenciatura em História e Licenciatura em Biologia, com aproximadamente 220 alunos. As primeiras turmas concluíram os cursos no segundo semestre de 2008. Sendo que, as últimas turmas concluíram o curso de Pedagogia em 2012 e 2013, deixando de atuar na cidade. Todas estas entidades possuem as exigências mínimas de regras de funcionamento, mas, nenhuma tem local adequado, realizam suas atividades em

espaços públicos cedidos ou alugados e ambos também necessitam de um acervo bibliográfico maior.

Entretanto, muitos jovens de Iraquara, seguem estudando na cidade mais próxima, Seabra, em instituições privadas como a Universidade Norte do Paraná (UNOPAR) e a Universidade de Salvador (UNIFACS), em cursos como Administração, Contabilidade, Gestão Ambiental e licenciaturas em História, Matemática, Educação Física, Letras e Pedagogia. Muitas vezes, sendo forçados a optar por cursos ofertados, sem perspectiva de escolher a profissão que desejam. Outros jovens, cujas condições econômicas são mais favoráveis, assim que concluem o Ensino Médio, optam por estudar em capitais ou cidades maiores, onde há oferta de uma diversidade maior de cursos. Com dificuldades, o município busca realizar investimentos também para quem já concluiu o ensino médio e deseja prosseguir os estudos em cursos voltados para outras áreas além da educação, os quais recebem o transporte e uma casa de apoio situada em Salvador. Porém, há aqueles que também concluem o ensino médio no município e não têm oportunidade de estudar em outras cidades, após a conclusão desse segmento.

A maioria dos alunos que conclui o ensino médio se inscreve no ENEM a fim de ingressar numa faculdade. Os que não conseguem atingir a média exigida optam pelo processo seletivo (vestibular), normalmente em instituições privada, e ainda, grande parte destes jovens não tem condições financeiras para ingressar no ensino superior. Normalmente, o governo municipal oferta bolsas de estudos de 50% e transporte para as faculdades particulares e públicas principalmente para os profissionais da educação, no entanto deveriam ser ofertadas para todo e quaisquer alunos e funcionários que mais se destacam ou necessitam.

Segundo o resumo técnico do Censo da Educação Superior, em 2009, entre os cursos presenciais e a educação à distância, há uma predominância do sexo feminino. Nos cursos presenciais, a idade entre ingresso e conclusão é de 21 e 23 anos, com grau acadêmico de bacharelado. Já na Educação a Distância (EaD), as idades variam entre 28 e 31 anos com grau de licenciatura. Em Iraquara, estes dados não diferem da esfera federal, pois as maiorias dos alunos que concluem o ensino superior possuem licenciatura em instituições de ensino à distância. Assim, grande parte dos licenciados de Iraquara fizeram EaD e são do sexo feminino. A maioria destas pessoas são professores da rede municipal de ensino, com faixa etária entre 25 e 50 anos que, por necessidade de continuarem trabalhando como professores ingressaram em cursos de nível superior. Esta formação tem proporcionado, tanto aos professores quanto ao

município, uma qualidade profissional, principalmente na área da educação. Neste sentido, investir na formação dos profissionais, principalmente os da educação, permite um avanço significativo no rendimento escolar dos alunos, uma vez que se almeja alcançar um IDEB cada vez melhor.

Além da graduação, muitos professores iraquarenses seguem investindo em cursos de especialização *latu-sensu* a fim de aprimorar sua qualificação profissional. No entanto, em 2014 contamos apenas com um mestre em educação, uma vez que a dificuldade de acesso a cursos de pós-graduação *stricto-sensu* é bem acentuada devido à oferta ainda centrar-se nas maiores cidades do estado e próximas a capital.

A atuação dos professores tem sido diferenciada. O estudo de alguns teóricos, o convívio com várias experiências e a própria prática diária possibilitam uma reflexão mais profunda da metodologia adotada, bem como das experiências já realizadas. Assim, o município ganha quando valoriza a formação das pessoas que formam o quadro de profissionais em todos os âmbitos. Qualidade profissional é sinônimo de qualidade municipal.

## **2.3 MODALIDADES E DESAFIOS DA EDUCAÇÃO**

### **2.3.1 Educação Especial**

A política de Educação Inclusiva vem ganhando cada vez mais destaque no Brasil, por conta dos avanços em relação à efetivação do direito de todos à educação, como estabelece a Lei Federal de 1988 e a Declaração de Salamanca. Porém, outras leis surgem com o propósito de melhorar e viabilizar o atendimento aos alunos com deficiência. A Lei nº 9394/96, que dá garantia ao atendimento de alunos com necessidades educativas especiais, bem como a adequação do currículo, métodos e recursos educativos que atendam as necessidades específicas de cada aluno, visando à inclusão destes alunos no ensino regular de forma igualitária.

A fim de complementar e melhorar o atendimento a estes educando surge também a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que reconhece a Língua Brasileira de Sinais LIBRAS como meio legal de comunicação e expressão, bem como outros recursos de expressão a ela associados.

Diante deste contexto, percebe-se que a educação especial deve ser promovida de forma sistemática nos diferentes níveis e modalidades de ensino deste município. Até o

ano 2010, o município não tinha qualquer suporte que viesse a atender aos estudantes que precisassem do Atendimento Educacional Especializado (AEE). Nas discussões sobre Educação Especial no início do ano de 2010, e no segundo semestre de 2011 foram realizados Seminários de Educação Inclusiva, com intuito de mobilizar e esclarecer a população e a comunidade escolar a cerca do processo de implantação da educação inclusiva e início do atendimento educacional especializado com a participação de professores, gestores escolares e familiares a fim de iniciar o processo de inclusão dos alunos com Necessidades Educativas Especiais (NEE). A partir de 2011 iniciou-se o processo de implantação das Salas de Recursos Multifuncionais (SRM), que inicialmente era de 08 salas.

Diante disso, o município vem garantindo a inclusão de alunos com transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, deficiência intelectual, visual, física, auditiva, múltiplas e os mesmos estão sendo encaminhados a especialistas (psicólogo, neurologista, oftalmologista, fonoaudióloga, psiquiatra) a fim de obter relatórios médicos que possam diagnosticar as necessidades educativas especiais, para aqueles que ainda não possuem. Isso se deve a implantação das onze Salas de Recursos Multifuncionais (SRM) disponibilizadas pelo MEC, e duas mantidas por recursos próprios do município. Desse total, três estão localizadas na sede do município e dez na zona rural. Além dessas unidades, o município conta também com um Centro de Referência em Educação Especial, localizado na sede, que vem apoiando as SRM, em um melhor atendimento.

Na análise do contexto municipal, no tocante às matrículas da educação especial, com base no censo 2013, sobre os estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, na tabela abaixo são apresentados o diagnóstico/percentual referente ao ano supracitado.

**Tabela 19. Matrículas da Educação Especial no Município de Iraquara 2013**

Deficiência	Nível de ensino				Total
	Ed. infantil	Séries iniciais do E. F	Séries finais do E.F	Ensino médio	
Deficiência visual	3	14	13		30
Deficiência intelectual	1	58	50	2	109
Deficiência física	5	16	8		29
Deficiência auditiva	1	4	1		6

<b>Deficiências múltiplas</b>	3	2	2		7
<b>Altas Habilidades/Superdotação</b>	–	–	–	–	–
<b>Transtornos Globais do Desenvolvimento</b>	–	5	5	1	11
<b>Total</b>	13	99	79	3	191

Fonte: Educacenso (2013) [portal.inep.gov.br/web/educacenso](http://portal.inep.gov.br/web/educacenso). Acesso em 2013

Com base na tabela, percebe-se que 191, dos 5.030 dos alunos matriculados no ensino regular da rede municipal, apresentam Necessidades Educacionais Especiais, dos quais:

- 57.06% têm deficiência intelectual;
- 15.70% deficiência visual;
- 15.18% têm algum tipo de deficiência física;
- 3.14% deficiências múltiplas;
- 3.14% deficiência auditiva;
- 5.75% apresentam transtornos globais do desenvolvimento.

De acordo com a porcentagem, constata-se que a grande maioria dos matriculados, são alunos que apresentam deficiência intelectual, necessitando assim de um olhar diferenciado e uma assistência mais específica para trabalhar esse problema, visto que há muitos alunos que ainda precisam ser matriculados e, portanto, ainda não estão incluídos. A família ainda precisa ser conscientizada da importância do acompanhamento da Educação Especial, para seu desenvolvimento cognitivo e social. Outro número alto refere-se às deficiências visuais, totalizando 15.70% do alunado com NEE matriculado na rede, sendo necessário rever a acessibilidade das escolas em que estão matriculados, observando a arquitetura, com instalação de pista tátil, bem como, dar as mínimas condições de segurança e conforto aos alunos que precisam se deslocar de casa para chegar até as escolas.

Com um total de 15,18% estão os alunos com deficiência física, ressalta-se que, este é um número significativo de alunos, sendo eles matriculados em diferentes escolas. Para isso é necessário que haja melhor investimento em infraestrutura arquitetônica para acolher estes educandos em seus espaços, dando-lhes condições de mobilidade e acessibilidade.

As deficiências múltiplas, a deficiência auditiva e os transtornos globais do desenvolvimento, somam um número que também merece um olhar especial, pois

assim como as outras deficiências, requer direcionamento a profissionais habilitados para tratar tais deficiências, além do atendimento nas SRM do município.

Nestes números não estão inclusos os alunos da Educação de Jovens e Adultos de (EJA), que no censo de 2013 totalizaram 28 alunos com alguma deficiência, cujo maior quantitativo se encontra na Deficiência intelectual, com 20 alunos matriculados. Os demais, 08 alunos estão distribuídos nas deficiências visual (03 alunos), física (01 aluno), auditiva (02 alunos), deficiência múltipla (01 aluno) e Transtorno Global (TGD) (01 aluno). (Dados do Centro de Referência de Educação Especial).

Há também alunos que apresentam traços de alguma deficiência matriculados na rede e que, por falta de diagnóstico médico, não constam no censo do município. Esses alunos acabam repetindo de série por vários anos, elevando o índice de evasão, repetência e distorção idade-série, que para amenizar a problemática já estão sendo acompanhados pelo profissional da SRM para fazer o diagnóstico psicopedagógico e encaminhá-los a outros profissionais para detectar possíveis transtornos ou deficiências. Há a necessidade ainda de uma busca ativa em todas as localidades do município, de crianças e jovens em idade escolar (04 a 17 anos) que ainda não estão inseridos no quantitativo de alunos da rede, a fim de fazer um levantamento para identificar estes possíveis alunos que se encontram excluído do processo educativo.

Diante desse contexto, percebe-se que o município vem trabalhando para promover a inclusão, investido na qualificação dos profissionais atuantes nas SRM, com a parceria do Ministério da Educação e Cultura (MEC) e do Governo Estadual com a promoção de cursos e a oferta de materiais tecnológicos, pedagógicos e de apoio. Para atender a demanda do município, será necessário ampliar gradativamente o número de profissionais habilitados para atender a demanda. Nesse sentido, o Centro de Referência em Educação Especial já conta com o apoio de um professor exclusivo para o ensino de Braille para apoiar os alunos com cegueira e baixa visão, uma professora psicopedagoga, coordenadora pedagógica para a formação continuada dos professores das SRM, Psicóloga, e Fonoaudióloga. Todavia, existe uma grande demanda para outros profissionais como Terapeuta Ocupacional e um Neurologista e Oftalmologista.

A rede municipal vem garantindo transporte no contra turno para o atendimento dos alunos com deficiência matriculados nas SRM, embora sua frota ainda não seja totalmente adaptada aos alunos com limitações físicas e mobilidade reduzida, no entanto, falta ainda a oferta de capacitação aos motoristas e monitores destes transportes para lidar de forma eficaz com estes alunos. Para assegurar que a inclusão



seja efetivada e os alunos especiais tenham um atendimento eficaz às escolas já estão contando com reuniões mensais para a capacitação de professores, equipe gestora da escola.

É importante ainda que todos os profissionais que trabalham na educação recebam formação para o trabalho com educação especial para certificar que a inclusão de fato aconteça, o município ainda precisa comprometer-se com a contratação de alguns profissionais para as salas de ensino regular, como intérprete/tradutor, guia intérprete/tradutor e professor de libras.

O município vem fazendo um balanço dos materiais necessários para melhor atender a esta demanda, através de formação para professores, com seminários de alfabetização, tratando sobre adaptação curricular. A equipe do Atendimento Educacional Especializado (AEE) vem desenvolvendo estudos e pesquisas para melhor adaptar o currículo para que este possa ser acessível aos estudantes com deficiência. O município precisa defender que este trabalho aconteça para além das SRM com trabalho pedagógico voltado para a conscientização sobre o respeito às diferenças preservando que os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação possam ser respeitados em suas diferenças. A educação inclusiva ainda é uma modalidade de ensino que começa a dar resultados, no entanto necessita que seja gradualmente ampliada, para que possamos fazer uma construção consistente do projeto político pedagógico de forma a defender a valorização da diversidade e dos direitos dos cidadãos.

### **2.3.2 Política de Alfabetização**

A proposta do Plano Municipal de Educação de Iraquara, em consonância com a Lei nº 13.005, de 25.6.2014 - do Plano Nacional de Educação, visa alfabetizar todas as crianças até os oito anos de idade. Isso significa que, além de compreender o sistema alfabético de escrita, as crianças deverão concluir o ciclo de alfabetização sendo capazes de interagir por meio de textos escritos em diferentes situações, bem como ler e produzir com autonomia textos de circulação social que tratem de temáticas familiares ao aprendiz atendendo a diferentes propósitos.

Hoje, no Brasil são 456 mil meninos e meninas de 8 anos que não leem nem escrevem da forma que se espera para a idade (15,2% do público dessa idade). Candidatos, portanto, a futuros analfabetos funcionais. E essa não é a realidade que desejamos para os alunos do município de Iraquara.

Nesta perspectiva, para que todas as crianças sejam alfabetizadas até o final do 3º ano do ensino fundamental é essencial que tenha materiais didáticos adequados para tal, e o mais importante, que os professores alfabetizadores estejam em constante formação e consigam estabelecer relação entre a teoria e a prática que sejam realmente capacitados, para alcançar esta meta. Diante disso, percebe-se que as escolas do município de Iraquara já disponibilizam de alguns materiais enviados pelo Ministério da Educação e Cultura MEC como: livros didáticos, jogos, livros literários e paradidáticos, bem como a formação dos professores alfabetizadores.

Diante de algumas conquistas internas e externas a Rede Municipal de educação ainda não dispõe de materiais específicos para atender a educação do campo e quilombola, bem como alunos com necessidades educacionais especiais, os quais são atendidos na sala de recursos multifuncionais com materiais adequados à demanda recebidos pelo MEC. No entanto, na sala regular há uma grande dificuldade em alfabetizar os mesmos, pois os professores não têm a formação, tampouco materiais adaptados para ministrar aulas que atendam as necessidades de cada deficiência.

Esta proposta de alfabetizar todos os alunos na idade certa, ainda não está contemplada na proposta pedagógica das escolas. Sendo necessária uma revisão deste documento para contemplar as orientações específicas dos estudantes desta faixa etária conforme o previsto na lei de no mínimo 600 dias letivos para se alfabetizarem plenamente sendo que esta aprendizagem aferida com a Avaliação Nacional da Alfabetização - ANA. Além desta, o município também realiza a Provinha Brasil desde sua primeira edição, como também a Avalie Alfa. Os resultados destas avaliações são discutidos nos momentos de formação em que são traçadas as metas e ações para dar tratamento às dificuldades apresentadas. No entanto, nota-se a necessidade de tais ações serem mais bem acompanhadas em sala de aula observando se realmente as dificuldades foram superadas.

É importante salientar que os conteúdos do ciclo da alfabetização não são necessariamente introduzidos, acompanhados e consolidados no terceiro ano. Estes devem ser introduzidos desde a Educação Infantil, para tanto se faz necessário que haja a integração entre Educação Infantil e Ciclo da alfabetização. Neste sentido, notam-se algumas ações isoladas dentro do município na busca desta integração, principalmente no que se refere a análise dos diagnósticos realizados na Educação Infantil, bem como nos conselhos de classe participativo.

Percebe-se que apesar de realizar várias avaliações externas, analisar os resultados obtidos e traçar metas para minimizar os problemas detectados, há uma carência na

elaboração de seus próprios instrumentos pelas unidades escolares, com isso a escola não cria autonomia de avaliar e acompanhar os resultados em período hábil, perdendo dessa forma muito tempo para dar tratamento às dificuldades.

Vale ressaltar que avaliar e detectar os problemas não são indicadores de superação das dificuldades, pois, no mundo informatizado disputamos espaço com as novas tecnologias. Pensando nisso, é essencial fomentar o uso das tecnologias em prol da educação, bem como práticas pedagógicas inovadoras que asseguram a alfabetização, favoreçam a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem dos alunos. Neste sentido, é de suma importância desenvolver políticas públicas de formação para os professores no que diz respeito a utilização das novas tecnologias em prol da alfabetização das crianças.

### **2.3.3 Educação em Tempo Integral**

A Educação em Tempo Integral objetiva ampliação da jornada escolar para 07 horas diárias durante todo o ano letivo, proporcionando aos estudantes um espaço educativo para aprendizagens e convivência, de modo a assegurar sua permanência para a conclusão com qualidade do Ensino Fundamental. Partindo desta premissa, a Secretaria Municipal de Educação de Iraquara, incorporou em seus desafios a promoção da Educação Integral, de crianças, adolescentes e jovens por meio de atividades socioeducativas, no contra turno escolar, incluindo pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, comunidades Indígenas e Quilombolas.

A participação do poder público de Iraquara na área do atendimento da Educação Integral teve início em 2011 com a implantação do Programa Mais Educação na Escola Manoel Félix da Cruz, na sede do município, no período em que a mesma estava em fase de municipalização. No período de 2012 a 2013, vinte e três (23) escolas municipais aderiram ao Programa via Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle (SIMEC), porém as mesmas não receberam recursos financeiros para executar as ações propostas.

O Programa Mais Educação atende, prioritariamente, escolas de baixo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), situadas em territórios marcados por situações de vulnerabilidade social que requerem a convergência prioritária de políticas pública e educacional. Por esse motivo o município aderiu a todas as escolas

sinalizadas pelo Ministério da Educação, pois das vinte e três escolas cadastradas a maioria dos alunos são beneficiários de programas sociais do governo Federal em que apenas cinco destas instituições estão localizadas na zona urbana e as demais estão na zona rural, sendo que o município conta com apenas um povoado considerado quilombola e que os mesmos estão distribuídos em uma unidade escolar de outra localidade.

Neste sentido, a rede municipal de educação prevê alguns desafios na implantação do Programa Mais Educação, referentes às contrapartidas de responsabilidade do município, a exemplo de adequação do transporte, aumento de funcionários (merendeira, faxineira, professor comunitário) e alimentação, pois os recursos são insuficientes para a quantidade de refeições que poderiam ser oferecidas aos alunos, bem como a inadequação da infraestrutura das escolas e também das comunidades locais, que não tem espaços adequados para atender a comunidade escolar.

Assim, cada escola contextualizará com seu projeto político-pedagógico específico e em diálogo com sua comunidade este instrumento que seja a referência para se definir quantos e quais alunos participarão das atividades, sendo desejável que o conjunto da escola participe das escolhas.

#### **2.3.4 Qualidade da Educação Básica**

A qualidade da educação básica depende de um conjunto de investimentos sistemáticos que garantam a formação continuada, a valorização da cultura local, à aproximação das famílias com a escola, a elevação do índice de desenvolvimento escolar, o desenvolvimento do prazer de ler, a redução do índice da evasão escolar e a garantia da melhor taxa de aprovação como consequência da aprendizagem.

Diante dessas demandas, o município de Iraquara vem investindo na formação continuada em contextos profissionais, realizada em parceria com o Instituto Chapada de Educação e Pesquisa (ICEP) desde 2000, assumindo a linguagem como conteúdo a ser ensinado por todas as áreas do conhecimento do currículo escolar. No intuito de vencer as limitações impostas pelo histórico de analfabetismo funcional, o município também consolida nos espaços formativos e no ambiente escolar a formação leitora de seus professores e estudantes, implementando projetos institucionais de leitura que envolve a comunidade escolar e de entorno.

Por meio destes projetos, as práticas leitoras vêm tornando-se ao longo dos anos uma prática cultural, uma vez que todas as escolas da rede desenvolvem suas ações ao longo do ano, realizando anualmente o Dia Municipal da Leitura, instituído pela Lei nº 153/2010, a qual autoriza o Executivo Municipal a utilizar recursos próprios para arcar com os custos necessários às atividades comemorativas a serem realizadas no dia Municipal da Leitura, respeitando as previsões orçamentárias.

Além disso, desde o início do processo de formação continuada na rede municipal, vem sendo implementada gradativamente a política das avaliações diagnósticas institucionais em rede, uma prática que permite acompanhar sistematicamente as aprendizagens dos alunos e as demandas da formação dos professores e coordenadores pedagógicos.

O município desde 2007 vem construindo de forma participativa sua proposta curricular, contemplando todos os segmentos de ensino. Em 2014, esse documento está sendo ressignificado nos espaços de formação continuada, visando à inovação pedagógica, com intuito de contribuir para a progressão das aprendizagens dos alunos. A elaboração desse currículo tem atendido uma concepção de rede, no qual as escolas tem-se mostrado articuladas, promovendo assim um currículo unificado sem perder de vista às particularidades de cada instituição. Como parâmetros para a reelaboração desta proposta curricular, a utilização de diretrizes e parâmetros nacionais, e a análise das avaliações diagnósticas externas (Prova Brasil, ANA, Provinha Brasil) e internas (diagnóstico de sistema de escrita, produção de texto, leitura com autonomia e domínios de leitura, como também os diagnósticos de matemática), tem sido relevantes indicadores que favorecem o estabelecimento de metas num âmbito municipal, tomando como referência aquelas traçadas nacionalmente.

As escolas de educação básica da rede municipal também elaboram anualmente o plano de ação da instituição, com ações voltadas para a análise de resultados. Este plano é periodicamente revisto com a equipe escolar favorecendo a autoavaliação, além de ser um instrumento que orienta às dimensões a serem fortalecidas. Em consonância com este plano, as escolas elaboram um plano de intervenção pedagógica que promovem um acompanhamento individualizado dos alunos através de conselho de classe, mapas de rendimento escolar, mapas de frequência, assim como os indicadores de resultados da formação continuada, com o propósito maior de

discutir e analisar a aprendizagem de todos os seus alunos, principalmente daqueles que necessitam de mais apoio para seguir aprendendo.

Outro importante indicador de resultados da aprendizagem é o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), na medida em que é calculado a partir dos dados sobre aprovação escolar, obtidos no Censo Escolar e médias de desempenho nas avaliações realizadas pelo Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais INEP e o Sistema de Avaliação da Educação Básica SAEB – para as unidades da federação e para o país, e a Prova Brasil – para os municípios. A tabela a seguir expressa a evolução do IDEB no município desde a primeira avaliação até a última aferição.

**Tabela 20. Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB no Ensino Fundamental 2005 - 2013**

Âmbit o de Ensino	Anos Iniciais do Ensino Fundamental					Metas 2021	Anos Finais do Ensino Fundamental					Metas 2021
	IDEB Observado						IDEB Observado					
	2005	2007	2009	2011	2013		2005	2007	2009	2011	2013	
<b>Brasil</b>	3,8	4,2	4,6	5,0	5,2	6,0	3,5	3,8	4,0	4,1	4,2	5,5
Total												
Rede Estadual do seu Estado	2,7	3,4	3,8	4,2		4,9	2,8	3,0	3,1	3,3		4,7
Rede Estadual do seu Município	-	-	-	-	-	-	2,7	2,5	2,8	1,3	-	4,7
Rede Municipal do seu Município	2,9	3,5	4,0	4,5	4,8	5,1	-	3,7	3,7	4,4	*1	5,4

Fonte: <http://portal.mec.gov.br/>

\*1 N° de alunos insuficiente para divulgação.

O IDEB observado no município em 2011 nos anos iniciais do Ensino Fundamental foi 4.5, o que representa um avanço em relação aos anos anteriores (2005: 2.9 e 2007: 3.5). No entanto, nos anos finais o índice apresentou a evolução de 0,7 pontos percentuais, apesar do avanço, ainda se encontra abaixo em relação ao resultado dos anos iniciais, porém, demonstrou uma evolução superior ao dos anos iniciais. O resultado dos anos finais corresponde à melhoria significativa do fluxo escolar, uma vez que os índices de aprendizado continuam baixos, conforme demonstra a figura a seguir. E mais uma vez, o resultado de 2013 demonstra um significativo avanço dos anos iniciais do ensino fundamental, enquanto que o dos anos finais não é possível mensurar devido a uma incongruência avança na mesma proporção.

**Figura 4: Proficiência em Língua Portuguesa e Matemática, 2009 - 2013**



Fonte: [www.qedu.org.br](http://www.qedu.org.br)

Tomando como referência os resultados da Prova Brasil, realizada em 2011, e, a partir dos resultados do IDEB, a equipe técnica municipal realizou formações para tematizar os resultados, discutindo os fatores que impactaram para tais índices. Partindo das discussões, foi possível observar que houve avanço nas séries iniciais tanto em Língua portuguesa como em Matemática, em resposta à melhoria da proficiência dos alunos, assim como as questões voltadas para o fluxo. No entanto, nas séries finais o resultado demonstra falta de progressão das aprendizagens, mesmo tendo melhorado no índice geral, percebe-se que a proficiência nessas séries encontra-se em defasagem. As orientações oferecidas a cada unidade escolar foram referentes ao trabalho

direcionado para a avaliação, bem como o trabalho sistemático com os comportamentos leitores em todas as disciplinas.

Com isso, observa-se que esses investimentos têm impactado significativamente nos resultados do IDEB 2013 de todas as escolas dos anos finais do ensino fundamental, uma vez que os avanços nos resultados da proficiência, manutenção do índice de rendimento e conseqüentemente evolução no índice aferido. Porém ainda há um longo caminho a percorrer a fim de garantir educação de qualidade para todos e reduzir as desigualdades existentes no aprendizado entre alunos da mesma escola e da rede.

Uma das estratégias utilizadas para atenuar tais desigualdades tem sido a implementação das tecnologias educacionais nas unidades escolares urbanas e rurais. Neste sentido, já existe o esforço realizado pelo município para universalizar o acesso às tecnologias nas escolas da rede municipal da educação básica. Existem laboratórios de informática, adquirido via Programa Nacional de Tecnologia Educacional - PROINFO, instalados em 27 escolas, porém ainda há a necessidade de construção de 05 salas adequadas para as instalações de infocentros, visto que o maquinário está disponível, no entanto não estão instalados por falta de infraestrutura adequada. Também observa-se que a gestão das escolas municipais não encontra-se informatizada, como também não disponibiliza de formação inicial e continuada para o pessoal técnico, o que só vem a confirmar o grande desafio que há nas questões tecnológicas /informáticas educacionais no município.

No que se refere à educação especial o município ainda não se enquadra em todas as exigências do Decreto nº 6.571/2008.

**§ 1º** Considera-se atendimento educacional especializado o conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucionalmente, prestado de forma complementar ou suplementar à formação dos alunos no ensino regular.

**§ 2º** O atendimento educacional especializado deve integrar a proposta pedagógica da escola, envolver a participação da família e ser realizado em articulação com as demais políticas públicas.

Isso se configura em um desafio, as instalações necessárias nas escolas ainda não são adequadas, o corpo docente das salas de recursos multifuncionais, assim como das classes regulares que atendem estudantes com necessidades especiais necessitam constantemente de formações específicas como em Libras, Braille e demais áreas. A avaliação nesta modalidade também é um desafio, pois exige



articulação sistemática do professor do Atendimento Educacional Especializado (AEE) com o professor regente da classe regular, fato que ocorre com muita dificuldade, distanciando assim os indicadores específicos de avaliação. O município mantém profissionais que estão em formação em todas as unidades escolares e/ou núcleos, porém a avaliação ainda é rasa, o que gera a necessidade urgente de significá-la ou implementá-la, o que demonstra também a lacuna na questão do acompanhamento.

O município de Iraquara é composto por 29 escolas rurais, com matrícula em 2013 correspondentes a 5.120 alunos, entre Educação Infantil, Ensino Fundamental e EJA, distribuídas em diferentes comunidades desde os pontos próximos, a partir de 5 km da sede aos mais distantes, chegando a 38 km de distância. Quase todas as escolas oferecem condições de acesso aos alunos de outras comunidades por meio de ônibus escolares, carros locados ou bicicleta dos próprios alunos.

Com relação ao aproveitamento escolar, o índice de reprovação por nota dos anos iniciais nas Escolas Municipais de Ensino Fundamental em 2010 era de 5,95%, enquanto no ano letivo de 2013, conseguimos reduzir esse índice para 4,0%. Atualmente, entre o 6º e o 9º ano existem cerca de 1.913 alunos na rede municipal de ensino. Segundo dados da SEMEC, entre 2010 e 2013, nos anos finais, o índice de reprovação foi de 5.5%. De acordo com o mapeamento das disciplinas críticas, aquelas que mais reprovam são a Matemática, acompanhada de perto de Português que aparece em segundo lugar, e Inglês em terceiro.

Ao analisar todas as séries do Ensino Fundamental, observa-se que o 4º e 6º ano são as que apresentam maior número de repetência ao final do ano letivo, podendo verificar esse dado desde 2010. Esse resultado é atribuído à falta da progressão das aprendizagens entre os ciclos, além disso, ainda há a preocupação com os métodos de avaliação que se diferem de um ciclo ao outro e entre escolas, contribuindo para um alto índice de reprovação destas turmas específicas. Somado a isso, o aluno está em processo de transição entre a infância e adolescência, e, ao iniciar o 6º ano, ocorre uma brusca mudança em sua vida escolar. Assim, a equipe técnica municipal nota que, apesar destas séries serem as que mais reprovam, há uma diminuição do índice, resultado do reforço paralelo que é desenvolvido nas escolas de ensino fundamental do município. As aulas de reforço são ministradas pelos professores responsáveis pela sala de onde o estudante é originário, em horário oposto às aulas regulares, ou em reorganização por sala, de acordo com as dificuldades dos alunos.

Por outro lado, a evasão nos anos finais do ensino fundamental passou de 4%, em 2010 para 1,8%, em 2013. Esses resultados devem aos esforços empreendidos através dos projetos institucionais e ações específicas nas escolas, como o Projeto de Esporte e o Conselho de Classe Participativo bimestral. Também, o município tem buscado parcerias para a qualificação de ações que visem garantir a permanência de todos os alunos na escola, como a adesão à programas de reestruturação da estrutura física, aquisição de equipamentos e formação continuada para a docência e as equipes gestoras.

Nos anos iniciais, observa-se que a reprovação em 2010, somando a repetência por nota e a evasão foi de 9.03%, enquanto que em 2013 a reprovação chegou a 0,33, essa redução se deve ao fato do trabalho com o plano de apoio pedagógico (reforço escolar) nas escolas e com a implementação do ensino fundamental de 9 anos, que garante um trabalho voltado para o ciclo.

Contudo, o uso das mesmas a serviço da qualificação da aprendizagem ainda se constitui um dos grandes desafios da rede, visto que não há uma formação sistemática que garanta a divulgação das mesmas entre os docentes, cujas práticas pedagógicas ainda não apresentam uma diversidade metodológica de acordo com as demandas da sociedade da informação e das novas tecnologias.

### **2.3.5 Educação de Jovens e Adultos (EJA)**

A EJA no Brasil é marcada pela descontinuidade e por tênues políticas públicas, desde períodos da colonização onde os jesuítas praticavam os ensinamentos religiosos e ofereciam educação para a classe elitista. A partir desse período, a educação no Brasil passou por algumas transformações até chegar à Constituição Federal.

A Constituição Federal de 1988, que define no Artigo 208, “a educação como direito de todos e dever do Estado e da família”, e que abre ainda no artigo 37º da Lei de Diretrizes e Base da Educação (LDB) “o direito de jovens e adultos a ter acesso à continuidade do ensino”, promove uma visão acerca da situação educacional no país, trazendo para essa modalidade de ensino a clara necessidade de erradicação do analfabetismo no país, herança dos tempos de império.

No decorrer da história da educação de Jovens e adultos foram lançados vários programas com a finalidade principal de reduzir o analfabetismo, a maioria dos quais sem muito sucesso, devido o despreparo de alguns municípios na execução dos

mesmos. Observamos claramente que as políticas para o combate ao analfabetismo desse público, especificamente no Estado da Bahia, em suas diversas tentativas de diminuir o analfabetismo, deram origem a programas de cunho pedagógico muito bem planejados que vieram sanar ou minimizar a dívida do país com relação a esse público excluído em tempos outros.

Em Iraquara, o atendimento à Educação de Jovens e Adultos do ensino fundamental é realizado em duas escolas da sede, uma dos anos iniciais e outra dos anos finais, e em 21 escolas zona rural, todas municipais, nas quais cerca de 50% oferecem os anos finais e outras ofertam as duas etapas. Atualmente a EJA do ensino médio é atendida pela rede estadual no Centro Educacional Manoel Teixeira Leite e em uma de suas extensões – na comunidade de Zabelê -, bem como pela rede municipal, no Educandário Roberto Figueira Santos – localizado em Iraporanga.

**Tabela 21: Matrícula inicial na Educação de Jovens e Adultos em Iraquara, por dependência administrativa e localização 2011-2013**

Anos	Municipal		Estadual		Total
	Rural	Urbana	Rural	Urbana	
2011	430			212	
2012	355			181	
2013	548			212	

Fonte: Mapa de rendimento escolar das escolas municipais e estaduais (2013). Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-matricula>>. Acesso em 21 Jul.2014.

Apresenta uma oscilação na matrícula dos alunos da EJA. Há uma queda entre 2011 e 2012 e um avanço entre 2012 e 2013, evidenciado pelo aumento da oferta dos anos finais do ensino fundamental em escolas rurais, a implantação da supervisão técnica exclusiva desse segmento e a implementação da coordenação pedagógica em todas as escolas.

No entanto, o grande dilema dessa modalidade ainda está na permanência dos alunos ao longo do ano letivo e no prosseguimento dos estudos no ano seguinte, dado aos índices de abandono e evasão observados. Segundo as pesquisas nas escolas, estes alunos apresentam uma idade que alterna entre 21 e 40 anos e muitos deixam a escola a procura de empregos em outras cidades ou estados.

**Tabela 22. Nível educacional da população de Jovem, 1991, 2000 e 2010**

Faixa etária (anos)	Taxa de Analfabetismo		
	1991	2000	2010
15 a 17 anos	20,3%	5,33%	2,20%
18 a 24 anos	17,4%	7,6%	2,61%

Fonte: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/consulta/>

Comparando os dados, chegamos à conclusão que o índice de analfabetismo no município caiu consideravelmente entre os anos diagnosticados. Isso ocorre em função da melhoria do acesso e permanência dos estudantes na educação básica.

**Tabela 23. Nível Educacional da População Adulta com mais de 25 anos, 1991, 2000 e 2010**

Taxa de analfabetismo	1991	2000	2010
25 a 29 anos			3,96%
25 anos ou mais			11,82%
Percentual de atendimento			
% de 25 a 29 anos na escola			

Fonte: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/consulta/>

Conforme dados estatísticos do Movimento de Matrículas das escolas municipais e do levantamento feito pela Secretaria de Educação, o Município apresenta 2.679 pessoas não alfabetizadas em 2009, o que representa 15% da população. A repetência, a necessidade de dinheiro e trabalho para ajudar a família têm como consequência o abandono à escola. Segundo dados do IBGE de 2010, o município apresenta em torno de 15% de jovens e adultos analfabetos, um índice preocupante e alto em relação à Bahia, com 16,7% e ao Brasil, 12%.

No entanto, esses elevados índices de analfabetismo e baixa escolaridade tendem a diminuir nos próximos anos, frente aos investimentos que vem sendo realizados na EJA. Dentre estes podemos destacar a busca ativa por alunos. Porém, durante o ano letivo esse processo não ocorre devido à falta de tomada de consciência por parte dos professores e diretores que ainda não veem essa busca ativa como uma ação institucional que deve ser feita de forma contínua.

Percebe-se que a SME dá total apoio para criação de novas turmas dentro da legalidade e das demandas de cada comunidade. A partir de 2013, a Secretaria Municipal de Educação vem apoiando de forma mais significativa a implementação da EJA, uma vez que em Iraquara mais de 85% das escolas abriram turmas, exceto uma, ainda não oferece a Educação para Jovens e Adultos, o que causa um certo paradoxo, visto que há demanda para a implantação de turmas nesta instituição.

Por outro lado, observa-se que em 2014, nenhuma das escolas da rede municipal estão aptas a ofertar de forma gratuita a Educação Profissional, sendo que frente a

essa demanda o município tem pretensões para implantar cursos que venham a suprir a carência dessa clientela.

Para ampliar a oferta de matrículas, no início do ano letivo, a direção e os professores são informados e orientados que aqueles alunos que não tem como comprovar a sua escolaridade devem passar pelo processo de classificação. Essa ação contribui para que todos, independentemente da comprovação da escolaridade anterior possam ingressar na escola, uma vez que este processo considera os saberes adquiridos pelos egressos ao longo da sua vida, a fim de que eles sintam-se atraídos a continuar a sua vida escolar.

Por outro lado, observa-se que município ainda não está preparado para ofertar a educação para pessoas em regime fechado, até porque a delegacia municipal não comporta um número grande de detentos, onde os mesmos em sua maioria são transferidos para Seabra, cidade há 45 Km de Iraquara. Existem muitas propostas para a EJA de nossa região, porém ainda falta muito a ser estudado para que essas propostas sejam feitas e criadas de forma consciente e respaldadas em lei.

A EJA ainda é oferecida somente em turno noturno, mas há uma grande possibilidade que em 2015 seja criado o Eixo Juvenil em turno Matutino ou vespertino, pois há um grande contingente de adolescentes em defasagem idade-série, principalmente nos anos finais do ensino fundamental, cuja demanda curricular aproxima-se mais daquilo que é trabalhado nas classes de jovens e adultos.

Os recursos para essa modalidade de ensino são oriundos dos programas ofertados pelo Ministério de Educação e Cultura (MEC) em que as turmas são cadastradas, tais como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), Programa Nacional Transporte Escolar (PNATE), Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE). Os estudantes também são atendidos pelo município, timidamente, em exames oftalmológicos. Observa-se que há uma constante mobilização da Secretaria Municipal de Educação, porém, sem muitos resultados por parte das outras secretarias as quais não se prontificam em tempo hábil dar a assistência necessária.

Alguns programas para correção de fluxo, acompanhamento individualizado ainda não funcionam de forma institucionalizada. Mas há estratégias da SME nesse sentido como a formação continuada dos professores, material didático específico e acompanhamento direto da coordenação e da supervisão, atreladas as ações continuidade da escolarização básica, além de exames de classificação para alunos com mais de 15 anos.

Na EJA também são realizados projetos apoiados de forma técnica e financeira pelo município, com o objetivo de trabalhar um currículo voltado para a vida social do aluno e o desenvolvimento/aprimoramento das suas habilidades para obtenção de sua própria renda como as oficinas de artesanato. O uso das novas tecnologias encontra-se inserido através das aulas no laboratório de informática, muito procuradas pelos estudantes. O currículo ainda busca trabalhar o estudo da cultura afrodescendente, uma vez que há no município duas comunidades reconhecidas como remanescentes de quilombos.

Ainda há muito que se implantar na EJA no Município de Iraquara, entretanto, hoje se percebe um grande avanço no que se refere aos investimentos nessa modalidade de ensino. Diante de muitas lutas e conquistas, enfrenta uma grande batalha na melhoria da qualidade de seus municípes, portanto, vem investindo na formação continuada, primando por profissionais competentes e sérios que estão à frente dessa implantação e buscando iniciativas que façam valer a vinda desses alunos novamente para uma sala de aula.

### **2.3.6 Educação Profissional de Nível Médio**

A Educação profissional é uma modalidade de ensino que tem como finalidade a qualificação profissional para trabalhadores com qualquer nível de escolaridade, além de representar uma etapa complementar da educação básica, em diferentes níveis de ensino, para jovens e adultos, integrando as dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia, com vistas a conduzir o educando ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva, devendo ser oferecida aos estudantes em regime de colaboração com Estado, município e União, articulada às demandas laborais do município em benefício à sua população.

Em Iraquara, a educação profissional foi, durante alguns anos, ofertada na escola pública estadual, em nível médio, com cursos de magistério e enfermagem. O curso de enfermagem, ofertado entre 1995 a 1997, atendeu a uma clientela formada por 94 alunos, durante esse período, e o curso de Magistério/Normal, de 1983 a 2000, 916 alunos, antes de ser extinto. Desde então, os cursos profissionalizantes são oferecidos através de instituições particulares, como o curso de enfermagem, ou com atendimento

em escolas regionais, localizadas em outros municípios, como a Escola Família Agrícola, e o Instituto Federal da Bahia (IFBA) em Seabra, que atendem também a clientela deste município.

Em Seabra, cidade sede de atendimento à esta região, é ofertada a educação profissional, com vagas para técnicos de nível médio na modalidade integrada Técnico em Informática, com duração mínima de quatro anos, voltada para quem concluiu o Ensino Fundamental e deseja conciliar Ensino Médio com formação profissional; e a modalidade subsequente Técnico em Meio Ambiente, com duração mínima de dois anos, destinada a quem já concluiu o Ensino Médio e pretende obter uma formação profissional. Nessas condições, o município de Iraquara deverá fomentar ações e parcerias para implantação de cursos técnicos e profissionalizantes oferecidos por entidades como o IFBA, e escola agrícola existente no município vizinho de Seabra, pois esses já atendem alunos do município nos cursos de agricultura familiar, pedreiros, guias turísticos e educação ambiental.

Também se faz necessária uma expansão de estágio para o estudante da educação profissional técnica de nível médio, o que inclui ofertar também possibilidades de ingresso no mercado de trabalho de forma qualificada. Para tanto, torna-se necessário em um período de curto prazo a formação de profissionais que possam atender as demandas nessa modalidade. Além disso, é necessária a ampliação na oferta de matrículas à entidades privadas para o atendimento de pessoas com deficiência, vinculada ao sistema sindical com atuação exclusiva na modalidade.

A partir de 2013, o município vem timidamente implantando a educação profissional em sua sede, por meio da parceria com O IFBA, com a oferta de dois cursos profissionalizantes do PRONATEC, escolhidos em audiência pública pela população, os quais vão abrindo as possibilidades para a consolidação dessa modalidade de ensino na rede. Assim, constitui-se uma necessidade a ampliação da oferta de educação profissional neste município, a fim de criar possibilidades de atendimento aos jovens, expandindo a educação através de políticas articuladas pelas diversas esferas governamentais. Quanto ao atendimento específico para a população do campo, comunidades Indígenas e Quilombolas, este é um processo de construção de políticas afirmativas de gênero, etnia e geração, promovendo a inclusão e a redução de

desigualdades sociais e regionais, que se constitui em um grande desafio a ser superado pelo município.

## 2.4 VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

Um dos grandes desafios do PNE tem sido a busca pela qualidade da educação. Assim também deve ser com o PME. Segundo a LDB, em seu art. 62, a formação mínima do docente para atuar na educação básica será de nível superior, em curso de licenciatura plena e de graduação, em universidades e institutos superiores de educação, sendo admitida como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal. Para isso, os municípios precisam empenhar-se na implantação de políticas públicas de formação inicial e continuada para todos os servidores da educação, o que possibilita um avanço científico e tecnológico em nossa sociedade. Uma sociedade bem desenvolvida, com acesso pleno à cidadania, só se dá por meio da melhoria da qualidade do ensino, que, por sua vez, depende da valorização do magistério com formação continuada, uma vez que os docentes têm papel fundamental no processo educacional.

A política global de formação dos profissionais em educação deve privilegiar uma sólida formação teórica, a relação teoria-prática, a interdisciplinaridade, a gestão democrática, a formação cultural, o desenvolvimento do compromisso cultural, ético e político na docência, a reflexão crítica sobre a formação para o magistério, a fim de favorecer a qualidade do trabalho e a valorização dos profissionais.

Para tanto, é importante incluir no PME indicadores que venham a proporcionar a valorização do magistério. A tabela a seguir mostra a formação inicial dos professores e sua atuação na rede municipal.

**Tabela 24. Funções docentes por Localização e Formação – Rede Municipal em 2014**

Nível	Funções Docentes					
	C/Lic	C/Gr	CSA	C/NM	C/EM	Total
<b>Legenda para Funções Docentes: C/Lic - com Licenciatura; C/Gr - com Graduação; CSA- Curso superior em andamento; C/EM - com Ensino Médio; C/NM - com Normal Médio;</b>						
Regular – Creche	02	10	05	03	-	20
Regular - Pré-Escola	01	22	17	02	-	42
Regular - Anos Iniciais do Ensino Fundamental	07	48	26	08	02	91
Regular - Anos Finais do Ensino Fundamental	46	29	42	01	04	122



Educação de Jovens e Adultos - Anos Iniciais do Ensino Fundamental/Presencial	01	03	08	02	01	15
Educação de Jovens e Adultos - Anos Iniciais do Ensino Fundamental/Semipresencial	-	-	-	-	-	-
Educação de Jovens e Adultos - Anos Finais do Ensino Fundamental/Presencial	09	10	17	-	-	36
Ensino Médio	09	03	12	-	03	27

Fonte: SEMEC (2014)

No que tange a valorização do profissional da educação há uma constante preocupação da SEMEC de Iraquara. Considerando o professor uma importante peça das ações educativas, a formação profissional configura-se enquanto aspecto fundamental, proporcionando novos olhares e novos saberes na prática docente. Valorizar o profissional do magistério consiste no investimento de uma formação continuada capaz de garantir ao professor a capacidade de envolver-se no meio educacional, mostrando domínio de conhecimento do objeto de trabalho e dos métodos pedagógicos, além de desenvolver junto ao alunado, e a toda a escola, uma aprendizagem que leve a um constante desenvolvimento intelectual e social. Entretanto, em nosso município faz-se necessário um plano de carreira condizente com a realidade atual e com as expectativas da classe, que pode contribuir para ações favoráveis à plena valorização dos profissionais da educação.

**Tabela 25. Número de professores e coordenadores da rede Municipal, Estadual e Particular, por nível de formação em 2013**

Profissionais do Magistério	Educação Infantil			Ensino Fundamental			Ensino Médio			Total
	Estadual	Municipal	Particular	Municipal	Estadual	Particular	Estadual	Municipal	Particular	
<b>Professores</b>	-	62	04	213	-	27	39	27	-	372
<b>Coordenadores</b>	-	07	01	24	-	02	01	-	-	35

Fonte: SEMEC (2014)

Como se vê na tabela, o município conta com 372 professores, dos quais, 187 possuem formação em Nível Superior e 185 em Ensino Médio. Do total com formação superior, 36 pertencem à Rede Estadual de Ensino e 16 à Rede Particular. O número de professores da rede municipal apresentado na tabela 31 se difere, em quantidade, do número apresentado na tabela 32, porque há professores atuando em diferentes níveis de ensino. A tabela mostra ainda um total de 35 coordenadores, todos com Nível Superior, sendo 03 da rede particular e 01 da rede estadual. Com relação aos números

mostrados acima é importante ressaltar que grande parte dos docentes encontra-se em processo de formação. Assim, esses dados são alterados à medida que os professores concluem os cursos em formação.

A atual legislação educacional, representada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (LDB), estabelece formação de nível superior em licenciatura plena para os docentes da Educação Básica, em especial para os que atuam de 5ª a 8ª série /6º ao9º ano do Ensino Fundamental e para os que lecionam no Ensino Médio. Considerando o que rege a LDB e as necessidades observadas na tabela acima é que a SEMEC de Iraquara tem investido na capacitação de professores, objetivando a melhoria na formação dos docentes, o que certamente, vem proporcionando um avanço na qualidade de ensino do município.

A fim de promover a formação inicial dos seus professores, a Prefeitura Municipal também tem mantido parcerias com algumas instituições particulares, oferecendo aos professores bolsas parciais para graduação, contando também com a formação oferecida pela Plataforma Freire, por meio do Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica. Mas com todos esses investimentos, o município ainda tem um grande contingente de professores leigos, mesmo com formação em nível superior, pois grande parte do corpo docente não atua exclusivamente em sua área de formação. Há uma grande demanda por professores habilitados nas áreas de Geografia e Artes, uma vez que somente três professores efetivos da rede estão cursando a licenciatura em Artes e há apenas um formado em Geografia.

A formação continuada tem acontecido por meio da parceria com o Instituto Chapada de Educação e Pesquisa (ICEP), desde 2000, atuando em várias frentes como Educação Infantil (a partir de 2012), anos iniciais e finais do Ensino Fundamental, e na formação da equipe técnica da SME. Além disso, o município tem firmado parcerias com o MEC e o Estado para a implantação de programas de formação continuada para os professores como o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa e o Progestão (Programa de Capacitação à distancia para Gestores Escolares) – destinado à formação continuada das equipes gestoras em serviço.

O município de Iraquara dispõe de um Plano de Carreira e Vencimentos do Magistério Público Municipal, criado através da Lei Municipal de nº 034/99, de 02 de agosto de 1999. Todavia, considerando as constantes mudanças e avanços na educação, o referido plano é considerado bastante defasado para a realidade a qual ele se dispõe a atender. Dessa forma, considera-se importante uma revisão ou reformulação do

documento, de forma que venha a atender de modo mais preciso aos anseios da categoria, primando pela qualidade da educação pública oferecida no município.

É sabido que as atividades que garantem a construção da educação escolar não se dão somente por meio do trabalho do docente. Nesse processo, estão envolvidos os demais profissionais que atuam no ambiente escolar, de forma que se deve assegurar-lhes também, iguais condições para a formação continuada.

**Tabela 26. Servidores em educação, por nível de escolaridade na Rede municipal em 2014**

Cargos	Nº	Nível de Escolaridade			
		Fundamental Incompleto	Fundamental Completo	Médio Completo	Outros (Nível Superior)
Merendeira	91	36	21	34	-
Vigilante	26	12	09	05	-
Servente	110	44	32	34	-
Secretário Escolar	23	-	-	21	02
Escriturário	11	-	-	07	04
Censor	18	02	03	13	-
Porteiro	12	-	05	07	-
Outros	107	27	26	54	-
<b>TOTAL</b>	<b>398</b>	<b>121</b>	<b>96</b>	<b>175</b>	<b>06</b>

Fonte: Secretaria Municipal de Educação (2014)

A tabela acima revela-nos que o município conta com 398 servidores em educação (profissionais de apoio à educação e técnicos administrativos) dos quais, 30,40% ainda possuem o Ensino Fundamental incompleto, 24,12% Ensino Fundamental completo, 43,96% Ensino Médio completo e 1,50% de Nível Superior. Considerando que as atividades necessárias à formação de uma educação escolar de qualidade não se limita às ações do professor, é essencial que o município faça investimentos, buscando parcerias ou programas de incentivo à formação escolar inicial, além de formação continuada para os demais profissionais, garantindo melhores resultados. Para tanto, é importante que o município efetive o quadro de servidores públicos através de concurso público ou processo seletivo e ofereça cursos de capacitação, evitando a rotatividade dos profissionais, o que por sua vez gera dificuldades na consolidação da identidade das escolas e na formação das equipes de trabalho coletivo.

**Tabela 27: Servidores em educação, por situação funcional na rede municipal em 2014**

Cargos	Nº Total	Situação Funcional				
		Servidor Público	Regime Estatutário (Efetivo)	Contrato Temporário	Terceirizado	Outro
Merendeira	91	02	02	-	89	-
Vigilante	26	-	-	-	26	-
Serviços gerais	110	01	01	-	109	-
Secretário Escolar	23	17	17	04	02	-
Escriturário	11	09	09	-	02	-
Censor	18	10	10	04	04	-
Porteiro	12	-	-	-	12	-
Outros	107	03	03	04	100	-
<b>TOTAL</b>	<b>398</b>	<b>42</b>	<b>42</b>	<b>12</b>	<b>344</b>	<b>-</b>

Fonte: Secretaria Municipal de Educação, 2014.

Do total de 398 servidores em educação em 2014, mostrados na tabela acima, apenas 10,55% são efetivos, enquanto a maioria foi admitida por meio de contratação temporária - 3,01%, e terceirização 86,43%. Muitos desses trabalham somente 20h, enquanto outros atuam em período integral. Certamente, isso tem dificultado tanto a garantia de uma continuidade na formação desses profissionais, quanto à qualidade dos serviços prestados, uma situação que poderá ser resolvida a partir do ingresso por meio de concurso público ou processo seletivo.

## 2.5. GESTÃO DEMOCRÁTICA DO ENSINO PÚBLICO

A educação pode ser concebida como um conjunto de ações, fatores e influências que agem sobre o homem com vistas a prepará-lo para a vida no meio social. Visa formular um homem integral, através do desenvolvimento da personalidade, nos aspectos físico, intelectual, afetivo e moral, a fim de prover nos indivíduos as capacidades humanas necessárias para a vida em sociedade, ou seja, para sua relação com o mundo. Para que esses objetivos da educação se efetivem é necessária uma gestão responsável, democrática e autônoma, dentro do município e das instituições de ensino.

Com o advento da Constituição de 1988, e fortalecidos pela nova LDBEN de nº 9.394/96, os municípios passaram a ter substantivo grau de autonomia, com recursos e responsabilidades próprias e, portanto, com a liberdade e condições legais de formular políticas públicas adequadas às peculiaridades locais, integrando-as e articulando-as às políticas e planos da união e dos Estados.

O Município de Iraquara promulgou sua Lei Orgânica em 05 de abril de 1990. Seu Art.174 determina:

A educação é um direito de todos e dever do Estado nos seus diversos níveis cabendo ao Poder Público Municipal com apoio técnico e financeiro dos poderes Estaduais e Federais, assegurarem vagas suficientes para atender toda a demanda de Creche, Educação Infantil e todo o Ensino Fundamental.

Desta maneira, a Lei Orgânica está em consonância com a Constituição Federal e a LDB nº 9.394/96.

Em 2007 foi instituído o Sistema Municipal de Ensino (SME), pela Lei nº 089 de 24 de abril de do referido ano. Desde então, o município de Iraquara vem desenvolvendo suas atividades com o objetivo de atender a legislação vigente e garantir a sua população uma educação de qualidade. Com a implantação do SME, o município passa a determinar, em consonância com as leis vigentes, as políticas para a educação, definindo assim, as prioridades e necessidades dos seus municípios. Para respaldar e fortalecer suas decisões, o município conta com os conselhos ligados à área da educação, como forma de garantir também um dos princípios constitucionais para a educação – a participação.

Além do CME, o município conta ainda com o Conselho de Alimentação Escolar (CAE), instituído em 2000, de acordo com o artigo 93, inciso VI da Lei Orgânica Municipal e obedecendo a Medida Provisória nº 1.979/19 de 02 de junho de 2000, a qual define esse conselho como responsável pela fiscalização do serviço de alimentação escolar, tanto no que se refere à aplicação de recursos destinados à compra de gêneros alimentícios, como nas condições da estrutura (cozinhas das escolas, controle de qualidade dos alimentos e outros).

O Município conta, também, com o Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB que foi instituído através da Lei nº 094, de 16 de outubro de 2007, cuja função principal, segundo o art. 24 da Lei nº 11.494/2007, é proceder ao acompanhamento e controle social sobre a distribuição, a transferência e a aplicação dos recursos do Fundo, no âmbito de cada esfera Municipal, Estadual ou Federal.

Considerando a Lei Federal nº 8069/90, foi instituída, no município de Iraquara a Lei nº 078/2006, de 09 de maio de 2006, que dispõe sobre a política municipal de atendimento dos direitos da criança e do adolescente, através da implantação do Conselho Tutelar, órgão público autônomo, que tem como responsabilidade assegurar os direitos da infância e da juventude, em cumprimento ao que estabelece o ECA.

Todas as escolas municipais apresentam Associações de Pais e Mestres, formadas por representações de professores, alunos, funcionários e pais (com exceção das cinco que têm quantidade de alunos inferior a cinquenta alunos), que atuam também como conselho escolar, e muitas constituíram ainda o próprio Conselho Escolar como forma de ampliar a participação das famílias e comunidade na escola. Ainda assim, consideramos que é necessário qualificar a ação desses conselhos a fim de assegurar uma participação mais efetiva. Além dos conselhos, as escolas desenvolvem ações e projetos que visam aproximar a comunidade, como feiras literárias e de conhecimento, culminâncias de projetos com a participação da família e comunidade, atividades esportivas e culturais, comemoração de datas especiais, excursões, dentre outros.

É de responsabilidade da Secretaria de Educação com participação da comunidade escolar a organização das equipes gestoras das escolas, observados critérios técnicos de mérito e desempenho para a ocupação e permanência nos cargos de direção e coordenação pedagógica. Alguns desses critérios constam no Plano de Cargos e Salários, como a formação na área, o vínculo com a escola, além da exclusividade aos funcionários efetivos e da análise do desempenho no trabalho. No entanto, ressalta-se que o acesso aos cargos técnicos e de gestão são indicados pelo Poder Executivo, com nomeação recaindo sobre servidor efetivo. No entanto, há alguns contratos temporários na função de coordenador, o que exige reordenamento da rede.

A Equipe Técnica da Secretaria Municipal de Educação conta com 02 Diretoras Pedagógicas e 01 Administrativa, 04 Supervisores Técnicos, 18 Diretores Escolares e 32 Coordenadores Pedagógicos.

Em 2014, a rede escolar de Iraquara era composta por 37 instituições de educação básica, com oferta de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, abrangendo a zona urbana e rural; A única de ensino médio da rede estadual possui dois anexos: um em Zabelê e outro em Santa Rita; e uma unidade particular, com educação infantil e fundamental. O Poder Público Municipal é o responsável pela manutenção e administração da maioria das escolas localizadas no município, à exceção da escola estadual e da particular. Além disso, mantém uma escola de ensino médio em Iraporanga.

Em 2014, a educação Básica passa a ser ofertado em 35 escolas municipais, 6 na zona urbana e 29 na zona rural, uma escola estadual na sede e uma instituição privada, que também se localiza na sede do município. A maior demanda de alunos está situada na zona rural, pois é nesse espaço que se concentra o maior número de estabelecimentos escolares (82%), revelando que a educação em Iraquara é mais rural

do que urbana. Em relação às creches, o município conta com apenas 01 unidade em funcionamento, demonstrando a carência nesse nível de ensino.

**Tabela 28. Número de escolas por etapa de ensino – rede estadual em Iraquara**

Ano	Educação infantil			Ensino fundamental			Ensino médio		
	Urb	Rural	Total	Urb	Rural	Total	Urb	Rural	Total
2010	-	-	-	01	-	01	01	-	01
2011	-	-	-	01	-	01	01	-	01
2012	-	-	-	-	-	-	01	-	01
2013	-	-	-	-	-	-	01	-	01
2014	-	-	-	-	-	-	01	-	01

Fonte: Secretaria Municipal de Educação, 2014

Conforme apresentado na tabela, o município a partir de 2012 conta apenas com um estabelecimento da rede estadual, a qual atende o ensino médio, uma vez que a escola do ensino fundamental foi municipalizada no final de 2011.

**Tabela 29. Número de Escolas Por Etapa de Ensino – Rede Municipal 2014**

Ano	Educação infantil			Ensino fundamental			Ensino médio		
	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total
2010	02	31	33	04	32	36	-	01	01
2011	02	28	30	04	29	33	-	01	01
2012	02	28	30	05	29	34	-	01	01
2013	02	28	30	05	29	34	-	01	01
2014	02	28	30	05	29	34	-	01	01

Fonte: Secretaria Municipal de Educação, 2014

A rede municipal concentra a totalidade das unidades escolares rurais e cinco escolas urbanas de nível fundamental. No que diz respeito ao Ensino Médio, Iraquara conta com um estabelecimento municipal na zona rural e um estadual na sede.

**Tabela 30. Número dos estabelecimentos escolares de educação básica do município de Iraquara, por dependência administrativa e níveis de ensino**

Níveis de ensino	Dependência administrativa					
	Estadual		Municipal		Particular	
	2012	2013	2012	2013	2012	2013
Ed. Infantil -	-	-	01	01	01	01

<b>Creche</b>						
<b>Ed. Infantil - Pré escola</b>	-	-	30	30	01	01
<b>Ens.fund. Anos iniciais</b>	-	-	31	31	01	01
<b>Ens.fund. Anos finais</b>	-	-	10	09	01	01
<b>Ensino médio</b>	01	01	01	01	-	-

Fonte: MEC (2014)

A tabela mostra que o maior número de estabelecimentos escolares do município localiza-se na zona rural. Essa realidade justifica-se pela distribuição das matrículas da educação básica do município, cujo atendimento, em todas as modalidades de ensino, com exceção da creche, é quantitativamente maior na zona rural (77%, em 2010), onde se concentra quase 70% da população do município. Assim, percebe-se que, apesar de ainda haver a necessidade de melhorias na estrutura física de algumas escolas, o município garante que os alunos sejam atendidos, quase em sua totalidade, em escolas localizadas em suas comunidades ou vizinhanças.

Em parceria com o Governo Federal, através do Pro-Infância, o município está em fase de conclusão da construção de mais uma creche para atendimento na zona urbana. O programa, instituído pela Resolução nº 6, de 24 de abril de 2007, é parte das ações do Plano de Desenvolvimento da Educação PDE/MEC e considera, assim como o município, que a construção de creches e escolas de educação infantil, bem como a aquisição de equipamentos para a rede física escolar desse nível educacional, são indispensáveis à melhoria da qualidade da educação.

Na rede municipal, em 2014, 25 escolas oferecem as séries iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º), três oferecem apenas as séries finais, 6º ao 9º ano, e seis oferecem todas as séries do Ensino Fundamental. Entre as cinco escolas da sede, duas atendem exclusivamente o Ensino Fundamental I, duas atendem o Fundamental II e uma escola que atende a Educação Infantil e o 1º ano, e há uma creche. Vinte escolas trabalham com classes multisseriadas.

A prefeitura municipal tem investido no Ensino Fundamental favorecendo condições para o acesso e a permanência do aluno na escola. Em 20 de junho de 2007 foi sancionada a Lei nº 11.494/2007 que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB). Com este novo fundo que substitui o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do



Magistério (FUNDEF), ampliou-se o atendimento em creche e pré-escolas às crianças de 0 a 5 anos de idade, ensino noturno regular, programas suplementares de fornecimento de material didático, transporte escolar, alimentação e assistência à saúde.

O município oferece também atendimento aos alunos com deficiências através das salas de recursos multifuncionais, onde atuam psicopedagogos que vem passando por formações que contribuem para a qualificação deste trabalho.

Além disso, a SEMEC desenvolve ações e conta com programas voltados para a melhoria do atendimento ao educando. Dentre esses, o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), tem por objetivo oferecer aos alunos e professores de escolas públicas do ensino fundamental, de forma universal e gratuita, livros didáticos e dicionários de língua portuguesa de qualidade para apoio ao processo ensino-aprendizagem desenvolvido em sala de aula. Este programa é de suma importância, pois favorece aos alunos a oportunidade de terem seus livros didáticos nas mãos. Em Iraquara, a implementação deste programa tem enfrentado algumas dificuldades em relação a falta de alguns livros, pois às vezes o número enviado pelo MEC não é suficiente para atender a toda clientela, uma vez que a oferta de livros é feita a partir do quantitativo de matrículas, por série, do ano anterior.

Além dos livros didáticos, através do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), as escolas recebem periodicamente livros literários e livros de formação para o professor, que vem contribuindo tanto para o fortalecimento dos Projetos Institucionais de Leitura, para a ampliação e diversificação do acervo bibliográfico das escolas, como também para a formação de professores, programa permanente assegurado pelo município, em parceria com o Instituto Chapada de Educação e Pesquisa (ICEP).

Além dos livros a secretaria vem investindo também em textos xerocopiados, com a aquisição de máquinas fotocopadoras, que atendem as escolas, garantindo cotas para os coordenadores pedagógicos e diretores escolares. A qualidade dos textos fotocopiados é melhor do que os textos mimeografados, o que desperta o interesse em investir mais neste tipo de material. Porém, a maioria das unidades escolares ainda não contam com máquina de fotocópia, o que dificulta a reprodução dos textos e atividades com tipologias textuais presentes nos livros e revistas de grande circulação, que visam aproximar os alunos dos textos inerentes as práticas sociais de leitura e escrita.

Outro benefício no atendimento ao educando, garantido pelo município, por meio do Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE) e do Programa de Educação Tutorial (PET) Bahia, com recursos do FNDE e do estado, é a oferta de transporte para os alunos matriculados na rede municipal e estadual. Este programa tem por objetivo auxiliar os municípios e entidades não-governamentais, financeiramente, na manutenção do transporte escolar diário dos alunos da rede pública de ensino que residem em área rural e também aqueles com necessidades educacionais especiais.

Desta forma, o transporte escolar contribui para reduzir as desigualdades no acesso à educação básica, assegurando a permanência na escola daqueles alunos que vivem na área rural. Desta maneira, a Secretaria de Educação transporta alunos dos mais diversos povoados e regiões do Município, atendendo também alunos que frequentam o Ensino Médio das escolas estaduais. A partir de 2010, em parceria com o Programa Caminho da Escola, o município foi contemplado com mais de cinco veículos, que oferecem acessibilidade e estão sendo bem utilizados para transporte dos alunos. Contudo, ainda é necessário mais investimento na aquisição de veículos. Vale destacar que os veículos que transportam alunos da Educação Infantil e Ensino Fundamental I são acompanhados por um monitor, responsável pela segurança e organização das crianças durante o trajeto.

Ainda com a intenção de melhorar a qualidade das condições de funcionamento das escolas e em cumprimento as exigências legais, é mantido no município o Programa de Alimentação Escolar. Essa alimentação é um direito de todo estudante e é responsabilidade do Poder Público garantir essa refeição a todo aluno matriculado em escola pública, em todos os segmentos e modalidades da educação básica. De acordo com o PNAE, o objetivo é garantir, no mínimo, 15% das necessidades nutricionais diárias dos alunos, ajudando com isso, a melhorar a capacidade de aprendizagem e auxiliar na formação de bons hábitos alimentares. Neste caso, a alimentação que a escola oferece ao aluno diariamente é fundamental para seu desenvolvimento físico e cognitivo.

Visando uma boa aceitabilidade são oferecidos, nas escolas do município, alimentos que respeitem os hábitos alimentares dos alunos, contando sempre com a colaboração das merendeiras que elaboram tudo dentro dos cuidados higiênicos necessários, para garantir uma alimentação saudável. A Secretaria de Educação conta com dois nutricionistas e a alimentação é distribuída por uma equipe própria da SEMEC, responsável pelo armazenamento e distribuição nas escolas. Para garantir a qualidade

dos serviços nas unidades escolares são realizados encontros formativos com todas as merendeiras e diretores das escolas, duas vezes ao ano, onde são orientados sobre higiene, armazenamento, cuidados no preparo, cardápio e atendimento aos alunos.

Uma importante ação de apoio ao educando no município é a constituição da equipe psicopedagógica, formada por psicólogo, fonoaudiólogo e psicopedagogos, que atendem escolas/núcleo, nas salas de recursos multifuncionais, buscando assegurar o atendimento aos estudantes com necessidades especiais, levando em consideração suas limitações e possibilidades, na busca pela garantia da igualdade de oportunidades para todos, pela construção de uma escola inclusiva. Além disso, a Secretaria de Educação busca parcerias com a SAS e de Saúde e Conselho Tutelar a fim de oferecer assistência médica, odontológica e social.

Com relação ao aspecto pedagógico da educação, as ações desenvolvidas são pautadas nos Referenciais Curriculares Nacionais, que embasam as orientações técnicas. Os diretores, professores, coordenadores, supervisores técnicos participam de um programa de qualificação profissional, em parceria com o ICEP, que orienta e acompanha as ações da educação desde 2000, promovendo a formação continuada dos educadores do município.

Além deste acompanhamento externo, a equipe municipal, supervisão técnica e diretoria pedagógica, articulada aos coordenadores pedagógicos e diretores escolares, encarregam-se pela orientação pedagógica do município, incluindo o acompanhamento e tratamento de resultados, garantia dos horários de planejamento, organização e gestão dos espaços educativos e pelo desenvolvimento pessoal e profissional dos docentes, proporcionando a formação em serviço.

Desde a implantação da coordenação pedagógica no município em 2000, estes profissionais vêm atuando ativamente na orientação pedagógica para todas as escolas municipais. A partir de 2009, a SEMEC passou a organizar a coordenação pedagógica por instituição, assegurando um profissional para cada escola/núcleo do município. Em 2014, a coordenação pedagógica conta com 32 coordenadores, dos quais 8 atendem a Educação Infantil, 13 as séries iniciais do Ensino Fundamental, 08 atuam nas séries finais, 2 na EJA e 1 na Educação Especial. A garantia de um coordenador por escola/núcleo possibilita que esses profissionais estejam presentes no dia a dia das escolas, acompanhando e realizando efetivamente a formação continuada dos professores.

O acompanhamento pedagógico favorece a elaboração/revisão dos projetos pedagógicos das escolas, que têm sido construídos em todas as instituições do

75

município, com participação da comunidade escolar. Nesse processo, as equipes gestoras e representantes dos vários segmentos, procuram adaptar a proposta pedagógica do município à realidade, necessidade e condições da escola, pensando em suas especificidades. Esse documento norteador das ações, objetivos e metas da escola é revisado anualmente e acrescido do plano de ação da equipe escolar.

Sob orientação da SEMEC, toda as escolas implementam o Conselho de Classe Participativo, que representa um mecanismo importante de avaliação do desempenho de toda equipe escolar no processo de ensino e aprendizagem. A principal finalidade é promover a participação de toda a comunidade escolar, especialmente pais e alunos, no processo avaliativo da escola, que inclui o desempenho dos alunos, professores e equipe. Assim, desde 2009, todas as escolas vêm adotando o modelo participativo de Conselho de Classe, por considerar fundamental o acompanhamento e avaliação da evolução das aprendizagens dos alunos, bem como seu desempenho durante cada bimestre. Nesses encontros são analisados os resultados, os investimentos, os interferentes (positivos ou negativos) no processo educativo para traçar as metas e estratégias para a unidade letiva subsequente, na perspectiva de reorientar o planejamento, com vistas a sanar as dificuldades identificadas.

Um dos aspectos mais importantes desse modelo é a participação dos pais, que têm a oportunidade de discutir com a equipe e expor suas opiniões e sugestões. Esses atores são instados a acompanhar a vida escolar de seus filhos mais de perto e estabelecer relação de parceria e confiança com a escola.

Essa forma de acompanhamento subsidia as ações de reforço escolar, desenvolvidas na maioria das escolas, através dos planos de apoio pedagógico. Nesse projeto, os alunos com baixo rendimento são atendidos por meio de agrupamentos produtivos, atividades diferenciadas ou aulas no contra turno. Essas ações têm por objetivo atender aos alunos que apresentam baixo desempenho desde o início do ano, a fim de que as dificuldades sejam sanadas no decorrer do ano letivo. Entretanto, no Ensino Fundamental II, muitas escolas apresentam dificuldades em implementar o plano de apoio pedagógico, em função da necessidade de garantir a carga horária das diversas disciplinas.

Com base na LDB, as escolas são incentivadas a gerir seus espaços e práticas de forma autônoma e democrática, respeitados os princípios gerais de funcionamento da escola. Uma das principais formas de promover esta autonomia e a gestão democrática nas instituições é a constituição dos conselhos escolares, que têm como atribuição participar dos processos de gestão no âmbito administrativo, pedagógico e financeiro.

Nesse sentido, todas as escolas municipais apresentam Associações de Pais e Mestres, formadas por representações de professores, alunos, funcionários e pais (com exceção das cinco que têm quantidade de alunos inferior a cinquenta alunos), que atuam também como conselho escolar, e muitas constituíram ainda o próprio Conselho Escolar como forma de ampliar a participação das famílias e comunidade na escola. Ainda assim, consideramos que é necessário qualificar a ação desses conselhos a fim de assegurar uma participação mais efetiva.

Além dos conselhos, as escolas desenvolvem ações e projetos que visam aproximar a comunidade, como feiras literárias e de conhecimento, culminâncias de projetos com a participação da família e comunidade, atividades esportivas e culturais, comemoração de datas especiais, excursões, dentre outros.

Todas as instituições do município adotam o regimento escolar unificado do município, documento que fortalece a autonomia das instituições. Entretanto, esse documento encontra-se em fase de reelaboração para atender algumas especificidades das escolas, as quais vêm passando por mudanças de clientela, nucleações, ampliações de atendimento nos níveis de ensino, além de suas características próprias, o que requer a adequação do regime estabelecido no documento. Nesse sentido, a secretaria busca favorecer as devidas orientações e acompanhar os processos de revisão participativa do regimento e sua publicação nas respectivas escolas.

## **2.6 RECURSOS FINANCEIROS PARA A EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO**

### **2.6.1 Investimento Público em Educação**

De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, a partir do entendimento de que as metas devem apresentar resultados positivos entre receitas e despesas, os investimentos tendem a aumentar as despesas e, em contrapartida, há necessidade de procurar mecanismos para incrementar a receita, reduzindo custos e direcionando os recursos para a área da Educação.

Os municípios têm a função de aplicar os recursos recebidos do Estado e da União. Com a implementação de emendas constitucionais que dispõem sobre as transferências de responsabilidades financeiras para os municípios, mantendo a mesma base arrecadatória destes, o município, tem o compromisso de honrar as metas fiscais e atender a demanda na educação, mantendo a arrecadação dos tributos a ela

77

atrelados tais como: distribuição de carnês de Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), alvarás e Imposto Sobre Serviços (ISS); entrega em domicílio dos carnês; regularização da cobrança de ISS nas empresas de prestação de serviços; incrementar o índice que dá o retorno de Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS); levantamento do índice populacional através do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), otimizando o repasse do Fundo de Participação dos Municípios (FPM); retenção do Imposto de Renda (IR) e ISS sobre as Notas Fiscais de Fornecedores de prestação de serviços; aumento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA).

Os recursos que o município dispõe para manutenção e desenvolvimento da educação infantil e fundamental são representados pela vinculação das receitas institucionais, com o mínimo a ser investido dentro das normas. Porém, o município, depende de recursos complementares representados por outras receitas que complementam a totalidade dos recursos orçamentários.

**Tabela 31. Outras receitas com o setor educacional do município de Iraquara administradas pela Prefeitura, 2010-2013**

Ano	Alimentação escolar	Transporte escolar	Salário Educação	Convênios	Outras receitas	Total
2010	352.860,00	475.352,16		933.570,00	357.923,58	2.119.705,74
2011	358.440,00	445.648,24		431.962,26	123.978,79	
				REPASSE DA COTA DO SE A EST. DF E MUNICÍPIO S	Programa PROINFACIA Construção de Creches	
2012	438.708,00	385.583,61		Convênio com o estado: Municipalização	495.915,15	
					Programa PROINFACIA Construção de Creches	
2013	487.572,00	444.406,21			El-Manutenção Apoio as Creches	

	74.378,91
	Construção de Quadra Poliesportiva
	IMPLANT.ADEQ.STRU TURAS ESPORTIVAS ESCOLARES
	127.252,49
	CAMINHO DA ESCOLA - Ônibus Acessível
	132.000,00

Fonte: SEAD, PMI, FNDE (2010-2013).

A tabela 32 mostra os dados acerca das receitas destinadas à educação do Município de Iraquara que não estão vinculadas ao percentual mínimo obrigatório previsto na Constituição Federal de 1988. São recursos para despesas complementares que custeiam serviços de apoio às atividades das escolas, tais como alimentação escolar, transporte escolar e outros projetos.

De acordo com os dados, no período em análise, a alimentação escolar contou com o repasse regular dos recursos. Quanto ao transporte escolar, os recursos, neste setor, começaram a ser aplicados a partir do ano de 2004, sendo que a grande maioria das matrículas do Ensino Fundamental da rede de Iraquara está concentrada na zona rural e, portanto, esses alunos dependem do transporte para frequentar à escola.

Além das transferências constitucionais, existem as legais, definidas em legislação federal, com recursos provenientes da cota federal do salário-educação ou outros do Tesouro Nacional, (Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS), Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE), Educação de Jovens e Adultos (EJA), e outros). As transferências voluntárias geralmente ocorrem com a assinatura de convênios, mediante apresentação da Associação de Pais e Professores (PTA). Cabe ressaltar que não basta aumentar o montante dos recursos a serem gastos em educação, o importante é que esses recursos sejam bem empregados para proporcionar a todos uma educação de boa qualidade. Isso passa por um controle eficaz não só da SEMEC, como também da Câmara de Vereadores, do Tribunal de Contas, do Ministério Público, do CME, bem como de toda a sociedade.

Quanto à manutenção dos níveis de qualidade e quantidade, a merenda escolar tem recebido por parte do FNDE verba suplementar para o bom desempenho do programa,

sendo que o município entra com sua contrapartida na média de 30% anuais, dentro dos valores destinados a merenda escolar.

A extensão territorial do município é considerável, aproximadamente 922 km<sup>2</sup> e o número de alunos que utilizam transporte são de 2.503 estudantes, totalizando, em média, 58.960 km rodados mensalmente. Os recursos transferidos da União, do PNATE, juntamente com a parcela do estado (PET/Bahia) são insuficientes para o pagamento dos transportes, sendo feita a complementação pelo Salário-Educação, usado basicamente na complementação do transporte escolar, FUNDEB e a parcela dos 25%.

**Tabela 32. Recursos aplicados em educação pelo governo municipal de Iraquara, por nível ou modalidade de ensino 2010/2013**

ANO	ED. INFANTIL	FUNDAMENTAL ENSINO	ENSINO MÉDIO	EJA	OUTROS	TOTAL
2010	-	-	-	-	-	10.828.437,54
2011	-	-	-	-	-	12.562.185,92
2012	-	-	-	-	-	16.105.913,16
2013	-	-	-	-	-	12.763.021,83

Fonte: SEAD, PMI (2010-2013).

Essa tabela mostra apenas o total aplicado, pois os dados não foram separados por níveis de ensino.

O aumento gradual do montante a ser aplicado pelo município em educação – não somente no ensino fundamental, como também nos demais níveis e modalidades de sua responsabilidade – representam a base de sustentação financeira para que os objetivos e metas traçados neste plano sejam efetivamente alcançados.

**Tabela 33. Despesas com educação do município Iraquara por categoria e elemento de despesa. 2010/2013**

ANO	DESPESAS CORRENTES			DESPESAS DE CAPITAL			Total
	Pessoal	Mat. Consumo	Sub total	Obras e instalações	Equipamento	Sub-total	
2010	6.783.179,71	438.075,48	7.221.255,19	125.019,17	42.813,20	167.832,37	7.389.088,08



2011	-	-	-	-	-	-
2012	-	-	-	-	-	-
2013	-	-	-	-	-	-

Fonte: SEAD, PMI (2010-2013).

As despesas correntes representam os gastos relativos a serviços prestados por terceiros, aquisição de materiais de consumo e pagamento de encargos e obrigações sob responsabilidade do município, os quais não produzem acréscimos patrimoniais. Os dados revelam que, em média, 78% do total de despesas com educação no Município destinam-se a pagamento de pessoal.

**Tabela 34. Receita e aplicação dos recursos recebidos do FUNDEB no Município de Iraquara em 2010-2013**

Ano	Total recebido	Salário de professores	Capacitação dos leigos	Gastos com MDE
2010	8.437.718,02			
2011	10.844.084,84			
2012	12.636.498,05			
2013	13.053.149,84			

Fonte: SEAD, PMI, FNDE (2010-2013)

O montante dos recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) recebido pelo Município de Iraquara tem crescido gradativamente no período analisado. A receita total do Fundeb, no município, é formada pelas transferências de participação das receitas do governo federal, estadual e municipal, gerida pela Prefeitura Municipal e fiscalizada pelo Conselho do Fundeb. São rigorosamente enquadrados nas suas finalidades os percentuais: 60%, 40%, e 25%, cujas despesas são organizadas nos seus respectivos destinos. O salário dos professores é pago pelo Fundeb correspondente aos 60% do recurso obtido, valor que tem se mostrado insuficiente, pois é investido em folha de pagamento em média 78% do valor total para fins de complemento.

O recurso do Fundeb do município de Iraquara tem sido acompanhado pelo Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb é um colegiado que tem como função principal acompanhar e controlar a distribuição, a transferência e a aplicação

dos recursos do Fundo, no âmbito das esferas municipal, estadual e federal. O conselho não é uma unidade administrativa do governo. Assim, sua ação deve ser independente e, ao mesmo tempo, harmônica com os órgãos da administração pública local.

A atividade dos conselhos do Fundeb soma-se ao trabalho das tradicionais instâncias de controle e fiscalização da gestão pública. Entretanto, o conselho do Fundeb não é uma nova instância de controle, mas sim de representação social, não devendo, portanto, ser confundido com o controle interno (executado pelo próprio Poder Executivo), nem com o controle externo, a cargo do Tribunal de Contas, na qualidade de órgão auxiliar do Poder Legislativo, a quem compete a apreciação das contas do Poder Executivo.

O controle exercido pelos conselhos do Fundeb representa a atuação da sociedade, que pode apontar falhas ou irregularidades eventualmente cometidas, para que as autoridades constituídas, no uso de suas prerrogativas legais, adotem as providências que cada caso venha a exigir.

O conselho do Fundeb do município de Iraquara em especial possui uma boa relação com o governo. O poder executivo tem procurado oferecer ao conselho o necessário apoio material e logístico – disponibilizando quando necessário local para reuniões, meio de transporte, materiais, equipamentos etc. – de forma que tem assegurado a realização periódica das reuniões de trabalho, garantindo condições para que o colegiado desempenhe suas atividades e exerça efetivamente suas funções.

**Tabela 35. Aplicação no Ensino Fundamental – Exercício 2013 (em R\$)**

Da aplicação	
25% da receita de impostos e transferências	Total aplicado em educação
1.983,536, 14	25%
	2.384,438, 24

Fonte: SEAD, PMI (2013)

A Constituição Federal de 1988 estabelece em seu art.212 que o Município deve aplicar anualmente um percentual de 25%, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendendo a proveniente das transferências para manutenção e

desenvolvimento do ensino. Vale lembrar que a Lei Orgânica Municipal poderá elevar esse percentual para além do mínimo proposto na Constituição. Iraquara vem cumprindo com a determinação legal e investe mais de 25% do seu orçamento em educação.

**Tabela 36. Recursos da Educação no PPA 2010-2013**

Anos	Previstos em R\$	Programa/projetos/atividades educacionais	Total utilizado
2010	12.530.886,47	-	10.340.063,87
2011	13.157.430,79	-	12.562.185,92
2012	13.815.302,33	-	16.105.913,16
2013	14.506.067,45	-	12.763.021,83
	TOTAL		TOTAL
	54.009.687,04		51.771.184,78

Fonte: <http://www.tcm.ba.gov.br/TCM/Municipios.aspx?Id=378&Cidade=IRAQUARA>. Acesso em 2013

Na Constituição da República Federativa do Brasil de no ano de 1998, estão definidos os instrumentos de planejamento, os quais são o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA). O Plano Plurianual agrega o planejamento das políticas públicas e programas de governo para um período de quatro anos, determinando tecnicamente as diretrizes de governo.

De forma regionalizada, o PPA indica as formas para alcançar os objetivos de um programa, que podem ser por meio de projetos, atividades ou operações especiais (ações). O PPA estabelece as diretrizes, os objetivos e as metas da administração pública para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada. Assim, esse instrumento de planejamento congrega os critérios de ação e decisão que devem orientar os gestores públicos (diretrizes).

Estipular os resultados que se busca alcançar na gestão (objetivos), quantificando-os (metas) e delinea o conjunto de ações a serem implementadas. A Lei de Diretrizes Orçamentárias orienta a cada ano como as políticas e programas contidos no PPA devem ser realizados, cabendo à Lei Orçamentária Anual alocar os recursos necessários para a concretização das metas estabelecidas. Em outras palavras, a LDO norteia a elaboração da LOA, na medida em que compreende as metas e prioridades

da administração, incluindo as despesas de capital para o próximo exercício financeiro.

A LDO ainda estabelece as formas de financiamento do orçamento, os critérios para a elaboração da LOA, as alterações da legislação tributária, a política salarial, a previsão de concursos públicos, os percentuais de recurso a serem descentralizados aos Poderes e à Administração Indireta, como fundações, autarquias e sociedades de economia mista. A partir do PPA, a LDO elege os programas e metas físicas a serem executados, sempre no exercício seguinte ao de sua elaboração.

A Lei Orçamentária Anual define as fontes de arrecadação, estima as receitas e prevê as despesas para o ano seguinte ao de sua elaboração. É nela que os programas e objetivos do governo são apresentados de forma mais detalhada, objetiva e, de preferência, regionalizada, demonstrando quais recursos irão para cada município ou Estado, nos casos dos orçamentos estaduais e da União. Ela é subdividida em: orçamento fiscal, que trata dos fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público; em orçamento de investimento, que se refere às empresas em que a União detenha a maioria do capital social com direito a voto; e, em orçamento da seguridade social, o qual abrange todas as entidades e órgãos vinculados à Seguridade Social, da administração direta ou indireta, abrangendo também fundos e fundações instituídas e mantidas pelo poder público.

Durante o ciclo orçamentário ocorrem as etapas de elaboração, discussão, votação e aprovação, execução e avaliação. O Orçamento é uma obra política na qual são determinados os compromissos do Poder Executivo para com o cidadão, necessitando coerência entre as demandas sociais e as diretrizes de governo.

A sociedade tem o direito e o dever de participar da elaboração dos instrumentos de planejamento da vida do município. Pode e deve participar das reuniões de elaboração e apreciação, pois somente assim será garantida uma governança democrática, que melhor atenda às necessidades da comunidade. A sociedade deve também participar da deliberação que aloca recursos públicos para a execução do programa de trabalho do governo de sua unidade federativa.

Por ser o principal instrumento de execução da política fiscal, o orçamento público precisa ser objeto de participação popular e acompanhamento por parte da sociedade. Sendo assim, todas as etapas do processo orçamentário, juntamente com as

informações contidas no próprio orçamento e na documentação que o acompanha, são de vital importância para a transparência fiscal. Para que os recursos sejam, de fato, destinados a atender as necessidades da população, além de participar da elaboração do orçamento, a sociedade deve fiscalizar a aplicação desse dinheiro, zelando pela boa e correta destinação do dinheiro público.

Todas as etapas do processo orçamentário precisam ser informadas com qualidade e facilidade de entendimento a todos os cidadãos, não só para obedecer a preceitos legais, mas também para torná-los mais próximos do Estado e estimular sua participação e controle da gestão a fim de dar-lhe subsídios para seu aperfeiçoamento constante. E essa tarefa não pode ser encarada de forma negativa pelos gestores públicos, visto que “o bom político é o que consegue converter temas como o orçamento em assunto compreensível para o cidadão comum” (SALLES, 2010, p. 64).

Dessa forma, pode-se perceber o quanto a participação popular é importante nesse processo, principalmente para que sejam atendidas as demandas da população e seja possível o acompanhamento de sua execução, caso contrário pode-se retroceder e não obter os resultados pretendidos. Através de ações planejadas, pode-se imprimir resultado satisfatório no crescimento do município. No entanto, caso haja negligência na utilização dos instrumentos de transparência, a máquina governamental torna-se ineficiente, sem finalidade até de existência. Por ser tão relevante, o Orçamento e sua execução podem e devem ser acompanhados pela população, visto que “os gastos públicos precisam ser analisados e avaliados, visando diminuir o índice de desvios e melhorar o índice de aplicação do erário público” (CARVALHO, 2008, p. 249).

Diante do exposto acima, constitui-se ainda para o nosso município como um grande desafio a participação da sociedade na elaboração dos instrumentos de planejamento da vida do município. De fato o orçamento público precisa ser objeto de participação popular e acompanhamento por parte da sociedade. Para que isso de fato e de verdade aconteça é imprescindível que a gestão pública demonstre interesse, bem como elabore documentos que diminuam o teor contábil e passe a assumir um caráter mais social.

### **3. DIRETRIZES, METAS E ESTRATÉGIAS DO PME**

Em conformidade com o que está disposto no Art. 2º da Lei nº 13.005/2014, que institui o Plano Nacional de Educação (PNE), o município de Iraquara apresenta como linhas orientadoras para este Plano Municipal de Educação (PME) as seguintes diretrizes:

I - erradicação do analfabetismo;

II - universalização do atendimento escolar;

III - superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;

IV - melhoria da qualidade da educação;

V - formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;

VI - promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;

VII - promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do País;

VIII - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto - PIB, que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade;

IX - valorização dos (as) profissionais da educação;

X - promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.

### 3.1 METAS E ESTRATÉGIAS DO PME

#### Educação Infantil

**Meta 01:** Universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste PME.

#### Estratégias:

1.1. Ampliar e adequar a estrutura física da creche e pré-escola com a construção de muros, áreas de lazer, banheiros adaptados, refeitórios, disponibilizando bebedouros com água tratada para atender as crianças de 0 a 5 anos de idade, até o segundo ano após a implementação deste PME.

1.2. Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso e da permanência das crianças na educação infantil, em especial dos beneficiários de programas de transferência de renda, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância.

1.3. Buscar parceria com os pais, sensibilizando-os da importância das

crianças serem inseridas no contexto escolar.

1.4. Adequar os transportes para os alunos da Educação Infantil, que moram distante de suas escolas, garantindo monitores a partir do primeiro ano de vigência deste PME.

1.5. Construir creches na Zona rural, nas comunidades que apresentam uma demanda maior em relação à população de crianças nesta faixa etária.

1.6. Construir salas exclusivas para Educação Infantil nas escolas que também atendem o ensino fundamental, considerando a taxa de natalidade nos anos recorrentes;

1.7. Garantir auxiliares para as crianças com deficiência.

1.8. Garantir as especificidades da Ed. Infantil na formação continuada para supervisor técnico, coordenadores pedagógicos e professores.

1.9. Estimular a articulação entre pós-graduação, núcleos de pesquisa e cursos de formação para profissionais da educação, de modo a garantir a elaboração de currículos e propostas pedagógicas que incorporem os avanços de pesquisas ligadas ao processo de ensino-aprendizagem e às teorias educacionais no atendimento da população de 0 (zero) a 5 (cinco) anos;

1.20. Garantir a alimentação escolar de qualidade, bem como produtos de higiene pessoal para crianças de creche e pré-escola em parceria com a secretaria de saúde.

### **Ensino Fundamental**

**Meta 02:** Universalizar o ensino fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos e garantir que pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) dos alunos concluam com qualidade essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste PME.

#### **Estratégias:**

2.1. Aumentar a oferta de materiais e equipamentos que incentivem aulas mais atrativas em todas as escolas da rede municipal.

2.2. Promover a busca ativa de crianças e adolescentes fora da escola, fazendo o monitoramento da frequência em parceria com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, adolescência e juventude;

2.3. Promover aulas de reforço para os alunos que não garantem as aprendizagens mínimas esperadas para a série no contra turno.

2.4. Estimular e apoiar em todas as unidades escolares ações de integração entre escola, família e comunidade, visando fortalecer o processo ensino-aprendizagem na construção da cidadania.

2.5 Adotar práticas de acompanhamento do professor de modo a

corresponsabilizá-lo pelos resultados de todos e cada um.

2.5. Inserir nas Oficinas de letramento os alunos que apresentarem aproveitamento insatisfatório frente ao currículo da série.

2.6. Promover atividades de desenvolvimento e estímulo a habilidades esportivas nas escolas, interligadas a um plano de disseminação do desporto educacional e de desenvolvimento esportivo municipal.

2.7. Estimular e apoiar as unidades escolares nas ações de integração entre escola, família e comunidade, visando fortalecer o processo ensino-aprendizagem na construção da cidadania.

2.8. Promover a relação das escolas com instituições e movimentos culturais, a fim de garantir a oferta regular de atividades culturais para a livre fruição dos (as) alunos (as) dentro e fora dos espaços escolares, assegurando ainda que as escolas se tornem polos de criação e difusão cultura através da implementação de projetos.

2.9. Incentivar a participação dos pais ou responsáveis no acompanhamento das atividades escolares dos filhos por meio do estreitamento das relações entre as escolas e as famílias.

### **Ensino Médio**

**Meta 03:** universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos e elevar, até o final do período de vigência deste PME, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85% (oitenta e cinco por cento).

### **Estratégias:**

3.1. Incentivar as escolas de ensino médio a aderirem ao programa nacional de renovação do ensino médio, a fim de incentivar práticas pedagógicas com abordagens interdisciplinares estruturadas pela relação entre teoria e prática, por meio de currículos escolares que organizem, de maneira flexível e diversificada, conteúdos obrigatórios e eletivos articulados em dimensões como ciência, trabalho, linguagens, tecnologia, cultura e esporte, garantindo-se a aquisição de equipamentos e laboratórios, a produção de material didático específico, a formação continuada de professores e a articulação com instituições acadêmicas, esportivas e culturais;

3.2. Conjuguar esforços, junto ao Estado e a União, no âmbito da instância permanente de que trata o [§ 5º do art. 7º desta Lei](#), para pactuação e implantação dos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento que configurarão a base nacional comum curricular do ensino médio;

3.3. Implantar, manter e ampliar programas e ações de correção de fluxo do ensino fundamental, por meio do acompanhamento individualizado do (a) aluno (a) com rendimento escolar defasado e pela adoção de práticas como



aulas de reforço no turno complementar, estudos de recuperação e progressão parcial, de forma a reposicioná-lo no ciclo escolar de maneira compatível com sua idade;

3.4. Mobilizar os estudantes do Ensino Médio e criar mecanismos como: orientações, simulados, disponibilizando a realização de inscrições por responsáveis da escola, para a realização do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), fundamentado em matriz de referência do conteúdo curricular do ensino médio e em técnicas estatísticas e psicométricas que permitam comparabilidade de resultados, articulando-o com o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB);

3.5. Conjugar esforços, junto ao Estado e Secretaria de Ação Social, para acompanhamento e monitoramento do acesso e da permanência dos e das jovens beneficiários (as) de programas de transferência de renda, no ensino médio, quanto à frequência, ao aproveitamento escolar e à interação com o coletivo, bem como das situações de discriminação, preconceitos e violências, práticas irregulares de exploração do trabalho, consumo de drogas, gravidez precoce, em colaboração com as famílias e com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à adolescência e juventude;

3.6. Promover juntamente com as escolas a busca ativa da população de 15 (quinze) a 17 (dezesete) anos fora da escola, em articulação com os serviços de assistência social, saúde e proteção à adolescência e à juventude;

3.7. Aderir programas de educação e de cultura para a população urbana e do campo de jovens, na faixa etária de 15 (quinze) a 17 (dezesete) anos, e de adultos, com qualificação social e profissional para aqueles que estejam fora da escola e com defasagem no fluxo escolar;

3.8. Incentivar o desenvolvimento de formas alternativas de oferta do ensino médio, garantida a qualidade, para atender aos filhos e filhas de profissionais que se dedicam a atividades de caráter itinerante;

3.9. Apoiar a implementação de políticas de prevenção à evasão motivada por preconceito ou quaisquer formas de discriminação, criando rede de proteção contra formas associadas de exclusão;

3.10. Estimular a participação dos adolescentes nos cursos das áreas tecnológicas e científicas.

3.11. Estabelecer parceria com o Governo Estadual, para o atendimento da demanda total de Ensino Médio Regular e EJA de todo o município na modalidade presencial, com vistas à Educação Inclusiva e atendimento Educacional Especializado em horário compatível com a idade, considerando a população do campo e quilombola;

3.12. Estabelecer parceria com o Estado, padrões mínimos de infraestrutura para o Ensino Médio, compatíveis com a realidade local, incluindo: espaço com iluminação, ventilação, rede elétrica e segurança; instalações sanitárias e condições para a manutenção da higiene nos ambientes escolares; espaço para esporte, arte, cultura e lazer; espaço para biblioteca; laboratório de informática; laboratório de ciências e estrutura física com acessibilidade

adequada à demanda;

3.13. Estabelecer parceria com o estado e entes federados, a formação continuada dos profissionais que atuam no ensino médio, para o desenvolvimento de metodologias, utilizando recursos tecnológicos, tendo em vista a promoção do ensino e da aprendizagem e condições de acessibilidade aos estudantes com deficiência;

3.14. Estabelecer parceria junto ao estado, para a melhoria do aproveitamento, dos alunos do Ensino Médio, de forma a atingir níveis escolares satisfatórios de desempenho nas avaliações feitas pelo SAEB, ENEM;

3.15. Incentivar as escolas de ensino médio no município a garantir a fruição de bens e espaços culturais, de forma regular, bem como a ampliação da prática desportiva, integrada ao currículo escolar, nos três turnos, oportunizando aos alunos, um tempo maior para o esporte e lazer.

3.16. Estabelecer parceria com as escolas do ensino médio, incentivando a participação dos jogos escolares, programas e projetos afins, promovidos pela rede estadual e municipal, através de competições esportivas entre as escolas, durante a vigência deste plano;

3.17. Cooperar com o Estado para implantação do programa do Ensino Médio com Intermediação Tecnológica (EMITEC), nas comunidades mais distantes da sede, conforme a demanda e especificidades do campo;

3.18. Estabelecer diálogo com as escolas que atendem o ensino médio, para a adesão e execução de programas, projetos e ações voltados para saúde preventiva nas unidades escolares;

3.19 Articular juntamente ao supervisor e equipe gestora do fundamental uma pré matrícula com objetivo de monitorar e acompanhar a passagem e permanência do aluno do Ensino Fundamental para o Médio.

### **Educação Especial**

**Meta 04:** Universalizar para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, centro de educação inclusiva e serviços com profissionais capacitados para este serviço.

#### **Estratégias:**

4.1 Ampliar a oferta de matrícula para os alunos de 04 a 17 anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, tanto na educação básica quanto no atendimento educacional especializado, respeitando seu tempo de adaptação.

4.2 Fazer um mapeamento dos alunos que necessitam do AEE, em idade escolar, não matriculados na rede municipal de ensino, em parceria com os agentes comunitários de saúde, a fim de realizar uma busca ativa.

4.3 Adequar a estrutura física dos prédios escolares e vias públicas (calçadas) para facilitar o acesso e mobilidade para atender os alunos de 4 a 17 com

deficiência, em parceria com a Secretaria de Infraestrutura, até o final de vigência desse plano;

4.4 Ampliar e adequar em parceria com o Estado e União a frota de transportes escolares para atender os alunos com deficiência na classe regular, bem como, em turno oposto, no atendimento na SRM, até a vigência deste PME;

4.5 Contratar profissionais habilitados em Libras e em Braille de modo a atender aos alunos da rede municipal, nas salas regulares e na Sala de Recursos Multifuncionais, até o quinto ano de vigência do plano;

4.6 Em parceria com a Secretaria de Saúde, montar uma equipe multidisciplinar, com psicólogo, fisioterapeuta, psiquiatra, fonoaudiólogo, neurologista, assistência social e terapeuta ocupacional;

4.7 Promover, nos dois anos iniciais do plano, a formação para uso das tecnologias assistivas referente à Sala de Recursos Multifuncionais SRM a todos os professores que atuam na educação especial;

4.8 Ampliar o cargo de auxiliar (monitor, cuidador) nas salas regulares da rede municipal no primeiro ano de vigência do plano, para atendimento nas atividades de higiene, locomoção e alimentação;

4.11 Realizar anualmente Seminário de educação inclusiva com toda a comunidade escolar e representantes da sociedade civil, em prol do respeito e valorização das pessoas com deficiência;

4.12 Instituir o cargo de professor psicopedagogo ou de educação especial no plano de cargos e salários do município com a função docente para o Atendimento Educacional Especializado, que tenha formação superior e especialização compatível com a função;

4.13 Contemplar na formação continuada o conteúdo Educação Especial para todos os professores da rede regular.

### **Política de Alfabetização**

**Meta 5:** Alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º (terceiro) ano do ensino fundamental.

### **Estratégias:**

5.1 Estruturar os processos pedagógicos de alfabetização, nos anos iniciais do ensino fundamental, articulando-os com as estratégias desenvolvidas na pré-escola, com qualificação e valorização dos (as) professores (as) alfabetizadores e com apoio pedagógico específico, a fim de garantir a

alfabetização plena de todas as crianças.

5.2 Renovar periodicamente o acervo literário e de materiais de pesquisa para atender os alunos e professores, para melhor garantir a alfabetização de todas as crianças na idade certa.

5.3 Instituir instrumentos de avaliação da rede periódicos e específicos para aferir a alfabetização das crianças, aplicados a cada ano, bem como estimular os sistemas de ensino e as escolas a criarem os respectivos instrumentos de avaliação e monitoramento, implementando medidas pedagógicas para alfabetizar todos os alunos e alunas até o final do terceiro ano do ensino fundamental;

5.4 Conjuguar esforços junto ao Estado e a União para selecionar, certificar e divulgar tecnologias educacionais para a alfabetização de crianças, assegurada a diversidade de métodos e propostas pedagógicas, bem como o acompanhamento dos resultados nos sistemas de ensino em que forem aplicadas, devendo ser disponibilizadas, preferencialmente, nos momento formativos com os professores alfabetizadores;

5.5 Fomentar o desenvolvimento de tecnologias educacionais e de práticas pedagógicas inovadoras que assegurem a alfabetização e favoreçam a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem dos (as) alunos (as), consideradas as diversas abordagens metodológicas e sua efetividade;

5.6 Fazer o mapeamento da rede quantificando quantas crianças do ciclo da alfabetização não estão inseridas no atendimento tecnológicos garantindo progressivamente o acesso de todas as crianças a essa práticas inovadoras;

5.7 Promover e estimular a formação inicial e continuada de professores (as) para a alfabetização de crianças, com o conhecimento de novas tecnologias educacionais e práticas pedagógicas inovadoras, estimulando a articulação entre programas de pós-graduação stricto sensu e ações de formação continuada de professores (as) para a alfabetização;

5.8 Apoiar a alfabetização de crianças com deficiência, considerando as suas especificidades, inclusive a alfabetização de crianças surdas e com deficiência visual, sem estabelecimento de terminalidade temporal;

5.9 Disponibilizar professor cuidador para as crianças com necessidades especiais, de acordo com a deficiência, nas salas de alfabetização;

5.10 Assegurar plano de apoio pedagógico no contra turno, com profissionais qualificados para tanto, apoiar na alfabetização das crianças que não alcançarem as habilidades mínimas previstas para a série, a partir do primeiro ano de vigência deste plano, visando a alfabetização de todos até o 3º ano do ensino fundamental.

### **Educação Integral**

**Meta 06:** Implantar, até o segundo ano de vigência do PME, atendimento em tempo integral, em no mínimo 50% das escolas públicas, de forma a atender,

pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos alunos da educação básica, e progressivamente, em novas unidades, a depender da demanda mapeada.

**Estratégia:**

6.1. Garantir, em regime de colaboração, reformas, ampliação ou construção de escolas com padrão arquitetônico e de mobiliário adequado para o atendimento em tempo integral das escolas;

6.2. Garantir em regime de parceria com o Estado e a União vias de acesso e permanência às ações de Educação Integral no que tange a transporte, alimentação e apoio pessoal aos alunos nos intervalos de trabalho;

6.3. Estimular e apoiar as unidades escolares nas ações de integração entre escola, família e comunidade, visando fortalecer o processo ensino-aprendizagem na construção da cidadania;

6.4. Fomentar a articulação da escola com os diferentes espaços educativos, culturais e esportivos e com equipamentos públicos, como centros comunitários, bibliotecas, praças, parques, igrejas, auditórios;

6.5. Garantir a inclusão dos alunos com deficiência, bem como alunos oriundos de comunidades, quilombolas e assentamento, na oferta de educação de tempo integral, conforme a disponibilidade de recursos humanos e financeiros até o final da vigência do PME;

6.6. Garantir em regime de parceria com o Estado e a União alimentação adequada, transporte e melhoria na ampliação da infraestrutura escolar de modo a atender os programas com qualidade;

**Qualidade da Educação Básica**

**Meta 7:** fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as médias nacionais para o Ideb:

<b>IDEB</b>	<b>2015</b>	<b>2017</b>	<b>2019</b>	<b>2021</b>
Anos iniciais do ensino fundamental	5,2	5,5	5,7	6,0
Anos finais do ensino fundamental	4,7	5,0	5,2	5,5
Ensino médio	4,3	4,7	5,0	5,2

**Estratégias:**

7.1. Realizar estudos e análise dos dados referentes às avaliações externas estaduais e federais de todas as escolas do ensino fundamental para subsidiar

a elaboração de plano de intervenção pedagógica nas escolas que não atingiram a meta do IDEB.

7.2. Construir as diretrizes curriculares municipais da Educação Infantil e Ensino Fundamental de acordo com legislação vigente com orientações metodológicas e específicas oriundas das formações continuadas oferecidas pela Entidade Mantenedora.

7.3. Assegurar o cumprimento do Projeto Político-Pedagógico da Rede Municipal de Ensino conforme as diretrizes curriculares nacionais para a Educação Infantil e Ensino Fundamental.

7.4. Implementar, um programa de apoio pedagógico para a correção de fluxo escolar, tendo em vista a redução da desigualdade educacional dentro das escolas de ensino fundamental.

7.5. Qualificar o sistema de avaliação institucional e de aprendizagem da rede pública municipal de educação, aperfeiçoando os mecanismos para o acompanhamento pedagógico dos alunos, visando torná-lo um instrumento efetivo de planejamento, intervenção, acompanhamento e gestão da política educacional;

7.6. Fomentar o desenvolvimento de tecnologias educacionais e de inovação das práticas pedagógicas nos sistemas de ensino, que assegurem a melhoria da aprendizagem e do fluxo escolar;

7.7. Buscar parceria, para implantação de programa de formação permanente com foco na capacitação dos professores para o uso pedagógico das tecnologias na escola;

7.8. Fomentar o desenvolvimento de tecnologias educacionais e de inovação das práticas pedagógicas nos sistemas de ensino, que assegurem a melhoria da aprendizagem e do fluxo escolar.

7.9. Assegurar a publicação das produções das experiências exitosas da educação municipal através da realização de seminário, revistas impressas/digitais e em páginas sociais;

7.10. Buscar apoio da união para garantir transporte a todos (as) os (as) estudantes da educação integral na faixa etária da educação escolar obrigatória;

7.13. Dobrar o número de computadores na rede pública municipal e ampliar o acesso à rede mundial de computadores em banda larga de alta velocidade;

7.14. Fortalecer o acompanhamento familiar e possibilitar sua participação efetiva nas decisões tomadas no âmbito escolar.

### **Educação de Jovens e Adultos**

**Meta 08:** elevar a escolaridade média da população de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos, de modo a alcançar, no mínimo, 12 (doze) anos de estudo no último ano de vigência deste Plano, para as populações do campo, da região de menor escolaridade no País e dos 25% (vinte e cinco por cento) mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados

à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

**Estratégia:**

- 8.1. Ofertar o atendimento na EJA para alunos a partir de 15 anos, no diurno, conforme a demanda, visando reduzir a distorção idade-série e o abandono.
- 8.2. Diminuir a evasão através de propostas metodológicas diferenciadas, a fim de assegurar a continuidade da escolarização;
- 8.3. Dar continuidade ao processo de autonomia pedagógica a fim de que os materiais didático-pedagógicos sejam selecionados pelos professores e coordenação de forma a ajudar na qualificação do currículo e da proposta pedagógica da EJA, considerando os temas transversais;
- 8.4. Construir espaços permanentes de diálogo e formação junto aos educadores do Ensino Fundamental regular, articulando ações conjuntas entre o ensino fundamental regular e a modalidade EJA a fim de diminuir a demanda de alunos adolescentes no ensino noturno;
- 8.5. Garantir a continuidade da EJA em cada segmento, sempre que houver demanda;

**Meta 09:** elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais para 93,5% (noventa e três inteiros e cinco décimos por cento) até 2016 e, até o final da vigência deste PME, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional.

**Estratégias:**

- 9.1. Assegurar a oferta gratuita da educação de jovens e adultos a todos os educandos que não tiveram acesso à educação básica na idade própria;
- 9.2. Realizar chamadas públicas regulares para educação de jovens e adultos, promovendo-se busca ativa em parceria com organizações da sociedade civil;
- 9.3. Realizar avaliação, por meio de exames específicos, que permita aferir o grau de alfabetização de jovens e adultos com mais de 15 (quinze) anos de idade;
- 9.4. Executar ações de atendimento ao (à) estudante da educação de jovens e adultos por meio de programas suplementares de transporte, alimentação e saúde, inclusive atendimento oftalmológico e fornecimento gratuito de óculos, em articulação com a área de saúde;
- 9.5. Utilizar os instrumentos de certificação para que possibilitem plena compreensão dos órgãos e instituições de ensino referente ao nível de escolaridade dos alunos de EJA.

**Meta 10:** oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de

educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional.

**Estratégia:**

10.1. Estabelecer parcerias com as entidades da sociedade civil para o aproveitamento dos espaços ociosos existentes no município, bem como possibilidades de trabalho informal para a educação de jovens e adultos;

10.2. Promover um ajustamento quanto ao lugar a ser ocupado pelos professores concursados, implantando concurso público se necessário;

10.3. Promover a qualificação dos instrumentos de certificação municipal ao nível de escolaridade dos alunos de EJA;

10.5. Fortalecer a articulação junto a escola estadual para a oferta do ensino médio aos estudantes da EJA que concluíam o ensino fundamental e oferecer continuidade da EJA nas escolas municipais que oferecem ensino médio.

10.6. Reavaliar coletivamente e periodicamente a necessidade da oferta de EJA em determinadas regiões e turnos, buscando adequar as metas à legislação vigente.

**Educação Profissional do Nível Médio**

**Meta 11:** triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% (cinquenta por cento) da expansão no segmento público.

**Estratégias:**

11.1. Garantir, em colaboração com os entes federados, condições físicas, equipamentos e materiais, bem como profissionais qualificados para a oferta de educação profissional com cursos destinados à atender a população jovem em fase de profissionalização associado à educação básica, assegurando a sua expansão, diversificação de acordo a demanda local;

11.2. Garantir a participação da sociedade civil no debate para a definição da demanda de cursos que o município deverá ofertar;

11.3. Buscar parceria com as empresas públicas e privadas para estágio remunerado para alunos cursistas;

11.4. Buscar parcerias, gradativamente, a inserção no mercado de trabalho de alunos egressos dos cursos profissionalizantes, em parceria com empresas públicas e privadas.

11.5. Promover ações que possibilitem a mobilização dos alunos do ensino fundamental e do ensino médio a ingressarem na educação profissional técnica de ensino médio;

11.6. Conjuguar esforços, junto ao Estado e a União, para a implantação da educação profissional técnica de nível médio, presencial e a distância nas escolas da rede publica estadual presentes no município;



11.7. Estimular a expansão do estágio na educação profissional técnica de nível médio e do ensino médio regular, preservando-se seu caráter pedagógico integrado ao itinerário formativo do aluno, visando à formação de qualificações próprias da atividade profissional, à contextualização curricular e ao desenvolvimento da juventude;

11.8. Estabelecer parcerias com o Estado e a União para ampliar a oferta de programas de reconhecimento de saberes para fins de certificação profissional em nível técnico;

11.9. Apoiar a ampliação da oferta de matrículas gratuitas de educação profissional técnica de nível médio pelas entidades privadas de formação profissional vinculadas ao sistema sindical e entidades sem fins lucrativos de atendimento à pessoa com deficiência, com atuação exclusiva na modalidade;

11.10. Requerer, do Estado e da União, o atendimento do ensino médio gratuito integrado à formação profissional para as populações do campo e para as comunidades quilombolas, de acordo com os seus interesses e necessidades;

11.11. Requerer do Estado e da União a oferta de educação profissional técnica de nível médio para as pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

**Meta 12:** Auxiliar os entes federados, para elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público.

**Estratégias:**

12.1. Fomentar a oferta de educação superior pública e gratuita prioritariamente para a formação de professores e professoras para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, bem como para atender ao déficit de profissionais em áreas específicas;

12.2. Conjuguar esforços junto ao Estado e a União para promoção do atendimento específico a populações do campo e comunidades quilombolas, em relação a acesso, permanência, conclusão e formação de profissionais para atuação nessas populações;

12.3. Mapear a demanda e fomentar a oferta de formação de pessoal de nível superior, destacadamente a que se refere à formação nas áreas de ciências e matemática, considerando as necessidades, a inovação tecnológica e a melhoria da qualidade da educação básica;

12.4. Aderir, através de pactuação, a programas que consolidem processos seletivos nacionais e regionais para acesso à educação superior como forma de superar exames vestibulares isolados;

**Meta 13:** Auxiliar os entes federativos, para elevar a qualidade da educação superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior para 75% (setenta e cinco por cento), sendo, do total, no mínimo, 35% (trinta e cinco por cento) doutores.

**Estratégias:**

13.1. Conjuguar esforços junto ao Estado e União para estímulo à melhoria da qualidade dos cursos de pedagogia e licenciaturas, por meio da aplicação de instrumento próprio de avaliação aprovado pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior - CONAES, integrando-os às demandas e necessidades das redes de educação básica, de modo a permitir aos graduandos a aquisição das qualificações necessárias a conduzir o processo pedagógico de seus futuros alunos (as), combinando formação geral e específica com a prática didática, além da educação para as relações étnico-raciais, a diversidade e as necessidades das pessoas com deficiência;

13.2. Estimular a elevação do padrão de qualidade das universidades, direcionando sua atividade, de modo que realizem, efetivamente, pesquisa institucionalizada, articulada a programas de pós-graduação stricto sensu;

13.3. Fomentar e aderir a formação de consórcios entre instituições públicas de educação superior, com vistas a potencializar a atuação regional, inclusive por meio de plano de desenvolvimento institucional integrado, assegurando maior visibilidade nacional e internacional às atividades de ensino, pesquisa e extensão;

**Meta 14:** Auxiliar os entes federativos, para elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação stricto sensu, de modo a atingir a titulação anual de 60.000 (sessenta mil) mestres e 25.000 (vinte e cinco mil) doutores.

**Estratégias:**

14.1. Estabelecer parcerias e convênios com universidades públicas presentes no Estado para a oferta de programas de pós-graduação stricto-sensu para atendimento da demanda do município;

14.2. Incentivar a população para o ingresso em programas de pós-graduação stricto sensu, assegurando condições para a sua permanência;

14.3. Estimular a participação das mulheres nos cursos de pós-graduação stricto sensu, em particular aqueles ligados às áreas de Engenharia, Matemática, Física, Química, Informática e outros no campo das ciências;

14.5. Incentivar a formação de doutores para qualificação profissional do município;

14.6. Estimular a pesquisa científica e de inovação e promover a formação de recursos humanos que valorize a diversidade regional e a gestão de recursos hídricos no semiárido, para mitigação dos efeitos da seca e geração de emprego e renda na região;

14.7. Estimular a pesquisa aplicada, no âmbito das IES e das ICTs, de modo a incrementar a inovação e a produção e registro de patentes.

### Valorização dos Profissionais da Educação

**Meta 15:** Assegurar o nível de pós-graduação lactu sensu dos professores da educação básica municipal em 90% até o último ano de vigência deste PME

#### Estratégias:

- 15.1. Aderir aos programas oferecidos pelo governo estadual e federal no que se refere aos cursos de especializações lactu sensu;
- 15.2. Fazer um levantamento do número de profissionais que não possui especializações, mobilizando e incentivando os mesmos a estudar.
- 15.3. Estabelecer parceria entre município e as universidades que oferecem cursos de especializações;
- 15.4. Ofertar ajuda de custo em transporte e hospedagem para os professores efetivos que ainda não tem a especialização.

**Meta 16:** Garantir formação específica de nível superior obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento que atua e formação continuada para todos os professores da rede municipal de educação no prazo de vigência desse PME.

#### Estratégias:

- 16.1 Estabelecer parceria entre município e as universidades públicas e privadas que oferecem graduação em área específica;
- 16.2 Assegurar a todos os professores de áreas específicas o aperfeiçoamento do domínio dos conteúdos das disciplinas que lecionam, através de formação inicial (graduação) e continuada, com apoio no planejamento por disciplina.

**Meta 17:** Garantir a revisão do plano de cargos e salários para os profissionais do magistério, considerando o piso salarial nacional, no primeiro ano de vigência do PME, assegurando a sua aprovação pelo executivo e legislativo.

#### Estratégias:

17.1. Assegurar na revisão do plano de carreira o processo de avaliação do desempenho profissional, garantindo a progressão salarial e valorizando com porcentagens descritas no Plano de Carreira a partir de cada avaliação feita;

17.2. Prever, no plano de Carreira dos profissionais do magistério do Município, licenças remuneradas e incentivos, para qualificação profissional, inclusive em nível de pós-graduação stricto sensu (mestrado e doutorado);

17.3. Estabelecer ações efetivas especificamente voltadas para a promoção, prevenção, atenção e atendimento à saúde e à integridade física, mental e emocional dos (das) profissionais da educação, como condição para a melhoria da qualidade educacional;

17.4. Assegurar o provimento das vagas de docentes na rede de ensino, procurando reduzir o número de remoções e substituições no quadro de professores das escolas do município, realizando o levantamento das vagas reais da rede e cargos permanentes e provisórios;

17.5. Realizar concurso ou processo simplificado de acordo a demanda da rede.

**Meta 18:** Elaborar e aprovar o Estatuto dos profissionais do magistério no primeiro ano de vigência deste PME.

**Estratégias:**

18.1. Fortalecer a parceria com sindicatos, conselhos, representantes do executivo e legislativo para a elaboração do Estatuto dos profissionais do magistério;

18.2. Garantir reuniões periódicas da equipe articuladora para a elaboração do estatuto dos profissionais do magistério;

18.3. Garantir assessoramento jurídico para apoiar a elaboração do estatuto dos profissionais do magistério.

**Gestão Democrática**

**Meta 19:** Assegurar condições, no prazo de 2 (dois) anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto.

**Estratégias:**

19.1. Requerer o repasse de transferências voluntárias da União na área da educação para os entes federados que tenham aprovado legislação específica que regulamente a matéria na área de sua abrangência, respeitando-se a legislação nacional, e que considere, conjuntamente, para a nomeação dos diretores e diretoras de escola, critérios técnicos de mérito e desempenho,

bem como a participação da comunidade escolar;

19.2. Aderir aos programas de apoio e formação aos (às) conselheiros (as) dos conselhos de acompanhamento e controle social do Fundeb, dos conselhos de alimentação escolar, dos conselhos regionais e de outros e aos (às) representantes educacionais em demais conselhos de acompanhamento de políticas públicas, garantindo a esses colegiados recursos financeiros, espaço físico adequado, equipamentos e meios de transporte para visitas à rede escolar, com vistas ao bom desempenho de suas funções;

19.3. Estimular, em todas as redes de educação básica municipal, a constituição e o fortalecimento de grêmios estudantis e associações de pais, assegurando-se-lhes, inclusive, espaços adequados e condições de funcionamento nas escolas e fomentando a sua articulação orgânica com os conselhos escolares, por meio das respectivas representações assegurando-se condições de funcionamento autônomo;

19.4. Participar dos Fóruns Permanentes de Educação, com o intuito de coordenar as conferências municipais, estaduais e distrital bem como efetuar o acompanhamento da execução deste PME;

19.5. Estimular a participação e a consulta de profissionais da educação, alunos (as) e seus familiares na formulação dos projetos político-pedagógicos, currículos escolares, planos de gestão escolar e regimentos escolares, assegurando a participação dos pais na avaliação de docentes e gestores escolares;

19.6. Favorecer processos de autonomia pedagógica, administrativa e de gestão financeira nos estabelecimentos de ensino;

19.7. Aderir em regime de colaboração com os entes federados, programas de formação de diretores e gestores escolares, bem como aplicar prova nacional específica, a fim de subsidiar a definição de critérios objetivos para o provimento dos cargos, cujos resultados possam ser utilizados por adesão;

### **Recursos financeiros para a educação no município**

**Meta 20:** Ampliar o investimento público em educação pública de forma a atingir no mínimo os percentuais nacionais, com apoio financeiro da União e do Estado, ao longo da vigência desse plano.

### **Estratégias:**

20.1 garantir fontes de financiamento permanentes e sustentáveis para todo alunado do Ensino Fundamental das escolas municipais, em colaboração com a União e o Estado, de acordo com a determinação da LDBEN 9394/1996, a fim de atender as demandas da educação pública municipal conforme o padrão de qualidade nacional;

20.2 aperfeiçoar e ampliar os mecanismos de acompanhamento da arrecadação da contribuição social do salário-educação;

20.3 garantir a autonomia da gestão dos recursos financeiros da manutenção e desenvolvimento do ensino pela Secretaria Municipal de Educação, investindo, em parceria com o Estado e a União, na capacitação permanente em serviço de técnicos lotados no Órgão Municipal de Educação para o pleno exercício de suas funções;

20.4 considerar prioritariamente as metas e estratégias pautadas nesse plano na elaboração, discussão, aprovação e execução do Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual, através da articulação entre as diversas secretarias e setores do poder executivo, visando o cumprimento integral desse plano.

#### **4. ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO**

O Plano Municipal de Educação de Iraquara, mantendo o princípio da participação democrática, constituiu-se em um documento construído por muitas mãos, no qual segmentos das esferas pública e privada, bem como a comunidade civil e organizada, definiram os caminhos da educação do município para os próximos dez anos, após sua aprovação.

Uma ação, cujo processo percorreu os seguintes passos: Análise do documento anterior, levantamento diagnóstico da situação educacional do município, análise dessa realidade e definição de metas e estratégias do PME com a sociedade em articulação com o Plano Nacional de Educação (PNE) e o Plano Estadual de Educação ( PEE), consolidação do documento base do Plano Municipal (PME), culminando com a realização da Audiência Pública.

Desse modo, de forma articulada com o Plano Nacional de Educação (PNE) e em consonância com a Constituição Federal de 1988, com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96, o PME do município de Iraquara responde as expectativas e especificidades da educação para atender aos anseios da comunidade iraquarense.

Considerando a relevância do Plano Municipal de Educação (PME) no município de Iraquara é importante pontuar que o sucesso das metas e estratégias que foram planejadas e projetadas nesse documento, depende, não somente da mobilização e vontade política das forças sociais e institucionais, mas também de mecanismos e

instrumentos de acompanhamento e avaliação nas diversas ações a serem desenvolvidas no ensino, durante os dez anos de sua vigência.

Uma realidade que, tendo em vista a adequação às constantes mudanças sofridas pela sociedade, precisa ser constantemente considerada. Nesse contexto, faz-se necessário criar mecanismos de acompanhamento e avaliação da implementação do mesmo, assegurando que prioridades sejam respeitadas, atingindo objetivos e metas estabelecidos através da análise de resultados e redirecionamento de estratégias e execução.

De acordo com determinação prevista em legislação afim, a Audiência Pública, por meio de seus membros e comissões instituídas, acompanhará e avaliará o PME após sua aprovação. É importante ressaltar que o respectivo órgão contará com o apoio e assessoramento técnico e financeiro da Secretaria Municipal de Educação.

A Comissão trabalhará no acompanhamento e monitoramento do PME, registrando, sistematizando e analisando, constantemente, o desenvolvimento das ações, operacionalizando as metas estabelecidas e realizando avaliações com levantamentos periódicos dos resultados alcançados e replanejamento de novas ações. Para que a sociedade civil possa acompanhar a execução e a avaliação do PME, serão realizadas, de dois em dois anos, encontros com o objetivo de promover balanços dos resultados alcançados, bem como a apresentação das avaliações realizadas nos Fóruns do Dia E, em que os candidatos ao poder executivo e legislativo municipal, terão conhecimento daquilo que já foi realizado e do que precisa ser garantido pela próxima gestão. Considerando assim, o princípio da participação e o exercício da democracia.

### **Referências**

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Marcos políticos - legais da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva/Secretaria de Educação Especial.-Brasília: Secretaria de Educação Especial, -2010. 72 p.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Documento norteador para elaboração de Plano Municipal de Educação – PME / elaboração Clodoaldo José de Almeida Souza. – Brasília: Secretaria de Educação Básica, 2005. 98p.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Documentos norteadores para elaboração de Plano Municipal de Educação - PME – 2. ed. atual. - /

elaboração Clodoaldo José de Almeida Souza. – Brasília: Secretaria de Educação Básica, 2007.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica– Secretaria de Educação Especial – MEC/SEESP, 2001.

DIDONET, Vital. (2000). **Plano Nacional de Educação – PNE**. Brasília: Ed. Plano. BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Resumo Técnico Censo da Educação Superior de 2009. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira INEP.

**INCLUSÃO: Revista da Educação Especial / Secretaria de Educação Especial**. V.5, n. 1 (jan/jul) - Brasília: Secretaria de Educação Especial, 2010 - p. 19-38.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér - **INCLUSÃO ESCOLAR: pontos e contrapontos /** Maria Teresa Eglér Mantoan, Rosângela Gavioli Prieto; Valeria Amorim Arantes, organizadora - São Paulo: ED. Summus, 2006 - p.15-69.

MEC/SEF. Referencial Curricular para a Educação Infantil. Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. Brasília, MEC/SEF1998. Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos: Apresentação dos Temas Transversais / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1998.

MINISTERIO DA EDUCAÇÃO. Instituto nacional de estudos e pesquisas educacionais Anísio Teixeira, diretoria de Estatísticas Educacionais, Resultados preliminares do Censo Escolar da Educação Básica 2010 – Educacenso.

ROPOLI, Edilene Aparecida. A educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: a escola comum inclusiva / Edilene Aparecida Ropoli... [et.al]. - Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial: [Fortaleza]: Universidade Federal do Ceará. 2010. p. 9-30.